



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
MESTRADO PROFISSIONAL EM LETRAS**

MACIEL NASCIMENTO DE ARAÚJO

**LITERATURA E TRANSVERSALIDADE: A DIVERSIDADE SEXUAL E A
LITERATURA INFANTOJUVENIL NO ENSINO FUNDAMENTAL II**

CAJAZEIRAS

2019

MACIEL NASCIMENTO DE ARAÚJO

**LITERATURA E TRANSVERSALIDADE: A DIVERSIDADE SEXUAL E A
LITERATURA INFANTOJUVENIL NO ENSINO FUNDAMENTAL II.**

Dissertação apresentada ao Programa do Mestrado Profissional em Letras – Profletras - da Universidade Federal de Campina Grande, Campus de Cajazeiras como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Letras. Área de concentração: Linguagens e Letramentos. Linha de pesquisa: Leitura e Produção textual: diversidade social e práticas docentes.

Orientador: Prof. Dr. Nelson Eliezer Ferreira Junior

CAJAZEIRAS

2018

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)
Denize Santos Saraiva Lourenço - Bibliotecária CRB/15-1096
Cajazeiras - Paraíba

A6591 Araújo, Maciel Nascimento de.
Literatura e transversalidade: a diversidade sexual e a literatura infantojuvenil no Ensino Fundamental II / Maciel Nascimento de Araújo. - Cajazeiras, 2018.
84f.
Bibliografia.

Orientador: Prof. Dr. Nelson Eliezer Ferreira Júnior.
Dissertação (Mestrado em Letras - PROFLETRAS), UFCG/CFP, 2018.

1. Literatura infantojuvenil. 2. Educação sexual. 3. Transversalidade. 4. Ensino contextualizado. I. Ferreira Júnior, Nelson Eliezer. II. Universidade Federal de Campina Grande. III. Centro de Formação de Professores. IV. Título.

UFCG/CFP/BS

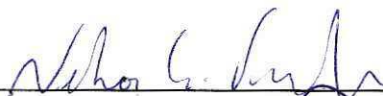
CDU - 82-93(043.3)

**LITERATURA E TRANSVERSALIDADE: A DIVERSIDADE SEXUAL E A
LITERATURA INFANTOJUVENIL NO ENSINO FUNDAMENTAL II.**

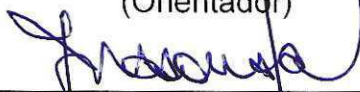
Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Letras – PROFLETRAS, da Universidade Federal de Campina Grande-Campus Cajazeiras, como requisito à obtenção de título de Mestre em Letras, sob a orientação do Prof. Dr. Nelson Eliezer Ferreira Júnior.

Aprovada em : ___/___/___.

Banca Examinadora



Prof. Dr. Nelson Eliezer Ferreira Júnior.
(Orientador)



Prof. Dr. José Wanderley Alves de Sousa
(Examinador)



Profa. Dra Mariana Moreira Neto
(Examinadora)

Prof. Dr Elri Bandeira de Sousa
(Supelnte)

A todos os homossexuais reprimidos, segregados. Às “bichas” mortas todos os dias, violentadas de todas as maneiras, marginalizadas, postas às margens da sociedade por não se enquadrarem, a quem não se encaixa, não pertence. À Dandara, a tantas outras. Ao menino estranho que fui e sou.

AGRADECIMENTOS

À minha família de todos os dias, minha irmã Helena Oliveira, que vibra com cada conquista, e Domar Vieira, sem os quais não conseguiria chegar à metade da caminhada. A eles meu mais sincero agradecimento pelo apoio incondicional.

Aos meus amigos e apoiadores de sempre, Aurilene Pereira, Ana Roberta e Arlysson Verissimo, pelo incentivo constante, o apoio que foi primordial.

À minha família de colaboradores Elos, sempre atentos, dispostos e eficientes, cuidando de tudo para que nada faltasse nas minhas muitas ausências, dedicados ao curso, que foram fundamentais. A estes minha gratidão eterna.

Aos meus colegas de trabalho, sempre tão solícitos em atender e compreender minhas ausências, sempre dispostos a assumirem uma ou outra responsabilidade a fim de que eu pudesse me dedicar a este projeto. Foi fundamental contar com o apoio de Neyziane Medeiros de Lima e Silva, Elivanda da Nóbrega Lima e Joacire Frutuoso, a estes meu agradecimento, cheio de respeito e gratidão.

Aos meus colegas, cujo companheirismo e alegria fizeram desta jornada um caminho mais fácil para ser trilhado e uma experiência ímpar, mais que aprendizado. Fiz neste mestrado uma experiência de imersão e transformação graças à presença de vocês. Obrigado pela partilha, pelo apoio, por caminharem e aprenderem juntos.

Aos professores, pela doação, por fazerem valer a pena cada minuto, cada quilômetro dos milhares percorridos em busca de conhecimento. Minha eterna gratidão pela experiência de epifania que foi vivida em cada uma de suas aulas.

AGRADECIMENTO ESPECIAL

Ao meu orientador, Professor Dr. Nelson Eliezer Ferreira Junior,

Pela seriedade, disponibilidade e apoio de sempre. Ao longo da elaboração deste trabalho foi imprescindível contar com sua paciência, sua atenção e seu esmero em fazer sempre o melhor.

Obrigado pelas cobranças e por não se satisfazer com o pouco. A qualidade deste trabalho se deve à sua aguçada vontade de entregar um trabalho esmerado.

“O medo é um preconceito dos nervos. E um preconceito desfaz-se; basta a simples reflexão.”

Machado de Assis

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo geral apontar um caminho para o ensino contextualizado de literatura infantojuvenil e fomentar as discussões acerca de um tema transversal de relevância contemporânea e crucial: a diversidade sexual. Para a realização deste estudo, foi realizada uma pesquisa de natureza básica com o objetivo exploratório, que se caracteriza por um levantamento bibliográfico. Todo o trabalho está fundamentado na Teoria Queer, e busca respaldo nos apontamentos de Butler (2003), Louro (2009), entre outros autores, e enfoca, sobretudo, os alunos do Ensino Fundamental II. Este trabalho não se propõe a apresentar um modelo metodológico, mas a fazer com que o professor perceba a importância do tema e atente para a existência de literatura infantojuvenil que pode auxiliar a abordar o assunto em sala de aula. A expectativa é de que a realização deste trabalho contribua para a disseminação de práticas educacionais que ampliem as possibilidades de atuação dos professores em sala de aula, no sentido de ensinarem literatura com foco na transversalidade e de contribuírem para a formação de indivíduos mais solidários, mais críticos e tolerantes, capazes de conviver e de respeitar as diferenças. No decorrer do levantamento bibliográfico, foi feito também o levantamento de obras infantojuvenis que abordam a temática da diversidade sexual para que os professores (as) possam adotar em suas aulas. Ao final do trabalho, foi elaborado um catálogo para professores contendo possibilidades de trabalho com uma das obras pesquisadas e a sugestão das outras obras apontadas com breves comentários sobre elas. O Catálogo em questão deverá ser distribuído em momentos formativos na rede municipal de ensino do município de Pedra Branca, interior do Ceará.

Palavras-chave: Transversalidade; Literatura Infantojuvenil; Educação Sexual.

RESUMEN

Esta investigación tiene como objetivo general señalar un camino hacia la enseñanza contextualizada de literatura infantojuvenil y fomentar las discusiones sobre un tema transversal de relevancia contemporánea y crucial: la diversidad sexual. Para la realización de este estudio, se realizó una pesquisa de naturaleza básica con el objetivo exploratorio, que se caracteriza por un levantamiento bibliográfico. Todo el trabajo está fundamentado en la Teoría Queer y busca respaldo en los apuntes de Butler (2003), Louro (2009), entre otros autores y enfoca sobre todo, los alumnos de Enseñanza Fundamental II. Este trabajo no se propone a presentar un modelo metodológico, sino hacer que el profesor perciba la importancia del tema y atente para la existencia de literatura infantojuvenil que puede auxiliar para abordar el asunto en el aula. A expectativa es que la realización de este trabajo contribuya para la diseminación de prácticas educativas que amplíen las posibilidades de actuación de los profesores en la clase, en el sentido de enseñar literatura con foco en la transversalidad y de contribuir para la formación de individuos más solidarios, más críticos y tolerantes, capaces de convivir y de respetar las diferencias. En el transcurso del levantamiento bibliográfico, se realizó también un levantamiento de obras infantojuveniles que abordan la temática de la diversidad sexual para que los profesores puedan adoptar en sus clases. Al final del trabajo fue elaborado un catálogo para profesores que contiene posibilidades de trabajo con una de las obras pesquisadas y la gestión de otras obras apuntadas con breves comentarios sobre ellas. El catálogo en cuestión deberá ser distribuido en momentos formativos en la red municipal de enseñanza del municipio de Pedra Branca, interior de Ceará.

Palabras claves: Transversalidad; Literatura infantojuvenil. Educación Sexual

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 DIVERSIDADE SEXUAL E INTERCULTURALIDADE.....	22
3 LITERATURA INFANTOJUVENIL : CONCEPÇÕES E FUNÇÕES.....	38
3.1 Literatura Infantojuvenil no Brasil - aspectos históricos.....	40
3.2 Literatura Infantojuvenil e diversidade sexual na escola.....	48
3.3 A presença da diversidade sexual na Literatura Infantojuvenil.....	52
3.4 Aspetos pedagógicos historicamente atribuídos à Literatura Infantojuvenil.....	62
3.5 A presença da Diversidade Sexual na Literatura Infantojuvenil: uma proposta de análise.....	66
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	76
REFERÊNCIAS.....	80
APENDICE	84

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho se organiza a partir da premissa de que manter a hegemonia de um determinado padrão sexual, baseado em um pensamento da Idade Média, como comportamento dominante é concorrer para situações de exclusão social. Também pode contribuir, por exemplo, para fazer com que os indivíduos que apresentam orientação sexual tida como diferente da convencional permaneçam às margens da sociedade e tenham que ter seus desejos, anseios e direitos suprimidos, simplesmente porque não se encaixam no padrão previamente estabelecido como correto e único aceitável. Padrão este baseado em interpretações religiosas, que são muitas vezes equivocadas. Essa posição é contraditória, haja vista que vivemos em uma sociedade que tende cada vez mais para o multiculturalismo.

A sexualidade humana quase sempre foi objeto de discussão nas mais variadas instituições sociais, e tratada sob diversas óticas. A depender da época e da visão social predominante, alguns padrões sexuais podem ser condenados ou tidos como naturais. Exemplo disso é que na Grécia Antiga “os padrões homossexuais” eram “naturais” devido a algumas crenças religiosas ou até mesmo por causa de superstições.

Com a padronização religiosa cristã na Europa e em quase todo o mundo, a partir da Idade Média, e posterior perpetuação desse pensamento nas sociedades burguesas dos séculos XVIII e XIX e até mesmo na Idade Contemporânea, houve também a padronização sexual a partir do modelo religioso antes citado. O “crescei-vos e multiplicai-vos”, do livro de Gênesis na Bíblia Sagrada, ganhou muita força, gerando inclusive perseguição e morte para homossexuais em boa parte do período citado. Na Colônia brasileira, por exemplo, a homossexualidade era tida como crime de lesa-pátria. Aliadas a isso, existiam e existem também entidades sociais, não somente as religiosas, que requereram para si o direito de manifestar opiniões, mais graves ainda, de regulamentar e até de estabelecer padrões sobre como o ser humano, enquanto membro de um grupo social, deve vivenciar suas experiências sociais, inclusive as sexuais.

Sendo assim, observa-se uma tendência de instituições mais conservadoras buscarem regular e normatizar as práticas sociais dos indivíduos, principalmente as sexuais. Essas instituições, como já comentado, baseiam-se em dogmas e interpretações religiosas. Mais recentemente, porém, ciências como a Psicologia, a Sociologia e a Antropologia ocuparam-se em lançar novos olhares sobre a temática da sexualidade humana, apresentando novas configurações, diferentes daquelas a que a sociedade convencionou como aceitáveis e normais.

Diante das inúmeras mudanças ocorridas nos padrões sociais a partir da segunda metade do século XIX, com a intensa urbanização das cidades e as efervescências culturais naturalmente decorrentes deste processo, muitas das “verdades” tidas como absolutas começaram a ser questionadas. Neste contexto, a emancipação feminina desempenhou papel fundamental.

A emancipação feminina, que remete ao começo do século XX, ainda hoje está em andamento, haja vista que não é um processo estanque ou acabado, e passa essencialmente pelo questionamento do papel da mulher na sociedade. Esse processo emancipatório tem sido essencial para que se discuta a situação de outros grupos sociais. Com o advento do feminismo, e as ideias de Simone de Beauvoir, aliados a outros acontecimentos históricos, como a luta de organizações socialistas francesas e soviéticas, o papel da mulher foi rediscutido.

Não se pode esquecer que foram necessários anos de luta e enfrentamento para que essas conquistas se consolidassem pelo mundo e realmente entrassem em prática. Foram apontados direitos básicos como direito ao voto, a dirigir automóveis, a trabalhar, etc., os quais eram simplesmente negados por conta de uma visão patriarcal exacerbada. Como podemos observar, outros grupos tidos como minoritários, também sofriam opressão e repressão. Mas a partir da abertura de discussão sobre o papel da mulher, também houve abertura para discussão sobre o tratamento a outros grupos.

Neste contexto, começam a ser feitas discussões sobre gênero, até então uma novidade pouco difundida e até hoje bastante incompreendida por alguns indivíduos. A discussão sobre sexualidade é indissociável dos debates sobre gênero, já que, os olhares modernos que se lançaram sobre a sexualidade se utilizam do conceito de gênero para se justificar e existir.

Atualmente, é possível observar certa rendição e maior liberdade de discussão, a exemplo da chamada revolução sexual dos anos 1960. E embora ainda existam reservas ao se abordar o assunto, os espaços de reflexão, debate e discussão sobre sexualidade são bem mais amplos. Contudo, mesmo com maior liberdade sexual, o foco das instituições conservadoras deixou de ser a sexualidade em si e voltou-se contra a diversidade sexual, que está hoje no centro do debate sobre a temática. São muitas as entidades que reivindicam o direito de regular as práticas sexuais e definir um padrão para tal, contribuindo assim para a marginalização daqueles indivíduos que destoem dos padrões heteronormativos.

Heteronormativo é todo e qualquer comportamento que se enquadre na perspectiva da heteronormatividade, termo cunhado pela primeira vez em 1991 por Michel

Werner e que remete a um padrão dominante de sexualidade comum nas sociedades ocidentais regido, prioritariamente, pelas relações entre pessoas de sexos opostos como sendo as comuns, ou corretas. Petry e Meyer (2011, p. 196) apontam que:

[...]. Pode-se compreender o termo heteronormatividade como aquilo que é tomado como parâmetro de normalidade em relação à sexualidade, para designar como norma e como normal a atração e/ou o comportamento sexual entre indivíduos de sexos diferentes.

Compreender o conceito de heteronormatividade é imprescindível para a compreensão de tudo aquilo que se pretende abordar neste trabalho, já que o objetivo deste é discutir a importância da desconstrução da imposição de padrões heteronormativos como sendo os únicos válidos, bons e verdadeiros nos ambientes sociais contemporâneos, sobretudo na escola.

O termo homossexualidade surge no limiar do século XX, mas atrelando as práticas homossexuais a comportamentos patológicos, até recentemente essas práticas eram tidas como distúrbios, constando da relação de doenças da Organização Mundial de Saúde (OMS).

Trevisan (2007, p. 177-178) diz que “durante anos, médicos e cientistas, procuraram intervir de forma científica, física ou psicologicamente, na dita anomalia que acompanhava as pessoas que se relacionavam com o mesmo sexo.” Ações desta natureza continuam a acontecer ainda hoje, haja vista a tentativa de se regulamentar, a partir da criação de um projeto de lei no Congresso Nacional, o que popularmente se convencionou chamar “cura gay”.

Na desconstrução dos inúmeros preconceitos que envolvem o tema, fruto de séculos de desinformação, dogmas e obscurantismo, as discussões sobre gênero e diversidade sexual, sobretudo no ambiente escolar, são imprescindíveis. O conceito de gênero desde seu surgimento esteve atrelado à necessidade de compreender e definir identidades, independentemente do corpo a que esteja atrelado.

A escola contemporânea deve estar aberta para as discussões sobre aquilo que o indivíduo vive e experimenta em seu dia a dia, e é inegável a importância de se discutir sexualidade e gênero. Não tratar de assuntos como a diversidade sexual e o rompimento com o padrão da heteronormatividade coloca milhões de brasileiros nos mapas estatísticos de marginalização, exclusão social e violência.

Segundo dados da ONG europeia Transgender Europe de 2016, o Brasil é o país que mais mata transexuais no mundo, tem altas taxas de marginalização de indivíduos que assumem uma orientação sexual diferente da dos padrões heteronormativos e não possui

legislação federal específica que criminalize ações de homofobia, com exceção de algumas leis estaduais ou municipais.

Diante desta realidade, é preciso um olhar diferente sobre a discussão e criação de uma possível legislação que ampare essas pessoas, contudo muito mais importante é contribuir para a mudança de visão cultural dos indivíduos. Pouco adiantará termos uma legislação que reprima práticas de homofobia se não se estabelecer uma mudança cultural na forma de olhar para a diversidade. O primeiro caminho para isso acontece na escola, espaço de reflexão no qual os indivíduos podem despertar para valores como o respeito e valorização do diferente, adotando uma postura igualitária em relação aos indivíduos, independentemente de sua orientação ou condição sexual.

A escola, neste sentido, deve funcionar como uma instituição capaz de propor ações que colaborem para a reflexão acerca desses paradigmas em relação à sexualidade e ao diferente. Romper com conceitos arraigados no inconsciente coletivo sobre a diversidade sexual.

Diferente do que se possa imaginar, a proposta para o trabalho com diversidade sexual e com gênero na escola não busca incentivar a adoção de condutas ou orientações sexuais distintas da que o indivíduo possua, sobretudo porque entende que a sexualidade de um sujeito não é passível de escolha, de ser definida.

O pensamento heteronormativo ao longo da história tem contribuído para que indivíduos que se sentem diferentes em relação à sua sexualidade sejam colocados em situação de marginalização em diversas situações cotidianas, inclusive na escola. Logo, é importante destacar que a escola, neste contexto, deveria exercer um papel fundamental de promoção das discussões acerca do assunto.

Abordar e discutir a identidade de gênero na escola é necessário porque, além de contribuir para desconstruir paradigmas e preconceitos arraigados historicamente no inconsciente coletivo (extensão da teoria de Freud), que têm se manifestado das piores formas e contribuído para uma realidade de exclusão e marginalização de indivíduos, inclui aqueles com sexualidade destoante dos padrões heteronormativos. É um direito dos indivíduos com sexualidade destoante do padrão heteronormativo ter sua identidade discutida e retratada a fim de se sentirem inseridos socialmente e se reconhecerem como parte do meio em que vivem.

Na verdade, o que se assiste, na sociedade contemporânea, é um paradoxo, uma vez que as pessoas têm cada vez mais acesso à informação, rápida e eficiente, e tendem a construir conceitos cada vez mais deturpados em relação ao que não conhecem, tratando tudo

aquilo que lhes parece estranho de forma preconceituosa, agindo de forma desrespeitosa e por vezes violenta em relação ao que conhecem.

Este trabalho propõe uma abordagem a partir da Teoria Queer, aliada ao ensino de literatura infantojuvenil como forma de abordar o tema diversidade sexual em salas do 9º do Ensino Fundamental durante as aulas de Língua Portuguesa e visa contribuir para a desconstrução de preconceitos construídos socialmente ao longo de séculos e arraigados na mente dos indivíduos pelo simples desconhecimento ou desinformação, na maioria das vezes frutos de imposições sociais ou de qualquer outra natureza.

O pensamento Queer se fundamenta justamente naquilo que se reconhece estranho, fora do comum, do padrão, e é da natureza do Queer não se encaixar dentro da normalidade. Nas palavras de Louro (2001, p. 546): “*Queer* pode ser traduzido por estranho, talvez ridículo, excêntrico, raro, extraordinário. Mas a expressão também se constitui na forma pejorativa com que são designados homens e mulheres homossexuais”. Fortalecida justamente nos anos 1980 e 1990, esta teoria busca afirmar as diferenças e garantir o lugar social daqueles que não necessariamente se definem em um dos padrões estabelecidos pelo meio social, queer é tudo aquilo que causa estranhamento e que choca pela sua natureza contestadora e antipadronizadora.

É bom lembrar também que os grupos LGBT fogem do binarismo homem e mulher, mas reforçam outro binarismo: hétero e homo. O que faz muito sentido, porque essa discussão que aborda apenas homem e mulher não é suficiente para proporcionar mais respeito a esses grupos, pois não rompe os padrões heteronormativos. A teoria Queer vai mais além, ela quer desconstruir todos esses binarismos ou padrões que limitem os comportamentos sexuais dos indivíduos.

Não por acaso essa teoria se aplica a este trabalho que questiona a hegemonia do pensamento heteronormativo, pois o Queer não é normal e não busca ser, não deseja ser, a normalidade não lhe interessa, mas não por isso deve ser excluído e/ou marginalizado, embora tenha sido justamente o que tenha ocorrido. Queer é tudo aquilo que não cabe em um perfil, logo tudo não que se classifica, não se pode estabelecer um padrão, contudo dentro do universo Queer cabem todos aqueles com sexualidade não-binária, os homossexuais, bissexuais, os travestis, *drag queens*, assexuados e tantos outros que não se encaixam nos padrões heteronormativos.

Além da rajada de preconceitos advindos, em sua maior parte, do fundamentalismo religioso, os homossexuais e outras condições não-binárias receberam outro tipo de preconceito, tão grave quanto o primeiro: o surgimento da AIDS, em meados da

década de 1980. O surgimento dessa doença deu uma maior visibilidade à questão homossexual, pois eles foram ligados diretamente ao vírus do HIV. Isso colocou de vez essas pessoas no centro das discussões, atraindo olhares ainda mais preconceituosos sobre as sexualidades tidas como destoantes, ou seja, outra vez, foram renegados socialmente; desta vez, não apenas por uma questão social, mas por uma questão científica, mais um falso argumento para hostilizar o público LGBT.

Sobre este assunto, Louro (2001 p. 545) aponta que:

no início dos anos 80, o surgimento da AIDS agregaria novos elementos a este quadro. Apresentada, inicialmente, como o “câncer *gay*”, a doença teve o efeito imediato de renovar a homofobia latente da sociedade, intensificando a discriminação já demonstrada por certos setores sociais. A intolerância, o desprezo e a exclusão – aparentemente abrandados pela ação da militância homossexual – mostravam-se mais uma vez intensos e exacerbados.

Assim chegamos ao século XXI com uma sociedade notadamente marcada pelo desconhecimento e por muitos preconceitos em todas as áreas. Também em relação aos indivíduos com sexualidade não-binária, presenciando situações em que homossexuais, transexuais, travestis e outros indivíduos com outras orientações sexuais diferentes do padrão heterossexual são vítimas constantes de violência, exclusão social, marginalização, além de serem empurrados para a vulnerabilidade social, econômica, política, quando são discriminados. Essas situações se agravam ainda mais quando há setores conservadores da sociedade que buscam institucionalizá-las e legalizá-las por meio da negação de direitos, que representam igualdade de tratamento entre pessoas com condições sexuais não-binárias e que asseguram sua inserção social.

No Brasil, tem se intensificado o número de casos de agressões aos grupos de pessoas que possuem sexualidade não-binária. Isso porque também tem crescido o número de discursos que reforçam não somente o preconceito, mas também o ódio contra essas pessoas. Discursos emparelhados com os do *skynheads*, de Hitler, entre outros, são cada vez mais comuns e com aval de boa parte da população, que clama por “liberdade de expressão”. Liberdade essa que quer cecear os direitos de outras pessoas.

É importante destacar que toda esta discriminação é intensificada em um contexto sociocultural, em razão do avanço das ideias conservadoras, que favorece a existência desse pensamento excludente. Dessa maneira, só será possível romper este paradigma à medida que formos capazes de promover uma educação de pessoas com condição de compreender a importância de conviver com as diferenças e de respeitá-las, além de reconhecer que ainda

aqueles que possuem características, desejos e/ou manifestações diferentes das nossas merecem respeito e têm os mesmos direitos que qualquer outro cidadão.

A escola é um espaço privilegiado para esse tipo de formação e para que essas abordagens sejam realizadas, contudo esta tem sido a instituição mais criticada pelos setores conservadores da sociedade, a exemplo do Programa Escola Sem Partido que, como projeto de lei almeja limitar o campo de atuação do (a) professor (a) em diversas áreas, inclusive no sentido de formação quanto à identidade de gênero.

No Brasil se observa manifestação de alguns setores mais conservadores que vêm se mobilizando contra adoção do trabalho com a perspectiva de gênero na escola, sobretudo no que tange aos apontamentos da filósofa estadunidense Judith Butler, que trata de identidade de gênero e que defende que este é um constructo social e não definido biologicamente. Essa discussão tem rendido polêmica e os setores mais conservadores têm tentado, e em muitos casos conseguido, impor, inclusive com força de lei, o impedimento do ensinamento e do debate sobre as possibilidades de desconstrução do gênero a partir das relações sociais e o não condicionamento a uma perspectiva puramente biológica e determinista.

O fator preponderante que fundamenta e embasa os argumentos dos contrários à teoria da identidade de gênero é basicamente pautado em argumentos religiosos e culturais, que pouco se aplicam à realidade contemporânea, ou quando se aplicam é restrita a um grupo social muito específico, quando na verdade, a escola deveria se abrir para o debate, para o diferente, para as diversas formas de pensar. Já que a sociedade é tão diversa, a escola também deve possibilitar essa abertura para que se possa superar esses conflitos ideológicos.

A neutralidade quanto a essa discussão acaba reforçando a cultura de ódio aos grupos tidos como fora do padrão conservador, pois a cultura disseminada na maioria das famílias será perpetuada e deixará de ser questionada. O ideal seria a abordagem, pela escola, de cada conteúdo por dois modos de pensar diferentes. Dessa maneira as diferenças seriam acentuadas e o professor deveria promover a cultura do respeito entre todos, independentemente de credo, sexualidade, etc.

Nesta perspectiva o que se pretende com este trabalho é apontar um caminho para o ensino contextualizado de literatura infantojuvenil e fomentar as discussões acerca de um tema transversal de relevância contemporânea e crucial: a diversidade sexual.

Este trabalho se justifica, sobretudo, pela necessidade de investigar as possibilidades de desenvolvimento de um ensino crítico e reflexivo sobre a realidade social do aluno e pela abordagem de temas transversais que permeiem sua vida cotidiana e se insiram

no seu dia a dia, concorrendo para uma formação crítica e humana. A legislação vigente, haja vista os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) preveem o trabalho com a transversalidade.

A transversalidade promove uma compreensão abrangente dos diferentes objetos de conhecimento, bem como a percepção da implicação do sujeito de conhecimento na sua produção, superando a dicotomia entre ambos. Por essa mesma via, a transversalidade abre espaço para a inclusão de saberes extraescolares, possibilitando a referência a sistemas de significado construídos na realidade dos alunos (BRASIL, 1998a, p.30).

A intenção deste trabalho, portanto, é investigar de que formas as aulas de Língua Portuguesa podem adquirir novos significados e proporcionar reflexões sobre diversidade sexual, sobretudo no âmbito da Literatura. Dar novos significados às aulas de Língua Portuguesa implica ir além do ensino de gramática, texto, ou literatura por si mesmo, e fazer com que os alunos lancem sobre o mundo à sua volta e sobre os problemas e fenômenos sociais que os cercam, neste caso em específico aqueles ligados à relação com a diversidade sexual, um olhar crítico e reflexivo, capaz de despertar para o sentimento de solidariedade, respeito e convivência com a diferença.

[...] as áreas convencionais, classicamente ministradas pela escola, como Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História e Geografia, não são suficientes para alcançar este fim. Dizer que não são suficientes não significa absolutamente afirmar que não são necessárias. É preciso ressaltar a importância do acesso ao conhecimento socialmente acumulado pela humanidade. Porém, há outros temas diretamente relacionados com o exercício da cidadania, há questões urgentes que devem necessariamente ser tratadas, como a violência, a saúde, o uso de recursos naturais, os preconceitos, que não têm sido diretamente contemplados por essas áreas. Esses temas devem ser tratados pela escola, ocupando o mesmo lugar de importância. (BRASIL, 1997b, p.25).

É inegável a necessidade de trabalhar a transversalidade na escola, ainda mais quando temos um cenário que tende cada vez mais para o conservadorismo e o adensamento de perspectivas conservadoras. Contudo, a escola ainda se depara com dificuldades que entram este processo. São exemplos, neste caso específico: a formação inicial dos professores e professoras, que é deficitária, e as dificuldades que as escolas ainda possuem para se constituírem como espaço de formação continuada para estes profissionais.

Os professores (as) de Língua Portuguesa estão em sala ensinando gramática, leitura, compreensão textual e literatura, contudo é preciso expandir estas perspectivas de ensino e proporcionar novos olhares sobre temas contemporâneos que implicam diretamente na vida dos alunos. A diversidade sexual é um desses temas.

É claro que não se pode e nem se deve atribuir somente à escola o papel de contribuir com a desmistificação e rompimento com pensamentos conservadores que permeiam o *corpus* das vivências sociais e que têm marginalizado e segregado indivíduos que não se inserem em padrões prévios e arbitrariamente estabelecidos. Sobretudo porque a escola que temos hoje já enfrenta uma série de desafios, tais como a já citada formação deficitária, a garantia de acesso e permanência dos alunos na escola, os altos índices de analfabetismo, entre muitos outros.

No caso específico das aulas de Língua Portuguesa, especialmente do Ensino Fundamental, é notória a necessidade de se inserir novas abordagens no ensino de Literatura. A formação de leitores é um desafio ainda não superado e a educação brasileira ainda caminha a passos lentos rumo a uma realidade em que seja possível formar leitores competentes na escola e o ensino reflexivo de Literatura é um desses caminhos possíveis.

É importante destacar que acreditamos e defendemos que o ensino de literatura não necessariamente deva adquirir um caráter pragmático, pois a literatura deve ser trabalhada nas aulas de Língua Portuguesa como algo capaz de produzir prazer e deleite, mas também como elemento capaz de levar à reflexão acerca da realidade em que o indivíduo está inserido e que compartilha com outros indivíduos, colaborando assim de forma indubitável para o desenvolvimento da solidariedade humana, empatia, e neste caso em específico, do respeito à diversidade.

Nem de longe a Literatura deve ser trabalhada apenas com objetivos didáticos, já que se corre o risco de transformá-la em mero instrumento de ensino, quando na verdade Literatura é muito mais que isso. Morin (2002) define literatura como “a vida transformada em linguagem”. Neste sentido, reduzir a linguagem a apenas um instrumento didático é desprezar toda a riqueza, deleite e prazer que se escondem nas páginas de um bom livro.

Objetiva-se, com a realização desta pesquisa, propor abordagens teórico-metodológicas sobre a diversidade sexual a partir de obras de Literatura Infantojuvenil aplicáveis ao Ensino Fundamental II, bem como de forma mais específica abordar na perspectiva teórica os conceitos de gênero, diversidade sexual e transversalidade e suas implicações para a adoção de Literatura Infantojuvenil no Ensino Fundamental II numa perspectiva crítico-criativa.

Configura-se ainda como objetivo desta pesquisa discutir concepções e funções da Literatura Infantojuvenil, especialmente na perspectiva didático-pedagógica voltadas para a discussão de temas transversais no Ensino Fundamental II, com ênfase na diversidade sexual. Pretendemos também apresentar, a partir da Teoria Queer, um modelo de análise de uma obra

infantojuvenil que aborda o tema da diversidade sexual aplicável aos usos nas aulas do Ensino Fundamental II.

Dessa maneira, nossa busca será por metodologias e alternativas de abordagem da diversidade sexual aliada à literatura infantojuvenil em salas do Ensino Fundamental, colaborando para a compreensão de temas inerentes às vivências cotidianas e muito presentes na transição da infância para a adolescência, a exemplo da diversidade sexual e da autoaceitação. Pretende-se ainda promover a discussão sobre a necessidade de rompimento com os paradigmas da heteronormatividade como padrão único de sexualidade, colaborando para que os estudantes consigam compreender, respeitar e conviver com indivíduos que se identificam com as mais diversas identidades sexuais.

Para a realização deste estudo, fizemos uma pesquisa de natureza básica com objetivo exploratório que se caracterizou por um levantamento bibliográfico.

Fonseca (2002, p. 32) esclarece o que é uma pesquisa desta natureza:

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de *websites*. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém, pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta.

O trabalho foi organizado em capítulos, nos quais buscamos entender como é possível relacionar em aulas de Língua Portuguesa o Ensino de Literatura e a abordagem do tema diversidade sexual a partir da Literatura Infantojuvenil.

O primeiro capítulo trata ainda sobre o conceito de Transversalidade e a relevância dessa prática para o ensino na contemporaneidade, bem como aborda as perspectivas do ensino de Literatura e da inserção da diversidade sexual no âmbito destas aulas, produzindo uma realidade de ensino transversal e crítico-reflexiva, uma vez que proporciona o contato com a Literatura à medida que promove a reflexão sobre o meio e o processo de formação da identidade e aceitação dos indivíduos tidos como diferentes pelos seus pares.

Os conceitos de Gênero, Diversidade Sexual e sobre como, ao longo do século XX, esses conceitos se transformaram e ocuparam cada vez mais espaços nas discussões e na sociedade como um todo, embora ainda careçam de ser discutidos e trabalhados na busca pela reflexão sobre as possibilidades de convivência solidária e pacífica com os indivíduos que não se encaixam nos padrões arbitrariamente estabelecidos como normais.

No segundo capítulo, a abordagem que se faz é sobre o conceito de Literatura Infantojuvenil, seu potencial para abordar temas transversais e em especial a temática da diversidade sexual. Neste capítulo, procuraremos entender em que momentos e de que formas os professores (a) poderão inserir e abordar a diversidade sexual nas aulas de língua portuguesa, sem que pareça algo forçado e sem quebrar todo o encanto e deleite que existe na prática da leitura por si mesma.

O terceiro capítulo consiste na análise de uma obra infantojuvenil que aborda o tema da diversidade sexual. A análise se faz considerando a Teoria Queer e todos os apontamentos sobre gêneros e sexualidade no trabalho. A análise é seguida de sugestões para o trabalho com a obra em sala de aula.

Definimos, portanto, como objeto de análise deste capítulo o livro *O namorado do Papai ronca* do escritor Plínio Camillo, na busca por discutir a relação entre leitura e prazer e reflexão sobre a diversidade sexual. O escritor paulista, nascido em Ribeirão Preto, possui formação em Estudos Linguísticos e também atua como educador e ator, e de ambas as vivências atrelou à sua prática como escritor a linguagem rápida e acessível, bem como um estilo narrativo convidativo, de fácil compreensão e penetração no universo do público infantojuvenil. Plínio milita nas causas LGBT e pretende, por meio da obra objeto de análise neste capítulo, colaborar na desconstrução de preconceitos ligados à diversidade sexual.

No decorrer do levantamento bibliográfico, faremos também o levantamento de obras infantojuvenis que abordam a temática da diversidade sexual, que os (as) professores (as) podem adotar em suas aulas. Ao final do trabalho, elaboramos um catálogo para os professores, contendo possibilidades de trabalho com uma das obras pesquisadas e a sugestão das outras obras levantadas, com breves comentários sobre elas. O catálogo em questão deverá ser distribuído em momentos formativos na rede municipal de ensino do município de Pedra Branca, no Estado do Ceará.

Todo o trabalho está fundamentado na Teoria Queer, e busca respaldo nos apontamentos de Butler (2009) e Louro (2003), entre outros, e está direcionado aos alunos do Ensino Fundamental II. A expectativa é de que a realização deste trabalho contribua para a disseminação de práticas educacionais que ampliem as possibilidades de atuação dos professores em sala de aula, no sentido de ensinarem literatura com foco na transversalidade e contribuírem para a formação de indivíduos mais solidários, mais críticos e tolerantes, capazes de conviver e respeitar as diferenças.

Em um cenário em que impera o conservadorismo e no qual ainda faltam aos professores recursos e formação adequada para abordarem de forma adequada o tema da

diversidade sexual em sala de aula, oferecer um suporte pedagógico, como o catálogo que se propõe aqui, é oportunizar de forma mais palpável o trabalho com a desconstrução de paradigmas e preconceitos enraizados na sociedade que concorrem para a existência da violência e da segregação dos indivíduos tidos como diferentes.

A escola atual ainda é pobre de recursos que fomentem o trabalho com temas desta natureza, embora haja recursos tecnológicos, livros e outros que colaboram para a pesquisa em algumas delas, faltam em outras, contudo é inegável que em muitas instituições de ensino ainda sobram profissionais sem condições e/ou formação adequada para a abordagem correta da temática da diversidade sexual.

Este trabalho não se propõe a apresentar um modelo metodológico, mas a fazer a com que o (a) professor (a) perceba a importância do tema e atente para a existência da literatura infantojuvenil que pode auxiliá-lo a abordar o tema em sala de aula.

A proposta deste trabalho é oferecer subsídio para que o ensino sobre sexualidade e diversidade sexual aconteça como algo comum no cotidiano da escola, inserido dentro das discussões diárias, partindo do pressuposto de que somos todos membros de uma mesma comunidade e que estamos todos sujeitos a situações de preconceito, exclusão e violência.

O catálogo produzido ao final desta pesquisa fornecerá ao professor a possibilidade de contato com obras e condições para o trabalho com uma das obras de Literatura Infantojuvenil editadas no Brasil sob a temática da diversidade sexual e da autoaceitação e aceitação pelo meio social. Além da possibilidade de inserir em suas aulas, aspectos que colaborem para o rompimento com preconceitos seculares. O Catálogo que apresentaremos ao fim deste pretende ser também para muitos professores e muitas escolas o primeiro passo rumo a ações educativas afirmativas no tocante à diversidade.

A ideia de elaboração é oferecer mais um instrumento de reforço e formação para professores, de discussão e reflexão sobre o respeito e convivência, sobre as diferenças, sobre a necessidade de um debate amplo sobre o tema para que se amenizem os casos de agressão contra os grupos LGBT. Por outro lado, não pretendemos resolver todos os problemas da falta de formação para professores, até porque isso não seria possível. Esse instrumento pode ser utilizado em qualquer ambiente escolar, porém não será apenas ele que resolverá todos os problemas que impedem uma discussão mais séria e ampla sobre os casos de preconceitos.

2 DIVERSIDADE SEXUAL E INTERCULTURALIDADE

O trabalho com a diversidade sexual em sala de aula encontra inúmeras dificuldades, a começar pela falta de preparo dos professores, seja na formação inicial ou na formação continuada, estes ainda não têm a formação necessária para inserir de forma concreta essa temática em seus planejamentos e conduzir aulas que consigam tratar do assunto. O investimento em formações que visem essa temática, apesar de ser maior nos últimos tempos, ainda é muito tímido. Vale ressaltar o fato de que ainda somos uma sociedade notadamente conservadora, a despeito das muitas transformações alcançadas através do acesso à informação que tem se difundido à revelia de setores mais conservadores da sociedade. Portanto, é na escola que se deve, principalmente, discutir esse tipo de assunto, por ser um lugar plural e permitir um debate mais aberto, amplo e próximo dos alunos, já que esses setores conservadores tentam resistir e reprimem comportamentos sexuais divergentes do padrão religioso, branco.

O primeiro passo para se entender a diversidade sexual é aceitar que apesar das semelhanças físicas e biológicas, os indivíduos, embora coexistam em espaços semelhantes, partilhando os mesmos traços culturais e costumes, herdando o conhecimento acumulado de uma geração para outra e produzindo em conjunto novos saberes que são experimentados pelos membros do grupo social, possuem peculiaridades que lhes são próprias. A sexualidade é uma delas. Compreender diversidade sexual pressupõe a imensa complexidade de fatores por trás da individualidade de cada membro de uma sociedade.

É certo que não há caminhos definidos para esse trabalho, tampouco receitas prontas, mas é imprescindível ressaltar que a formação de professores ocupa um papel de destaque nesse cenário, pois a figura do profissional escolar deve transmitir segurança e respeito a todos os educandos, independentemente de quaisquer características pessoais que venha a ter.

Ao considerarmos, por exemplo, a necessidade de trabalhar diversidade sexual na escola, o primeiro passo é trazer à tona o trabalho com gênero, um conceito nem sempre bem definido e ainda pouco difundido entre muitos setores da sociedade, inclusive entre os educadores, que encontram dificuldades de abordar o tema na escola. E é justamente por isso que são necessárias e urgentes mais formações sistematizadas para que possamos tratar do assunto que envolve gênero e sexualidade sem nenhum tabu.

A escola atual, por preconceito ou desinformação, ainda perpetua práticas sexistas, Segundo Teixeira e Magnabosco (2010, p. 13):

Presenciamos muitas escolas reproduzindo práticas sexistas, que, através de normas, formas de avaliação, livros didáticos, currículos, disciplinas, etc. não problematizam e/ou não abordam as questões de gênero assim como, outras produções discursivas e linguísticas que hierarquizam as diferenças produzindo as desigualdades no ambiente escolar.

Abordar gênero na escola permite analisar mais de perto o complexo processo de desigualdade que ainda persiste na sociedade e também os inúmeros preconceitos que assolam diferentes grupos de indivíduos, preconceitos ligados à condição sexual sobretudo. O termo gênero é relativamente novo, começou a ser utilizado apenas na década de 1980 pelas feministas estadunidenses e inglesas. Contudo, a ideia de busca pela igualdade entre homens e mulheres remete aos primeiros levantes feministas ainda no século XIX, e mesmo mais de cem anos após o início deste processo de emancipação, apesar das muitas conquistas dos movimentos feministas, ainda resistem alguns pensamentos e comportamentos que relegam a mulher a um papel secundário na sociedade, o que faz a discussão sobre gênero ser cada vez mais necessária.

São comuns questionamentos como: o que é gênero? Gênero e sexo são a mesma coisa? Nesta perspectiva, é necessário realizar uma preliminar definição de gênero, embora não seja fácil definir com precisão esse termo, a despeito das inúmeras tentativas que se tem feito. Esta proposta trabalha com a perspectiva de gênero construída por Butler (2003). Enquanto sexo é um aspecto biológico e está relacionado a aspectos físicos do ser humano, o gênero é um aspecto social de identidade individual, é não-natural, e não há uma relação necessária entre o corpo e o gênero de uma pessoa. (BUTLER, 2003).

Sexo nasce-se com ele, é algo pré-definido. O gênero é um constructo social que o indivíduo molda de acordo com suas experiências, com o que ele vive e com o que se identifica. Ainda segundo Butler (2010, p. 24):

Concebida originalmente para questionar a formação de que a biologia é o destino a distinção entre sexo e gênero atende à tese de que, por mais que o sexo pareça intratável em termos biológicos, o gênero é culturalmente construído: consequentemente, não é nem o resultado causal do sexo, nem tampouco tão aparentemente físico quanto o sexo, assim, a unidade do sujeito já é potencialmente contestada pela distinção que abre espaço ao gênero como interpretação múltipla do sexo.

Como se pode ver, o conceito de gênero rompe com a visão de que os indivíduos estão condenados a viverem presos à condição sexual com a qual foram concebidos e propõe que esta condição pode ser alterada de acordo com as experiências que esse indivíduo for experimentando no decorrer da vida. Gênero, portanto, é um conceito de identidade e diz respeito a como cada membro de uma comunidade se enxerga, se ver e se sente,

independentemente dos padrões pré-estabelecidos por esta própria comunidade ou de acordo com as condições em que nasceu.

Butler (2010, p. 25) propõe também que:

Se os gêneros são os significados culturais assumidos pelo corpo sexuado, não se pode dizer que ele decorra de um sexo, desta ou daquela maneira. Levada a seu limite lógico, a distinção sexo/gênero sugere uma descontinuidade radical entre corpos sexuados e gêneros sexualmente construídos.

Tendo destacado que sexo e gênero são conceitos distintos e que gênero é uma construção social e identitária, é preciso destacar também que o conceito de gênero precisa ser trabalhado em todos os âmbitos da sociedade, como forma de dar oportunidade para que todos os indivíduos que se identifiquem com gêneros diferentes das suas condições sexuais possam sentir-se representados nos mais variados contextos sociais, haja vista que o estado democrático prevê direitos iguais para todos os indivíduos.

O domínio machista e o patriarcalismo concorreram, e ainda hoje agem, para a perpetuação de um pensamento heteronormativo, no qual tudo aquilo que fuja do padrão homem e mulher, que se deve a interposição entre padrões de gêneros impostos e a heterossexualidade compulsória, é considerado anormal. Esse pensamento é fomentado por preceitos religiosos seculares, arraigado nas instituições sociais e os indivíduos que ousam questioná-los são banidos socialmente, ficando mais uma vez às margens da sociedade.

Eis a razão principal de se trabalhar gênero e diversidade sexual nas escolas: oportunizar a representação desses indivíduos marginalizados e de outros que são postos de lado na sociedade e nos espaços de convivência porque não se encaixam em um padrão pré-estabelecido pelo patriarcalismo heteronormativo. Estes sujeitos que antes eram somente as mulheres, o sexo tido como frágil que se mostrou nem um pouco frágil, hoje são milhões de outros indivíduos, homossexuais, lésbicas, bissexuais, transexuais, travestis, assexuados e muitas outras denominações que já não cabem na sigla GLBTT (gays, lésbicas, bissexuais, transexuais e transgêneros).

A heteronormatividade é o pensamento dominante na sociedade ocidental. É esse pensamento que regula as relações, que determina o que é certo e errado, o que é aceitável e não aceitável e o que é pecado ou não. Desde tempos imemoriáveis com a sanção de instituições como as igrejas, as famílias, e claro apoiada no ideal do homem como referencial, têm-se utilizado de dogmas e valores ultrapassados para subjugar e marginalizar tudo aquilo que fuja dos padrões.

Meyer e Petry (2011, p. 195) explicam que:

a heteronormatividade visa regular e normatizar modos de ser e de viver, os desejos corporais e a sexualidade. De acordo com o que está socialmente estabelecido para as pessoas, numa perspectiva biologicista e determinista, há duas e apenas duas possibilidades de locação das pessoas quanto à anatomia sexual humana, ou seja, feminino/fêmea ou masculino/macho.

Durante séculos, o pensamento heteronormativo permaneceu dominante e inquestionável, e aqueles cujos desejos, experiências ou modelos de sexualidade não se encaixavam em seus padrões eram simplesmente relegados às margens da sociedade, marginalizados, vilipendiados, sem direito a questionar. Contudo, a partir do momento em que os movimentos sociais começaram a tomar corpo, sobretudo o movimento feminista em meados do século XIX, e as mulheres começaram a conquistar direitos importantes, esses grupos também passaram a exigir direitos.

O século XX foi uma época importante de questionamento da heteronormatividade, sobretudo a partir da década de 1960, quando os novos movimentos sociais emergiram.

Miskolci (2012, p. 21) aponta que “os três principais ‘novos movimentos sociais’ foram o movimento pelos direitos civis da população negra no Sul dos Estados Unidos, o movimento feminista da chamada segunda onda, e o então chamado movimento homossexual.”

Esses movimentos sociais foram importantes para dar início ao questionamento dos padrões heteronormativos estabelecidos até então e dar voz a esta parcela da população que era marginalizada, composta por homossexuais, lésbicas e pessoas com outras condições sexuais que precisavam se esconder quando assumiam seus desejos ou seus relacionamentos eram excluídos como forma de punição.

No entanto, apesar de desde a década de 1960 os movimentos de empoderamento dos setores marginalizados da sociedade contra o domínio heteronormativo estarem engajados em mudar esta realidade, a heteronormatividade ainda perdura com bastante força e parece resistir. No Brasil principalmente, o que é ensinado como normal, inclusive nas escolas é que um casal é formado por um homem e uma mulher. Instituições religiosas reclamam o direito de ensinar o criacionismo nas escolas e de “doutrinar” as crianças dizendo que a mulher foi criada a partir de uma costela do primeiro homem, Adão, de usarem a Bíblia para acusarem de pecadores os que fogem dos padrões heteronormativos e por vezes para negarem direitos assegurados constitucionalmente.

Existe uma tendência ao conservadorismo muito proeminente, no atual momento histórico do Brasil, notada em todos os setores da sociedade. Na política, temos um congresso extremamente conservador, marcado por políticos ligados a instituições religiosas, com forte tendência ao extremismo de direita. Na religião, enfrentamos forte aparato das instituições que pretendem a todo custo impor uma ideologia a despeito das individualidades e temos ainda por cima uma sociedade com pouco acesso a uma cultura letrada, o que dificulta a discussão acerca de temas sobre as liberdades individuais.

Louro (2009, p. 90) destaca:

Historicamente estabeleceu-se uma norma para controlar as condutas ditas normais, baseadas em relações de poder, em que a referência está pautada no homem heterossexual, branco, cristão, urbano e de classe média. Todos aqueles que não se encaixam neste padrão são denominados “outros” e que serão definidos em contraponto ao modelo. A heteronormatividade, que se define por uma norma compulsória à heterossexualidade, está apoiada na ligação entre sexo, gênero e expressão da sexualidade.

Os padrões heteronormativos são reforçados em todos os âmbitos sociais. Os indivíduos que não se encaixam nesses padrões, automaticamente são relegados a um segundo plano no contexto social e geralmente impedidos de ocupar papéis sociais, sobretudo os de destaque, é o que aconteceu e ainda acontece com as mulheres, e recentemente com mais vigor com os homossexuais e pessoas com condições sexuais diferentes da heteronormativa.

A heteronormatividade seria a ordem sexual do presente, na qual todo mundo é criado para ser heterossexual, ou – mesmo que não venha a se relacionar com pessoa do sexo oposto – para que adote o modelo de heterossexualidade em sua vida. Gays e lésbicas normalizados, que aderem a um padrão heterossexual, também podem ser agentes da heteronormatividade. Não por acaso, violências atualmente chamadas de homofobia não se dirigem a todos/as os/as homossexuais, mas, antes, muito mais frequente a quem não segue esse padrão. (MISKOLCI, 2012, p. 15).

Em outras épocas e momentos históricos também se verifica a presença da homossexualidade, embora de forma marginalizada e perseguida, como durante a Idade Média e durante o período colonial no Brasil, quando o Tribunal da Inquisição, órgão da Igreja Católica perseguia e punia os acusados de cometer o terrível pecado da sodomia, além de outros pecados.

Moriconi (2002, p. 98) defende que:

antes do século XIX europeu não existia o “homossexual” enquanto categoria definidora da essência de uma pessoa. É claro que já existiam as práticas homossexuais, pois estas existem desde que o mundo é mundo e existem em todas as sociedades humanas, embora somente na sociedade ocidental elas existam como expressão de liberdade (ou libertinagem) individual. É claro também que essas

práticas nunca foram consideradas como o ideal de quem quer que fosse. Nesse ponto, nossa atualidade pós-moderna é realmente original e revolucionária.

Fortalecido, sobretudo pelas relações de poder, pelas instituições religiosas e por ideologias preconceituosas o padrão heteronormativo se firmou e se tornou a referência social a ponto de relegar à marginalidade todo e qualquer indivíduo que não se encaixe em seu perfil, apesar dos movimentos que ao longo da segunda metade do século XX vêm buscando se firmar como mediadores da busca de espaço para a construção da identidade social dos indivíduos que não se encaixam no padrão heteronormativo, o que temos ainda é a heteronormatividade compulsória, porque, como afirma Louro (2001), “na sociedade amplamente falocrática, a heterossexualidade é concebida como ‘natural’, universal e normal.”

Neste contexto de busca por espaço na sociedade para os sujeitos que destoam do padrão heteronormativo foi que, em meio aos movimentos de afirmação de minorias, como o movimento negro, o movimento feminista e por fim o movimento LGBT, surgiu o que hoje se convencionou chamar Teoria *Queer*.

A política e a Teoria Queer surgem em meados dos anos 1980 em meio à confusão causada pelo surgimento da AIDS, que até então era algo desconhecido e aterrorizador e que se focava massivamente no público gay e estava normalmente atrelado a uma sentença de morte. Mais que um problema de saúde pública, a AIDS na década de 1980 tomou dimensões culturais na sociedade ainda mais conservadora daquela época e era tida como uma espécie de castigo para aquelas pessoas que fugiam ao padrão heteronormativo ou que levavam uma vida promiscua e sexualmente destoante do que era apregoadado como normal.

A Teoria *Queer* surge neste contexto na contramão do movimento homossexual convencional, enquanto este buscava alocar o homossexual na sociedade e de certa forma colaborava para a manutenção do padrão heteronormativo, a Teoria *Queer* procura desmitificar justamente a heteronormatividade questionando os padrões de normalidade. Miskolci (2012) diz que “alguém atento percebe como a problemática queer não é exatamente a da homossexualidade, mas a da abjeção”. E justamente neste ponto que esta teoria contribui para tirar da marginalidade os sujeitos de sexualidade destoante, porque enquanto o movimento homossexual tradicional reivindicava normalidade, a política queer reivindica a aceitação do atípico, do anormal, daquilo que não é normal e que não quer ser visto como tal, queer é o questionamento do heteronormativo.

Se o movimento gay e lésbico tradicional tinha como preocupação mostrar que os homossexuais eram pessoas normais e respeitáveis, o movimento queer vem para dizer: “olha, mesmo os gays e as lésbicas respeitáveis em certos momentos históricos serão atacados e novamente transformados em abjetos”. A maior parte das

peessoas, sobretudo as que estavam com HIV faziam parte deste grupo pelo qual o movimento homossexual, forjado na década de 1960 lutava. Em sua maior parte, o movimento homossexual emerge, marcado pelos valores de uma classe média, letrada e branca, ávida por aceitação e até mesmo por incorporação social. (MISKOLCI, 2012, p. 24-25).

Logo, queer é a aceitação da diferença, o rompimento com o estigma da heteronormatividade. A Teoria Queer prega a saída do armário, a libertação dos desejos, prega assumir a liberdade de ser quem é sem se envergonhar disso ou sem ser desmerecido por sua identidade, e vai buscar referências em várias áreas. Ser *queer* não é mais uma questão meramente sexual, há, claro, as referências *queer's* na homossexualidade, mas todo sujeito social que se enxergue à margem da sociedade burguesa poderá se identificar com a política queer, porque queer é quem não se encaixa nos padrões.

No Brasil, nunca vivemos um momento tão propício para se trazer à tona e para os espaços de discussão a Teoria Queer, em um momento em que o conservadorismo está em alta e em que as instituições, sobretudo as religiosas, põem em xeque a legitimidade das culturas que se contrapõem à heteronormatividade e apresentam comportamentos destoantes do tido normal, com sujeitos que não reprimem seus desejos e anseios e que “põem a cara no sol”, deixam cada vez mais cedo os armários, declaram suas “bichices” e “sapatices”, assumem as suas diferenças, se identificam homo, bi, trans, drag, pan ou assexuadas, fugindo do binarismo que a heteronormatividade impõe e exige e se permitindo uma liberdade que não emoldura e nem reprime, mas que abre caminhos para que se seja quem se é de verdade sem pecados ou culpas.

Em contrapartida a esse momento de ascensão da liberdade de expressão da sexualidade, temos a imposição de uma ideologia de repressão. Setores conservadores da sociedade acreditam que devem decidir o que é certo e o que é errado, o que é tido como normal e o que é anormal e até que o Estado tenha a premissa de intervir sobre essas relações. Em um estado democrático é paradoxal admitir que existam dispositivos que possam assumir o papel de decidir pelo indivíduo com quem este pode ou não se relacionar ou que padrões sexuais são tidos como aceitáveis para um determinado grupo social.

Contudo, o que se tem visto é grupos políticos, religiosos e até mesmo manifestações individuais que buscam a todo custo, embasados, sobretudo em argumentos fundamentalistas e dogmas cristãos, impor como pecado ou como erro qualquer condição sexual que seja diferente da heteronormativa. O cenário torna-se ainda mais preocupante quando se leva em consideração os índices de violência motivados pelo ódio à diferença, a exemplo da homofobia, o ódio àqueles que amam o igual, mas se configuram como diferentes.

Borrilo (2010, p. 123) define homofobia como “a atitude hostil a respeito de homossexuais homens ou mulheres”, contudo o termo homofobia já não dá conta de definir toda a hostilidade e violência que se pratica contra os indivíduos que assumem uma sexualidade distinta do padrão heteronormativo, ou seja, uma sexualidade não-binária, logo surge a necessidade se cunhar outros termos como lesbofobia, transfobia, entre outros que representem a violência direta e indireta contra esse público.

A violência contra os indivíduos de sexualidade não-binária assume números alarmantes no Brasil. Segundo o Grupo Gay da Bahia, somente em 2016, 343 pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais foram mortas no Brasil, o que dá uma média de uma pessoa a cada 25 horas. Essa violência está presente em todos os espaços de convivência, sobretudo na rua, de acordo com o Relatório de Violência Homofóbica no Brasil do ano de 2013, editado pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos, a violência contra homossexuais e pessoas de sexualidade não-binária acontece em 26,8% dos casos na rua, maior espaço de sociabilidade dos indivíduos, e onde estes geralmente estão mais vulneráveis; em 25,7% dos casos na própria casa da vítima, outro espaço de vulnerabilidade, além de outros espaços de sociabilidade, como escolas nas quais acontecem 1,9% dos casos e igrejas, que responde 1,4% dos casos. Segundo Mott (2000, p. 15):

os crimes praticados contra homossexuais, conhecidos como *crimes homofóbicos*, pertencem à categoria dos crimes de ódio (...). Atos ilícitos ou tentativas de tais atos que incluem insultos, danos morais e materiais, agressão física, às vezes chegando ao assassinato, praticados em razão da raça, sexo, religião, orientação sexual ou etnia da vítima. Os crimes de ódio são, portanto, motivados pelo racismo, machismo, intolerância religiosa, homofobia e etnocentrismo, levando seus autores geralmente a praticarem elevado grau de violência física e desprezo moral contra a vítima.

Como se pode ver a violência contra os grupos que não se enquadram no perfil heteronormativo e adotam sexualidade não-binária ocorre com frequência e sem que haja políticas de estado efetiva que coíbam tais ações. Tramitam projetos de leis que visam criminalizar a homofobia, mas que enfrentam a oposição de bancadas ditas religiosas e outros grupos mais conservadores que têm impedido que tais projetos sejam pautados, votados e aprovados. Enquanto isso, pessoas homossexuais e não-binárias seguem sendo perseguidas, vilipendiadas e mortas cotidianamente, vitimadas pelo preconceito e pela intolerância, que é fomentada pelo discurso de ódio, muitas vezes alardeado em instituições oficiais, como escolas, igrejas e o próprio Congresso Nacional, nas pessoas de líderes e políticos de destaque. A escola, enquanto instituição social, precisa se manifestar diante disso, não devendo se calar ou ser omissa, mas se portar como agente promotora de mudanças.

Fatos que têm suscitado discussões acaloradas são as questões ligadas aos direitos das pessoas com sexualidade não-binária, direitos como união civil estável e casamento entre pessoas do mesmo sexo, adoção de crianças por casais homossexuais, uso do nome social por transexuais e travestis e mais recentemente a questão da identidade de gênero proposta pela filósofa estadunidense Judith Butler.

Os direitos civis elencados inicialmente são conquistas que vêm sendo galgadas ao longo de décadas de lutas e que na verdade se inserem mais nas demandas dos primeiros movimentos homossexuais, contudo o direito à adoção de nomes sociais e a questão da identidade de gênero são questões mais novas e que também despertaram a fúria de setores conservadores da sociedade quando se propõe adotá-los em sala de aula, pois para estes existiria uma doutrinação homossexual das crianças.

Facchini e Simões (2009, p. 34), no entanto, simplificam a compreensão de identidade de gênero, apontando como algo bem distinto daquilo que os setores conservadores da sociedade insistem em denominar de ideologia de gênero:

A identidade de gênero pode ser traduzida pela convicção de ser masculino ou feminino, conforme os atributos, comportamentos e papéis convencionalmente estabelecidos para os machos e fêmeas. As identidades definem-se em termos relacionais e, enquanto categorias, podem organizar e descrever a experiência da sexualidade das pessoas. Na sociedade contemporânea, as identidades tornam-se instrumentais para reivindicação por legitimidade e respeito. As identidades são históricas e culturalmente específicas, são respostas políticas a determinadas conjunturas e compõem uma “estratégia das diferenças.”

Neste cenário em que os grupos conservadores buscam a todo custo coibir a afirmação dos grupos formados por sujeitos cuja sexualidade não-binária, que como propõe a Teoria *Queer* não se encaixam em nenhum padrão e por essa razão ocupam uma posição marginalizada na sociedade, é preciso discutir, trabalhar e levar à reflexão sobre a diversidade sexual a todos os espaços sociais e a escola é um espaço privilegiado de formação e reflexão.

O desafio parece ser encontrar mecanismo que favoreça o trabalho com a diversidade em sala de aula, neste caso específico em aulas de Literatura. O trabalho com Literatura no Ensino Fundamental por si já representa um desafio, haja vista as dificuldades que muitos professores encontram em relacionar o currículo formal e prescrito com as práticas literárias.

Os professores de Ensino Fundamental têm sido impelidos e cobrados acerca da capacidade de formar leitores competentes, contudo parece não haver uma consciência de que a formação do leitor passa necessariamente pelo trabalho com a literatura. A leitura é

fundamental na construção da identidade de todo indivíduo, e a leitura do texto literário favorece a formação desta identidade.

Nesta perspectiva, o trabalho com a transversalidade surge como uma alternativa razoável. Para propormos o trabalho com os temas transversais no âmbito do ensino de Língua Portuguesa e especificamente de Literatura, é preciso, antes de tudo, nos reportarmos ao conceito de transversalidade. Ana Amélia Inoue (1999, p.22) nos apresenta o seguinte:

Os Temas Transversais tratam das questões e das formas de organização específicas de cada sociedade. Se tomarmos como exemplo o enunciado matemático, em que duas unidades somadas a outras duas unidades equivalem a 4 unidades ($2 + 2 = 4$) em qualquer situação, seja num regime democrático ou ditatorial, numa situação de guerra ou não, essa fórmula se mantém verdadeira, independente do contexto político-social vivido. Porém, a condição da mulher ou a forma como determinada população utiliza e se relaciona com os recursos naturais ou como se coloca a questão da paz e da tolerância em relação ao outro são temas cujas abordagens variam conforme o lugar. Esses assuntos são tratados sob diferentes óticas dependendo da comunidade e do país. Grande parte dos países da Europa tem como um de seus temas transversais a educação para a paz, que trata diretamente da questão da guerra. São abordados os motivos que levam a uma guerra e como ela pode ser evitada; qual a atitude social que se espera numa situação de guerra iminente, pois os europeus estão numa localização geográfica muito próxima aos lugares onde a guerra é muito presente. Essa é a principal diferença que marca, de uma forma bem acentuada, o que são os temas e o que são as disciplinas. Enquanto as áreas do conhecimento trazem um saber constituído ao longo de toda a história da humanidade, os temas transversais, isto é, as perguntas e as respostas, estão sendo produzidos no dia a dia e na vivência da própria sociedade. A questão levantada é se esse assunto tem relação com a escola e se deveria ser tratado por ela. Para isso, deve-se avaliar a função da escola nos dias atuais.

Assim, o trabalho com os temas transversais, como sugere Inoue (1999), pode representar um caminho na busca pela promoção de uma educação mais significativa e capaz de questionar os padrões estabelecidos pela sociedade.

A proposta desta pesquisa é encontrar caminhos para alinhar o ensino de Literatura no Ensino Fundamental à questão da diversidade sexual, e como nos é apresentado no fragmento anterior os temas transversais devem ter relação com a escola e com o cotidiano do aluno. Uma breve análise da sociedade brasileira contemporânea evidenciará que há grande necessidade de se colocar em discussão a questão da convivência com a diferença, sobretudo no ambiente, um espaço marcado pela coexistência de indivíduos de diferentes origens, com crenças e visões de mundo distintas que possuem formas peculiares de enxergar o mundo. A escola é recorrentemente um espaço de segregação de minorias e de exclusão daqueles tidos como diferentes.

Contudo, é preciso pensar a escola também como o espaço oportuno para a abordagem de temas que provoquem a reflexão sobre as práticas e vivências cotidianas para

as situações com as quais os alunos se deparam em seus dias e que não estão prescritas no currículo formal para serem ensinadas.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9394/96) determina que um dos objetivos do Ensino Fundamental é contribuir para a formação de cidadãos críticos, logo se faz necessário inserir temas da realidade cotidiana dos alunos na sala de aula a fim de motivá-los a pensar e agir sobre o meio em que vivem.

É preciso produzir uma educação capaz de emancipar e minorar as situações de exclusão e o caminho para isso se faz contribuindo para uma educação em que os conflitos sejam utilizados para mediar o desenvolvimento do respeito e da tolerância com o outro.

É essa busca pela descoberta e pela transformação que se pretende estabelecer ao se propor o trabalho com transversalidade atrelado ao ensino de Língua Portuguesa/ Literatura no Ensino Fundamental para se fazer com que os alunos reflitam sobre os padrões de normalidade estabelecidos e tenham a oportunidade de discuti-los na escola. Uma sociedade baseada na democracia em nenhum momento deveria negar a seus cidadãos o direito de ter contato com qualquer conhecimento ou de debater qualquer tema a despeito dos padrões e dar normas que foram convencionadas por esta sociedade como legítimas, já que a democracia pressupõe a mudança.

Embora no Brasil não se negue o direito à discussão de temas como a diversidade sexual, e até esteja prevista na legislação educacional a inserção do tema orientação sexual como tema transversal, no qual seria possível inserir a temática da diversidade sexual, é preciso levar em consideração o movimento conservador que cada vez mais se adensa e se avoluma no Brasil, movido em grande parte por instituições políticas e religiosas que querem negar o acesso ao estudo da sexualidade e mais precisamente da diversidade sexual na escola, temas cujo trabalho e abordagem são legitimados pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (1997).

Ao tratar do tema Orientação Sexual, busca-se considerar a sexualidade como algo inerente à vida e à saúde, que se expressa no ser humano, do nascimento até a morte. Relaciona-se com o direito ao prazer e ao exercício da sexualidade com responsabilidade. Engloba as relações de gênero, o respeito a si mesmo e ao outro e à diversidade de crenças, valores e expressões culturais existentes numa sociedade democrática e pluralista. Inclui a importância da prevenção das doenças sexualmente transmissíveis/AIDS e da gravidez indesejada na adolescência, entre outras questões polêmicas. Pretende contribuir para a superação de tabus e preconceitos ainda arraigados no contexto sociocultural brasileiro. (BRASIL, 1997, p. 287).

De acordo com o que podemos perceber no trecho acima retirado da apresentação do Tema transversal Orientação Sexual no âmbito dos PCN's, o próprio documento já

apresenta estes temas como necessários, sem, no entanto, negar o caráter polêmico que eles podem adquirir quando abordados dentro da escola.

Ainda nos PCN's no que se refere ao Tema Transversal Orientação Sexual encontramos o seguinte apontamento:

o fato de a família ter valores conservadores, liberais ou progressistas, professar alguma crença religiosa ou não, e a forma como o faz, determina em grande parte a educação das crianças e jovens. Pode-se afirmar que é no espaço privado, portanto, que a criança recebe com maior intensidade as noções a partir das quais vai construindo e expressando a sua sexualidade. (BRASIL 1998, p. 291).

É no ambiente familiar que de fato os valores se constroem, não se pode esquecer que a família é o primeiro contato social da criança, que passa antes pela instituição familiar, social e só posteriormente chega à escola, e quando o faz já chega portando personalidade, cultura, modos de ver e pensar o mundo, que recebeu e/ou foi influenciado a ter, podendo ou não assumir as posturas para as quais foi impelido. Os PCN's nos dizem ainda que:

Com a inclusão da Orientação Sexual nas escolas, a discussão de questões polêmicas e delicadas, como masturbação, iniciação sexual, o “ficar” e o namoro, homossexualidade, aborto, disfunções sexuais, prostituição e pornografia, dentro de uma perspectiva democrática e pluralista, em muito contribui para o bem-estar das crianças, dos adolescentes e dos jovens na vivência de sua sexualidade atual e futura. (BRASIL 1998, p. 293).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) datam de vinte anos atrás e já na década de 1990 propunham o trabalho com temas ditos polêmicos dentro do ambiente escolar. Parece paradoxal que vinte anos depois, o mundo tendo supostamente se desenvolvido tecnologicamente e intelectualmente, avançado em campos como ciência e em debates filosóficos e sociológicos, nos quais os grupos historicamente segregados ocuparam cada vez mais espaços dentro da sociedade, ainda seja tabu, e o (a) professor (a) encontre dificuldades para trabalhar uma temática recorrente no cotidiano dos alunos como diversidade sexual.

Mais espantoso ainda é que mesmo com as supostas mudanças engendradas na sociedade contemporânea e com a luta cada vez maior de grupos minoritários pela afirmação em busca de direitos, ainda haja resistência e imposição por parte de grupos conservadores ao trabalho com diversidade sexual ou, como mais recentemente temos podido acompanhar pela mídia, à simples menção ao termo gênero em sala de aula.

Numa perspectiva mais recente temos as discussões acerca da Base Nacional Curricular Comum – BNCC, cujo texto tem sofrido pressão de segmentos sociais contrários à abordagem da educação sexual e de temas como gênero e diversidade na escola. Aprovada em 2017, a Base do ensino fundamental, com alegação do próprio Ministério da Educação de que

o tema causaria muita polêmica, suprimiu do documento o termo gênero. O Conselho Nacional de Educação acatou a decisão com a vaga promessa de emitir a posteriori um documento norteador sobre o tema.

O comportamento que certos setores da sociedade têm apresentado diante das inúmeras tentativas de desenvolver ações educativas que promovam o debate e a inclusão de grupos excluídos demonstra que a educação ainda não conseguiu superar os preconceitos enraizados culturalmente na sociedade e que ainda se faz necessário mediar o ensino para que ela aconteça de forma plural, aproveitando o caráter pluralista do espaço escolar, um lugar notadamente de conflitos, e por vezes de subordinação, haja vista os casos de bullying e violência contra as minorias que se verificam nas escolas, para promover o diálogo e a reflexão sobre a importância de conviver com as diferenças.

Como já dito acima, apesar do desenvolvimento tecnológico e científico e do engajamento dos grupos chamados de minorias, o cenário de preconceito não muda. E isso ocorre porque a velocidade de mudança de uma ideologia não é tão rápida quanto o avanço tecnológico. As pessoas resistem às mudanças ideológicas mais do que a outras coisas.

Respeitar os educandos, porém, não significa mentir a eles sobre meus sonhos, dizer-lhes com palavras ou gestos ou práticas que o espaço da escola é um lugar “sagrado” onde apenas se estuda e estudar não tem nada que ver com o que se passa no mundo lá fora; esconder deles minhas opções, como se fosse “pecado” preferir, optar, romper, decidir, sonhar. Respeitá-los significa, de um lado, testemunhar a eles a minha escolha, defendendo-a; de outro, mostrar-lhes outras possibilidades de opção, enquanto ensino, não importa o quê [...] (FREIRE, 1997, p. 108-109).

A proposta de trabalho com a transversalidade, que os PCN's já sugerem e que por vezes não se efetiva, nos parece ser um caminho plausível para trazer para o âmbito das aulas de Literatura a discussão sobre diversidade sexual. Inicialmente porque o livro gera identificação. Quem lê se identifica com o que lê, com as personagens, com o enredo, enfim com a história. Como nos aponta Eco (2003, p. 9 e 21):

a dolorosa maravilha que nos proporciona cada releitura dos grandes trágicos é que seus heróis, que poderiam fugir de um fado atroz, por debilidade ou cegueira, não compreendem ao encontro do que estão indo, e precipitam-se no abismo que cavaram com as próprias mãos." (...) A função dos contos 'imodificáveis' é precisamente esta: contra qualquer desejo de mudar o destino, eles nos fazem tocar com os dedos a impossibilidade de mudá-lo. E assim fazendo, qualquer que seja a história que estejam contando, contam também a nossa, e por isso nós os lemos e os amamos. (...) creio que esta educação ao Fado e à morte é uma das funções principais da literatura."

Diante da possibilidade de produzir essa identificação do aluno com o livro e fazer a ligação da história lida com a realidade do aluno, temos um caminho possível para se

trabalhar com a diversidade sexual no contexto das aulas de Literatura. Trazer para o âmbito da sala de aula a leitura de obras que abordem as temáticas diversidade sexual e respeito às diferenças poderá provocar reflexões acerca da importância de se construir uma sociedade menos estereotipada e bitolada ao padrão heteronormativo, que exclui, oprime, marginaliza e por vezes mata quem não se encaixa nos padrões tidos como aceitáveis por uma sociedade que sequer consegue colocar em discussão o que seria essa normalidade.

Essa mesma sociedade que não admite colocar em xeque seus padrões e a que confronta a possibilidade de uma escola comprometida com a mudança em relação ao diferente e que prefere promover e manter a perspectiva da invisibilidade ante a existência das diferenças na escola.

A escola pública, gratuita e obrigatória do século XX é herdeira da do século anterior, encarregada de missões históricas de grande importância: criar um único povo, uma única nação, anulando as diferenças entre os cidadãos, considerados como iguais diante da lei. A tendência principal foi equiparar igualdade à homogeneidade. Se os cidadãos eram iguais diante da lei, a escola devia contribuir para gerar estes cidadãos, homogeneizando as crianças, independentemente de suas diferentes origens. Encarregada de homogeneizar, de igualar, esta escola mal podia apreciar as diferenças. (LERNER, 2007, p.7).

Na sociedade contemporânea em que as relações sociais são cada vez mais marcadas pelas diferenças, onde no mesmo espaço coexistem diferentes sujeitos com visões de mundo distintas e com identidades próprias que não necessariamente se encaixam em um padrão previamente estabelecido e considerado bom para todos, é indiscutível a necessidade de uma educação que consiga ao menos mediar essas relações.

As propostas educacionais no sentido de promover a integração entre os diferentes sujeitos sociais no mesmo ambiente escolar, tido por nós como um microcosmo da sociedade, dão conta do que se convencionou chamar multiculturalismo, uma perspectiva educacional que admite e reconhece a coexistência no mesmo espaço de indivíduos com origens étnicas, valores culturais e identidades pessoais e coletivas distintas. Para Werneck (2008, p.429), o multiculturalismo “pode consistir na justaposição ou presença de várias culturas em uma mesma sociedade e também na relação entre elas.”

Contudo, no atual contexto social não mais espaço apenas para simples convivência ou justaposição das culturas é preciso ir além, promover a interação e aceitar o conflito entre estes segmentos culturais como algo de valor do qual se pode extrair aprendizagem, conhecimento e construção de sentimento de respeito em relação às diferenças.

Para tanto, Candau (2008, p. 37) reforça a ideia de um multiculturalismo não estático, mas interativo, o que se convencionou chamar de interculturalismo.

Considero que uma primeira característica que a configura é a promoção deliberada da interrelação entre diferentes sujeitos e grupos socioculturais presentes em uma determinada sociedade. Neste sentido, esta posição se situa em confronto com todas as visões diferencialistas, assim como com as perspectivas assimilacionistas. Por outro lado, rompe com uma visão essencialista das culturas e das identidades culturais. Concebe as culturas em contínuo processo de construção, desestabilização e reconstrução. Uma terceira característica está constituída pela afirmação de que nas sociedades em que vivemos os processos de hibridização cultural são intensos e mobilizadores da construção de identidades abertas, em construção permanente, o que supõe que as culturas não são puras, nem estáticas. A hibridização cultural é um elemento importante na dinâmica dos diferentes grupos socioculturais. A perspectiva intercultural também favorece o diálogo entre diversos saberes e conhecimentos. Estes conhecimentos tendem a ser considerados universais e científicos, assim como a apresentar um caráter monocultural. Quanto aos saberes, são produções dos diferentes grupos socioculturais, estão referidos às suas práticas cotidianas, tradições e visões de mundo. São concebidos como particulares e assistemáticos. Considero que o mais relevante, deixando aberta esta discussão, é considerar a existência de diferentes saberes e conhecimentos e descartar qualquer tentativa de hierarquizá-los. Neste sentido, a perspectiva intercultural procura estimular o diálogo entre os diferentes saberes e conhecimentos, trabalha a tensão entre universalismo e relativismo no plano epistemológico e ético, assumindo as tensões e conflitos que emergem deste debate.

Logo, a escola que se sugere como espaço em que as diferenças coexistam é a que consiga promover essa interação entre os diversos indivíduos, oriundos das mais diversas etnias e cenários culturais, construindo o que Candau (2012) chama de multiculturalismo interativo ou interculturalismo.

Diante do cenário notadamente marcado pela influência de setores sociais conservadores, cujos preceitos e pensamentos tendem a motivar um comportamento intolerante e segregador das minorias, em que há pouco espaço para discussão sobre o diferente, sobre o que não se encaixa nos padrões tidos como normais pela sociedade heteronormativa, em que a população que se identifica com orientação sexual destoante do padrão heteronormativo, é relegada à marginalidade e à invisibilidade, sofrendo com o preconceito, com violência e as mais diversas vulnerabilidades, sejam elas econômicas, sociais, políticas e culturais, é preciso criar mecanismo que oportunizem a visibilidade deste grupo dentro da escola.

O ensino de Literatura surge como caminho possível para articular a promoção desse espaço educacional que dialogue com as diferenças e que dê visibilidade aos indivíduos de sexualidade não-binária ou que não se encaixem nos padrões heteronormativos, tais como gays, lésbicas, travestis, transexuais, *drags*, assexuados entre outros que ainda ocupam lugares marginalizados na sociedade.

Através da leitura do texto literário por deleite, por fruição, é possível promover a identificação e quiçá a empatia do sujeito leitor com as personagens e com o enredo,

efetivando assim em uma perspectiva transversal o ensino de literatura e de orientação sexual, com foco na diversidade sexual, atendendo o que preveem os PCN's desde a década de 1990.

Essas ações mais que ressignificar o Ensino de Língua Portuguesa e Literatura contribuirão para a desconstrução de preconceitos arraigados social e historicamente e que ainda marginalizam e oprimem os indivíduos que não se encaixam nos padrões previamente estabelecidos pela sociedade e que são fruto de uma sociedade cada vez mais marcada pela coexistência de indivíduos com origens e culturas distintas no mesmo espaço, exigindo da escola e da sociedade como um todo uma postura intercultural, onde os indivíduos se reconheçam como diferentes e aprendam com os conflitos à medida que desenvolvem valores como solidariedade, respeito, empatia e tolerância.

3 LITERATURA INFANTOJUVENIL : CONCEPÇÕES E FUNÇÕES

Assim como afirma o título da célebre obra do linguista Marcos Bagno, “nada na Língua é por acaso”, podemos afirmar que na Literatura também não. O próprio conceito de Literatura é de difícil compreensão, haja vista que sendo admirada e estudada simultaneamente, produzida e pesquisada, oscila entre a arte e a ciência; ora sendo motivo de espanto e beleza, podendo, sem prejuízo algum para quem interage com ou para quem a produz, ser vista apenas como arte pela arte; ora sendo alvo de acalorados debates sobre sua função e seu papel.

De forma mais aceitável e generalizada possível, podemos usar como conceito de Literatura o apontado por Antônio Candido:

Chamarei de literatura, de maneira mais ampla possível, todas as criações de toque poético, ficcional ou dramático em todos os níveis de uma sociedade, em todos os tipos de cultura, desde o que chamamos de folclore, lenda, chiste, até as formas mais complexas e difíceis da produção escrita das grandes civilizações. (CANDIDO, 1995, p. 174).

Pelos apontamentos do autor, literatura, portanto, é toda manifestação humana que busque retratar as experiências humanas e dialogar com elas, não tendo, como se afirmou no início deste capítulo, surgido por acaso, mas mediante a necessidade do homem de se comunicar, de dizer ao outro sobre si, sobre seu meio e sobre como ele percebe o mundo à sua volta, sendo também a literatura um exercício de alteridade, quando o homem diz de si, mas diz também do outro, dos que com ele convivem, coexistem, formam o que se convencionou chamar de sociedade.

Sendo um retrato das experiências humanas, a literatura é imperfeita como o homem e retrata o homem transfigurado, suas relações, anseios e muitas vezes a sua forma de sonhar e imaginar o mundo.

A arte, e, portanto, a literatura, é uma transposição do real para o ilusório por meio de uma estilização formal da linguagem, que propõe um tipo arbitrário de ordem para as coisas, os seres, os sentimentos. Nela se combinam um elemento de vinculação à realidade natural ou social, e um elemento de manipulação técnica, indispensável à sua configuração, e implicando em uma atitude de gratuidade. (CANDIDO, 1972, p. 53).

Coutinho (1978, p. 09-10) corrobora esse pensamento e diz que:

a literatura, como toda arte, é uma transfiguração do real, é a realidade recriada, através do espírito do artista e retransmitida através da língua para as formas, que são os gêneros, e com os quais ela toma corpo e nova realidade. Passa, então, a viver outra vida, autônoma, independente do autor e da experiência de realidade de onde proveio. Os fatos que lhe deram às vezes origem perderam a realidade primitiva e adquiriram outra, graças à imaginação do artista. São agora fatos de outra natureza, diferente dos fatos naturais objetivados pela ciência ou pela história ou pelo social.

Assim percebemos que o homem e a literatura estão ligados de forma intrínseca, contudo na relação homem e literatura passa a existir um novo fator: a imaginação. E neste espaço mágico, criado e recriado tantas vezes pelo artista, onde tudo pode, desde que não perca o contato com a verossimilhança, se cria o ambiente perfeito para que nasça algo peculiar à natureza humana: o prazer.

Percebemos ainda que não existe uma literatura, mas muitas, múltiplas, diversas, cada indivíduo, em cada contexto cultural e social confere à literatura e extrai dela um significado. Dentro dessa multiplicidade de sentido nasce a Literatura Infantojuvenil, que pouco difere das demais literaturas, embora nela se perceba, de forma mais incisiva, o poder de encantar.

Se por um lado não é fácil definir literatura como um todo, haja vista a multiplicidade de sentidos, de características e de funções que esta assume, nos mais diversos contextos sociais em que existe, tampouco se pode definir com facilidade o que por ventura venha a ser Literatura Infantojuvenil.

Não dá para desassociar Literatura Infantojuvenil da ideia de Literatura como uma arte e apenas lhe conferir caráter pragmático. Ainda que escrita para um determinado público, que de início fica difícil descrever ou delimitar e com claras intenções, esta modalidade literária é, antes de tudo, arte.

Além das dificuldades estruturais, outro fator implica na dificuldade de definição sobre o que, de fato, é Literatura Infantojuvenil, que é a história relativamente recente dessa

modalidade literária. Profundamente ligada à história da burguesia europeia, onde encontrou o cenário propício ao seu desenvolvimento, a literatura, hoje denominada de infantojuvenil começa a surgir no século XVIII, atendendo a exigências próprias da época, já que o conceito de criança, até então relegada a uma posição secundária na família e na sociedade, passou a ser revisto.

Durante a Idade Média, quando apenas 2% da população europeia era alfabetizada, era impossível se pensar em literatura até para outros setores da sociedade que não fossem o Clero ou a Nobreza, o que dizer de uma literatura para crianças, na maioria das vezes tida como um adulto em miniatura, ou ainda como um ser de menor importância? Áries faz uma descrição de como era vista a criança no período da Idade Média:

As pessoas se divertiam com a criança pequena como um animalzinho, um macaquinho impudico. Se ela morresse então, como muitas vezes acontecia, alguns podiam ficar desolados, mas a regra geral era não fazer muito caso, pois outra criança logo a substituiria. A criança não chegava a sair de uma espécie de anonimato (ÁRIES, 1981, p.10).

Logo se pode considerar que o novo conceito de criança, que emergiu sobretudo com a ascensão da burguesia, foi preponderante no processo de criação do que hoje denominamos por Literatura Infantojuvenil. E que esta Literatura está diretamente ligada à burguesia, como nos afirma Regina Zilberman:

Há um vínculo estreito entre seu nascimento e um processo social que marca indelevelmente a civilização europeia moderna e, por extensão, ocidental. Trata-se da emergência da família burguesa. As ascensões respectivas de uma instituição como a escola, de práticas políticas, como a obrigatoriedade do ensino e a filantropia de novos campos epistemológicos, como a pedagogia e a psicologia, não apenas interrelacionadas, mas uma consequência que o novo posto da família e respectivamente a criança adquire na sociedade (ZILBERMAN, 2003, p. 34 e 35).

Apesar da liquidez de suas características e da dificuldade de definição acerca do que propriamente é Literatura Infantojuvenil, essas delimitações nos apontam para um conceito: literatura infantojuvenil é aquela que, fazendo parte de um determinado momento da infância de um indivíduo, foi capaz de despertar nele sensações e sentimentos que o acompanham vida afora.

Aqueles que predominam na primeira década e meia de vida de cada um são chamados de Literatura Infantil. Poder-se-iam definir os livros para crianças por essas características; são os que ouvimos ou lemos antes de chegar à idade adulta. Não significa que não voltemos a eles depois; importa, porém, que o regresso se deva ao fato de terem marcado nossa formação de leitor, imprimirem-se na memória e tornarem-se referência permanente quando aludimos à literatura. (ZILBERMAN, 2005, p. 10 -11).

Literatura infantojuvenil é, portanto, não só aquela escrita para crianças, mas aquela que, tendo sido capaz de encantar a quem ler, permaneça presente em sua história vida afora, tenha servido de balizador para outras leituras e construindo pontes entre a realidade e o imaginário, mergulhando quem lê no mágico, nebuloso e, sem dúvidas maravilhoso, mundo da literatura.

3.1 Literatura Infantojuvenil no Brasil - aspectos históricos

A história da Literatura Infantojuvenil está diretamente atrelada à história da infância. Na Europa do século XVIII a criança começava a ser enxergada no seio da sociedade burguesa como um ser diferente do adulto, com necessidades e características diferentes deste e, neste contexto, a família burguesa, preocupada em oferecer aos filhos acesso à educação e à cultura que lhes permitisse desfrutar do prestígio conferido somente aos membros da nobreza e do clero, até então únicos detentores deste acesso, cria as condições para o surgimento de uma literatura própria para crianças.

A concepção de uma faixa etária diferenciada, com interesses próprios e necessitando de uma formação específica só acontece em meio à Idade Moderna. Esta mudança se deveu a outro acontecimento da época: a emergência de uma nova noção de família, centrada não mais em amplas relações de parentesco, mas num núcleo unicelular, preocupado em manter sua privacidade (impedindo a intervenção dos parentes em seus negócios internos) e estimular o afeto entre seus membros. (ZILBERMAN, 1985, p.13).

A Literatura Infantojuvenil surgiu em oposição ao conceito de infância mantido durante toda a Idade Média e se consolidou como ferramenta capaz de promover a inserção da criança no mundo da educação e da cultura, sendo conquistada por meio do fantástico, que somente a literatura infantojuvenil com suas nuances oferece.

A história da literatura infantil tem relativamente poucos capítulos. Começa a delinear-se no início do século XVIII, quando a criança pelo que deveria passa a ser considerada um ser diferente do adulto, com necessidades e características próprias, pelo que deveria distanciar-se da vida dos mais velhos e receber uma educação especial, que a preparasse para a vida adulta. (CUNHA, 1999, p. 22).

Como podemos perceber, a Literatura em seus primórdios adquire um caráter pragmático, tendo como principal função preparar a criança, agora vista como ser diferente do adulto, para a vida, fomentando seu processo de aprendizagem, de acesso ao saber formal, adquirido ao longo das gerações. Essa transição vai permitir que no início do século XVIII na

Europa nasça, junto com esse novo olhar sobre a infância, um tipo de literatura voltada para crianças, a literatura infantil.

No Brasil, o surgimento deste tipo de Literatura vai levar algum tempo, haja vista que embora o século XVIII tenha sido uma época de profundas transformações políticas, não existia no país, até então colônia de Portugal, uma sociedade burguesa consolidada, sendo a elite composta em sua maioria por membros da coroa portuguesa que eram designados para trabalhos nesta parte do mundo.

Predominava no Brasil setecentista uma economia vigorosa que possibilitou uma estrutura de classes, de coloração própria, por decorrência de especificidades locais e da solução encontrada para o problema geral da mão-de-obra: a escravidão. A situação da elite local foi de dependência à metrópole, Portugal, e a perspectiva de mobilidade social era mais difícil, devido às condições da escravidão. (CASEMIRO, 1996, p. 7).

Percebemos, portanto, que mesmo a despeito das transformações políticas, em sua maioria promovidas por Marquês de Pombal, que incidiram inclusive sobre a educação, já que entre as mudanças implantadas pelo principal ministro de Dom José, rei de Portugal no século XVIII, estava a expulsão dos jesuítas, primeiros educadores do Brasil. Desta forma, conclui-se que, ainda diante das inúmeras riquezas descobertas e exploradas na colônia, a exemplo do ouro em Minas Gerais, vivia-se no Brasil da época, um cenário de atraso social e cultural, que o inviabilizou de acompanhar, no mesmo ritmo da Europa, o desenvolvimento de um programa de Literatura para crianças propriamente brasileiro.

Se a literatura infantil europeia teve seu início às vésperas do século XVIII, quando, em 1697, Charles Perrault publicou os célebres *Contos da Mamãe Gansa*, a literatura infantil brasileira só veio a surgir muito tempo depois, quase no século XX, muito embora ao longo do Século XIX reponte, registrada aqui e ali, a notícia do aparecimento de uma ou outra obra destinada a crianças. (LAJOLO e ZILBERMAN 2007, p. 21).

Só é possível pensar em Literatura Infantil no Brasil no século XIX, mais precisamente após a chegada da família real portuguesa ao Brasil em 1808, que acabou por criar as condições de desenvolvimento necessárias para que o Brasil se afirmasse como país. A modernização da cidade do Rio de Janeiro, onde Dom João VI se estabeleceu com a corte, a criação de infraestrutura mínima, que inexistia até então, com o Banco do Brasil, as primeiras escolas superiores, bibliotecas, imprensa regular e a inauguração de teatros, conferiram à vida na colônia caráter mais cultural e ofereceram condições de desenvolvimento.

A despeito de todas as modificações, as obras lidas pelo público, e sobretudo pelas nossas crianças, eram adaptações de obras europeias, porque só mais tarde teríamos as

condições necessárias para a produção literária no Brasil e só então surgiriam os primeiros escritores de Literatura Infantil brasileiros. Contudo, Lajolo e Zilberman afirmam que:

tratava-se, no entanto, de publicações esporádicas e de circulação precária na medida em que, antes da fase republicana, o Brasil não parecia comportar uma linha regular de publicações para jovens, sustentada por uma prática editorial moderna, como ocorreu com as séries confiadas a Figueiredo Pimentel e Arnaldo de Oliveira Barreto. (LAJOLO; ZILBERMAN, 2007, p. 29).

Assim como a sociedade e a cultura brasileiras, a Literatura Infantil está baseada no tripé europeu, indígena e africano, tendo recebido forte influência direta destas três culturas. Dos Europeus, as longas narrativas traduzidas de forma oral, geralmente baseadas nas novelas de cavalarias, serviram de base para a criação de uma narrativa lúdica. Os negros acrescentaram elementos relevantes, com base nos contos africanos, e os índios conferiram a cor local com personagens como a Iara, entre outros, comuns à cultura indígena.

Embora se perceba elementos destas três culturas nas narrativas voltadas para crianças, nota-se também a predominância de aspectos europeus, uma vez que a época favorecia a existência de um pensamento eurocêntrico, que contribuía para que a cultural europeia fosse tida como referência para a produção cultural.

Enquanto o imaginário infantil, de forma informal, era permeado pelos personagens oriundos das novelas de cavalaria, pelas personagens saídas das histórias de Trancoso, de assombração e pelos causos contados pelas mães-pretas, avós e mais velhos em geral, todas elas cheias de referência à cultura africana e indígena, a literatura formal foi sempre adaptada e traduzida da cultura europeia. Editadas em Portugal, eram escritas num português que se distanciava bastante da língua materna dos leitores brasileiros (LAJOLO; ZILBERMAN, 2007, p. 29).

Embora as primeiras publicações deste gênero a obter sucesso de verdade surjam somente a partir de 1920 quando Monteiro Lobato publica *A menina do nariz arrebitado*, que mais tarde seria republicado com o título *Reinações de Narizinho* e se tornaria o propulsor da série de livros *O Sítio do Picapau Amarelo*, Sandroni sugere que antes de Lobato houve esforços de escritores nacionais de produzirem obras do gênero:

Não havia aqui editoras e os autores brasileiros tinham seus textos impressos na Europa. No primeiro decênio do século XX nota-se o início de uma reação a esse estado de coisas. A literatura escolar talvez tenha sido a primeira etapa. Autores brasileiros já começavam a ser incluídos em seletas preparadas e impressas em Portugal. Alguns deles dedicaram-se a esse tipo de literatura do qual ficaram poucos livros de valor, como por exemplo *Através do Brasil*, de Manuel Bonfim e Olavo Bilac, *Contos pátrios*, deste último e Coelho Neto ou *Saudade*, de Tales de Andrade. (SANDRONI, 1998, p. 12).

Contudo, embora tenha havido outros escritores antes de Lobato, temos neste escritor uma nova proposta de literatura para crianças. Destoante da feita até então, com forte teor qualitativo, a obra de Lobato passou abordar e debater temas gerais, históricos e contemporâneos, adaptados à linguagem da criança de forma a fazê-la compreender.

Para além das temáticas, a obra de Lobato se destaca pela linguagem criativa, inovadora e coloquial, fazendo com que, ainda que sem perceber, o autor se encaixasse no espírito de seu tempo e propagasse marcas do modernismo, que ele chegou a combater.

Desiludido com os adultos, [Lobato] acredita que só as crianças poderão modificar o mundo, torna-as suas interlocutoras privilegiadas. Por isso trata em sua obra de temas sérios e complexos que até então não eram considerados apropriados à infância como: guerras, política, ciência, petróleo. Os problemas são apresentados de maneira simples e clara, por vezes didática, de modo adequado à compreensão do leitor. A simplicidade da linguagem, marcada pelo coloquialismo e por “brasileirismos” inovadores, visa a tornar agradável a leitura. (SANDRONI 1987, p. 14).

Fazendo sempre uso de elementos como humor, ironia e se apoderando do seu trunfo principal, a fantasia, a magia escondida por trás das coisas, o autor se firma e inova sobretudo por trazer para os textos infantis temas até então tidos como assunto de adultos, reforçando um traço biográfico seu, que é a desilusão com os adultos, que fez com que ele enxergasse nas crianças os seus principais interlocutores, capazes de mudar as coisas e transformar o mundo, assim ele se utiliza do viés mágico/fantástico para dialogar com elas e encantá-las à medida que as diverte.

Ainda que afeito ao mundo fantástico, ao mágico e ao maravilhoso, Lobato nunca se absteve de abordar a realidade, de tratar dos temas caros à sua época, de retratar o Brasil e seus problemas, usou, portanto, a fantasia de forma distinta das que os românticos fizeram no século XIX para esquecer a realidade. Em Lobato, a fantasia está sempre relacionada a temas caros à sua época.

Todos esses fatores fizeram do autor, não o primeiro, mas o mais importante de todos os escritores para crianças de todos os tempos no Brasil, tendo durante muito tempo perdurado como o único a se destacar neste segmento, como nos aponta (SANDRONI 1987, p. 15): a obra de Lobato foi tão importante e alcançou tanto sucesso junto ao público que durante décadas “o panorama da literatura destinada a crianças e a jovens permaneceu semiestagnado, com várias e frustradas tentativas de imitação.”

Afora Lobato, os primeiros setenta anos da década de 1920 viram despontar com certa relevância outros escritores que se dedicaram a escrever para crianças no Brasil. Muitos

destes eram escritores que escreviam para adultos e que acabaram escrevendo um ou outro livro para crianças, a exemplo de Clarice Lispector com seu *A Mulher que Matou os Peixes*, Cecília Meireles com *Isto ou Aquilo*, Érico Veríssimo com *As Aventuras de Tibicuera*, José Lins do Rêgo com as *As Histórias da Velha Totônia*, ou ainda escritores que fizeram sucesso com poucas obras voltadas para este público, como é o caso de Maria José Dupré e Orígenes Lessa.

Somente a partir da década de 1970 o panorama de estagnação em relação à produção de literatura infantil começa a mudar. Em 1971, a obrigatoriedade das escolas de adotarem livros para crianças de autores brasileiros, obrigatoriedade prevista na Lei de Reforma do ensino, favoreceu o surgimento de nomes consagrados da Literatura que permearam o imaginário e a infância de muita gente.

Da década de 1970, destacam-se na produção de literatura para crianças Ruth Rocha, Marina Colasanti, Ana Maria Machado, Ziraldo, Lygia Bojunga, João Carlos Marinho, entre outros, que embora tenham rompido com o período de estagnação na produção literária para crianças, desde Lobato foram responsáveis pela criação de uma literatura infantil condizente com os moldes propostos pelo escritor ainda no início do século XX, enfatizando características como fantasia, ludicidade e inventividade, se misturam a temas cotidianos, reforçando a importância de Monteiro Lobato para a Literatura Infantil brasileira, no momento em que se destaca como referência para os novos escritores.

Agora, é ele quem fornece os padrões a serem incorporados pelos autores nacionais, oferecendo-se como modelo e espaço de intertextualidade. O espelho utilizado para os novos autores se mirarem não mais provém de fora, mas de dentro de nossa tradição, aparecendo o criador de Narizinho e Emília como o clássico a reverenciar e, ao mesmo tempo transgredir. (ZILBERMAN, 2005, p. 167-168).

A literatura dessa época, baseada nos moldes de Monteiro Lobato, e repleta de alusões ao lúdico, ao maravilhoso e ao fantástico, é também permeada por um caráter contestatório do sistema político vigente à época.

Nas décadas que se seguiram a 1970 houve uma verdadeira explosão de autores e obras voltadas para o público infantojuvenil, com o sucesso de séries como a Vaga-Lume, publicada pela editora Ática com o intuito de ampliar as possibilidades de leitura de autores nacionais nas escolas. Desta época se destacam os títulos de autores como Marcos Rey, Luiz Puntel, Domingos Pellegrini, Lúcia Machado de Almeida, entre outros. A série Vaga-Lume foi “criada para responder às necessidades de paradidáticos no 1º grau.” (BORELLI, 1996, p. 107).

Nas décadas de 1980 e 1990 com a promulgação da Constituição Cidadã e posteriormente a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº 9394/96 posterior

aos Parâmetros Curriculares nacionais (PCN's), foram implantadas no Brasil políticas públicas de acesso ao livro e de formação do leitor que fomentaram e ainda hoje buscam promover o acesso à leitura no Brasil, facilitando o surgimento de novos autores e novas obras, bem como trazendo à baila os títulos já consagrados na literatura infantil brasileira.

A partir da década de 1990, ocorreu na produção literária narrativa para crianças e jovens uma retomada dos clássicos universais, dos clássicos brasileiros, dos contos de fadas, das histórias exemplares, das mitologias. Além desta revalorização da memória e das tradições, também se percebe o crescimento dos temas voltados para as relações interpessoais e do relato de vida e obra de artistas que escreveram seus nomes na história brasileira e universal (RICHE, 2008). Além destes, cabe destacar a expansão de obras que se caracterizam por um realismo mágico (e muita aventura e suspense), nas quais as fronteiras entre a realidade cotidiana e o imaginário se diluem, como é o caso da série *Harry Potter* e outras similares.

Políticas como o Programa Nacional de Bibliotecas Escolares (PNBE), o Pró-Leitura, o Programa Nacional de Incentivo à Leitura (Proler), o Fome do Livro e o Viva leitura asseguraram o acesso, sobretudo de crianças mais carentes a obras e autores consagrados, como os já mencionados neste trabalho, e ofereceu possibilidade para surgimento de novos nomes. Também vêm ganhando força nestes últimos anos obras cujo tema é a sexualidade na adolescência, como *Coisas que toda garota deve saber* e *Coisas de menino*, que exploram as descobertas na transição da infância para a adolescência. (BIASIOLI, 2007).

Atualmente, a Literatura Infantojuvenil ganha cada vez mais espaço dentro do mercado editorial brasileiro. Isto se deve a diversos fatores, alguns deles conflitantes entre si, no sentido de gerarem diferentes tipos de produções, mais pragmáticas ou mais literárias, conforme o enfoque sobre a função e/ou papel da literatura na vida das crianças e jovens. Um destes fatores foi a universalização da escola. Outro foi a maior utilização dos livros não didáticos no processo de ensino-aprendizagem, tendo em vista as inúmeras pesquisas e descobertas realizadas no campo da educação nos últimos 50 anos, as quais provocaram diversas modificações no universo escolar, dentre elas a maior valorização do livro infantil e juvenil enquanto instrumento pedagógico.

Essa noção da utilidade pedagógica da Literatura Infantil e, posteriormente, da Literatura Juvenil, vem acompanhando a história destes dois gêneros desde os seus primórdios. A novidade, agora, é que estes estudos contribuíram para adequar estes gêneros ao gosto e estilo das novas gerações e às novas visões da criança, da escola e do processo de ensino/aprendizagem.

Uma das mudanças que chama a atenção diz respeito aos objetivos. Atualmente, o objetivo não é tanto transmitir os valores da sociedade, mas propiciar uma nova visão da realidade, estimular o exercício da mente, a consciência do eu em relação ao outro, despertar a criatividade, a leitura do mundo em seus vários níveis e, principalmente, dinamizar o estudo e conhecimento da língua e da expressão verbal. Apesar do forte sentido pedagógico atribuído à literatura infantil, essa nova abordagem foi, sem dúvida, extremamente positiva e produziu obras de grande excelência, até porque, um de seus principais objetivos é favorecer a proliferação do gosto pela literatura como forma de lazer e diversão. Não obstante esta preocupação, ainda são produzidas muitas obras por demais pragmáticas e bastante pobres do ponto de vista do conteúdo literário, corroborando o pensamento de determinada parcela da sociedade, por vezes ocupantes de lugares de poder, que desejam permanecer utilizando a literatura e a escola como forma de reprodução dos valores tradicionais, vistos como padrão.

Outro fator que contribuiu para a valorização da literatura infantil e juvenil em nossa sociedade e, conseqüentemente, para o aumento da produção e venda de novos e "velhos" títulos, foi a disseminação da noção da importância de alguns gêneros, principalmente os contos de fadas, para o desenvolvimento emocional e psíquico do indivíduo criança/adolescente. Esta nova abordagem também emerge a partir de diversos estudos no campo da Psicologia e da Psicanálise realizados após a segunda metade do século XX e foi responsável pela grande revalorização dos contos tradicionais nos últimos anos.

Também contribuiu sobremaneira para o aumento das vendas de livros infantis e juvenis a maior disseminação da ideia de que a literatura é uma arte, que não precisa ter outra função a não ser encantar, deleitar e divertir o leitor. Esta noção tem atraído inúmeros escritores já bastante reconhecidos pela sua produção literária voltada para o público adulto, bem como muitos outros que dedicam toda a sua inspiração e talento exclusivamente para a produção de obras dedicadas aos públicos infantil e juvenil. O investimento por parte destes escritores de primeira grandeza de toda a sua arte, inspiração, talento e criatividade na produção de obras infantis e juvenis tem contribuído de forma profunda para o enriquecimento da produção literária dirigida a este público. Foi esta noção de Literatura Infantil e Juvenil enquanto arte, voltada para o puro deleite estético, sensório e lúdico, que mais contribuiu para o enriquecimento temático, formal e textual do livro infantil e juvenil nestes últimos 30 anos no Brasil.

Em suma, a história da Literatura Infantil no Brasil se concentra sobretudo no século XX e embora tenha raízes no século XIX, com as transformações advindas da vinda da família real para o Brasil e a conseqüente modernização da Colônia, é a partir de Monteiro

Lobato que o mágico, o maravilhoso e o fantástico invadem o mundo da criança brasileira, interagindo com o cotidiano e os temas caros à época, colaborando para a perpetuação de aspectos importantes da cultura brasileira, resgate histórico e antropológico de nosso povo, chegando até à contemporaneidade com a presença mais massiva da literatura no cotidiano das crianças, com caráter cada vez mais pedagógico e formativo, devendo e podendo ser conferido a ela um tom pragmático para o trabalho com a desconstrução de paradigmas.

3.2 Literatura Infantojuvenil e diversidade sexual na escola

O advento de novas tecnologias, as descobertas científicas e as inovações que emergiram durante o século XX, impactaram de forma decisiva a organização social e o modo como as pessoas vivem e se relacionam. A coexistência, em um mesmo espaço, de diversas culturas e de sujeitos com diferentes comportamentos, gostos e personalidades acabou por transformar a sociedade contemporânea em um espaço multicultural, vivo, em que a todo instante novas perspectivas de ser surgem e devem ser compreendidas, aceitas e respeitadas.

Embora a sociedade tenha visto surgir nos últimos tempos novas configurações culturais e aspectos como a sexualidade humana tenham ganhado espaço para que os sujeitos manifestem e experimentem outras experiências que não as convencionadas pelos padrões, historicamente tidos como referência, ainda existem parcelas conservadoras desta mesma sociedade que resistem a aceitar e compreender que a sexualidade é inerente à individualidade humana e que não se pode estabelecer, como válido, um único padrão e a ele submeter todos os indivíduos.

Os setores sociais que negam a diversidade sexual e que desejam impor um padrão como referência válida, geralmente associados ao conservadorismo religioso, contribuem para que os preconceitos em relação a homossexuais, transgêneros, transexuais, bissexuais, assexuais e outros, que por não se encaixarem no padrão estabelecido pela sociedade, acabam sendo estigmatizados, por vezes excluídos e marginalizados.

A escola como microcosmo da sociedade pode ser o ambiente privilegiado para o desenvolvimento de competências que permitam ao indivíduo compreender a necessidade de conviver e respeitar as diferenças e que todos os outros indivíduos, embora devam receber tratamento igualitário, são únicos e diferentes e devem ser aceitos com suas peculiaridades.

No Brasil, embora após a promulgação da Constituição Federal de 1988 e o advento da LDB, os documentos oficiais prevejam o trabalho com a sexualidade e a diversidade, haja vista os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), ainda se encontram muitos obstáculos para que a diversidade sexual e as questões de gênero sejam abordadas em sala de aula.

Uma das principais dificuldades percebidas ao longo de minha atuação docente na perspectiva do trabalho com a diversidade em sala de aula se refere à atuação de muitos professores, que impelidos pelos preceitos religiosos, pelos tabus seculares que se enraizaram historicamente na sociedade, pela pressão dos já citados segmentos conservadores da sociedade acabam agindo em detrimento da abordagem deste aspecto tão caro à formação humana, que é a inserção da diversidade sexual no currículo escolar. Essa dificuldade muitas vezes é ampliada quando o (a) professor (a) tem falhas no seu processo de formação acadêmica.

Um argumento insistentemente proferido pelos / as professores / as, que tem tido visibilidade ao longo da história da educação, é o de que os / as educadores / as habilitados /as em alguma disciplina diferente de Ciências e Biologia não se “sentem” preparados para tratar pedagogicamente da sexualidade nas escolas por não possuírem formação inicial (graduação) e continuada (pós-graduação, cursos, seminários, simpósios) específicas para tanto (SANTOS, 2009, p. 64).

A formação do (a) professor (a), sobretudo aquela atrelada a aspectos iniciais, em muitos casos, ainda deixa a desejar no que se refere a ampliar a visão dos professores sobre como abordar as temáticas inerentes à diversidade sexual. “A escola é um ambiente detentor de um potencial que pode tornar a sociedade mais solidária e justa, por meio de uma educação voltada para a cultura da paz e ao respeito aos direitos e diversidade humana...” (REIS, 2009, p. 248).

O que se verifica, portanto, é que embora a Literatura, de acordo com o que já foi mencionado neste capítulo, consiga estabelecer caminhos para a desconstrução de tabus históricos referentes à sexualidade humana e à diversidade, esse trabalho, ainda não se efetiva, ou pela falta de habilidade dos profissionais da educação em lidar com o tema de forma geral, fruto da carência na formação inicial, ou pela ausência de ambiente, a própria comunidade que propicie o trabalho com essa perspectiva de ensino.

Fortemente “atravessado” por escolhas morais e religiosas, o tratamento da sexualidade nas salas de aula geralmente mobiliza uma série de dualismos: saudável/doentio, normal/anormal (ou desviante), heterossexual/homossexual, próprio/impróprio, benéfico/nocivo, etc. A partir das mais diversas estratégias ou procedimentos, usualmente buscando apoio em pesquisas ou dados “científicos”,

procede-se a uma categorização das práticas sexuais, dos comportamentos e, por consequência, das identidades sexuais. (LOURO, 2009, p.133).

Ao se falar sobre as dificuldades com a formação dos professores, não estamos apontando, com simplismos, que a solução seria simplesmente investir em formação continuada, embora essa seja uma das propostas que podem surtir efeito, contudo não se pode esquecer de que muitos professores carregam crenças arraigadas em seus acervos morais que inviabilizam a inserção de qualquer inovação metodológica e para quem apenas formação seria uma ação inócua.

Mais que investir em formação do professor, é preciso que a escola disponha de aparato pedagógico e recursos mínimos que fomentem o trabalho com a diversidade. Oferecer acesso a mídias, recursos tecnológicos, livros, revistas e demais impressos, inserir no calendário de formações da escola o trabalho com a temática da visibilidade é um caminho que pode se revelar ainda mais promissor no sentido de assegurar a discussão sobre o respeito, a solidariedade e a empatia com a diversidade.

É possível definir ainda que, a despeito das transformações históricas pelas quais a sociedade passou e as muitas conquistas que os movimentos sociais adquiriram no sentido de assegurar direitos mínimos, a parcela da população que se encaixa no perfil da diversidade sexual ainda é vilipendiada, sofre violência e é estigmatizada, pura e simplesmente por não corresponderem às expectativas que um ou mais segmentos da sociedade estipulou sobre a sexualidade humana.

A escola precisa ser vista como espaço multicultural, mas que promova a interculturalidade, ou seja, os indivíduos devem não apenas conviver no mesmo espaço, mas interagir uns com os outros, debatendo seus valores, provocando conflitos e eliminando aos poucos os preconceitos, os desconhecimentos e as posturas excludentes que permeiam o ambiente escolar. Como defende Vera Maria Candau:

[...] o problema não é afirmar um polo e negar o outro, mas termos uma visão integradora sem silenciar seus aspectos conflitivos, da relação entre igualdade e diferença. Hoje em dia não se pode falar em igualdade sem incluir a questão da diferença nem se pode abordar a questão da diferença dissociada da afirmação da igualdade. (CANDAU, 2007, p. 4).

No ambiente escolar, nenhuma questão deve ser negligenciada e nenhuma merece menos destaque, assim desde as questões curriculares, as que estão prescritas no currículo formal, àquelas que acontecem no chamado currículo oculto devem e merecem ser abordadas, visando dar aos indivíduos, sobretudo àqueles que destoam de padrões pré-estabelecidos como referência, status de visibilidade, tirando-os de situação de marginalização.

O que se verifica é que há caminhos possíveis a partir de ações simples, a exemplo da Literatura Infantil, que pelo seu poder de encantamento e pela facilidade com que acessa o imaginário das crianças e dos jovens, tocando-lhes o coração e despertando sentimentos, pode ser utilizada como ferramenta no processo de abordagem das temáticas inerentes à sexualidade e à diversidade.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) preveem e recomendam o trabalho nesta perspectiva e enfocam claramente a disciplina de Língua Portuguesa como espaço propício para essa abordagem. O trabalho com o texto literário para crianças neste sentido oferece a possibilidade de abordar de forma leve e sem danos para o aluno e/ou para os educadores os temas inerentes ao gênero e à diversidade sexual.

Considerando a articulação dos conteúdos de Língua Portuguesa e Literatura aliados ao contexto temático transversal “Diversidade Sexual”, temos uma proposta de trabalho, que pode colaborar para garantir a desconstrução de preconceitos e de estigmas alimentados pelo desconhecimento e pela ignorância, em alguns momentos da história da humanidade.

A literatura em diversos momentos da história da humanidade ocupou a função de fazer denúncia social, de transmitir conhecimento, de formar opinião, ou simplesmente de deleitar os leitores, e a Literatura Infantil, que no Brasil, desde a sua iniciação ainda no século XVIII, passando pelo seu processo de evolução, no século XIX e se sedimentando de fato no século XX, a partir das produções de Monteiro Lobato, assumiu caráter pedagógico, de quem se propõe a ensinar, a formar, pode ainda hoje, já que se anuncia mais urgente que nunca, ser utilizada como caminho para a desmitificação dos tabus e preconceitos que envolvem a questão da diversidade sexual.

Todo esforço no sentido de assegurar o direito de serem respeitados e aceitos aos homossexuais, transexuais, transgêneros, bissexuais e todo indivíduo que assuma um padrão sexual que não seja condizente com as expectativas que a sociedade estabeleceu sobre a sexualidade humana é válido. A escola como instituição que se propõe a educar e a transformar a sociedade é o *locus* perfeitamente adequado para a realização desse trabalho, e a literatura, arte que encanta, convence e denuncia, deve ser também um meio para se debater e trazer à tona as múltiplas identidades pelas quais a sexualidade se manifesta.

Compreender a sexualidade como parte integral do ser humano, formadora da personalidade de cada indivíduo, é uma premissa básica para os profissionais da educação. Ajudar a combater os tabus persistentes em relação a isso é uma necessidade cada vez mais urgente na escola contemporânea.

Este trabalho defende que a literatura, sobretudo aquela feita para crianças e jovens auxilie na inserção dos temas inerentes à diversidade sexual em sala de aula, colaborando com a desconstrução de paradigmas que se sedimentaram ao longo do tempo, relegando ao campo da anormalidade toda manifestação sexual que seja distinta do padrão heteronormativo.

Abordar essas temáticas em sala de aula pode parecer delicado, e de fato é se considerarmos, por exemplo, o atual cenário, marcado pela presença do conservadorismo de determinados grupos sociais, que tendem a ganhar cada vez mais espaço, ao buscarem enquadrar os indivíduos em estereótipos que acreditam serem os adequados por terem sido historicamente convencionados.

Além da falta de formação adequada de professores para lidar com o tema, pesa nessa questão a escassez de material que trate sobre a diversidade sexual de forma mais incisiva. Não basta abordar o tema por si só, é necessário refletir sobre ele, trazer o debate para a realidade do aluno e da sala de aula, fazer com que o estudante perceba-o como algo comum a seu cotidiano, que de fato é, e não como uma situação distante da realidade, tratado como um conto maravilhoso, destes que se vê apenas nos livros ou na tela da televisão, o trabalho com a temática da diversidade sexual deve acontecer a partir do que se vive, do que se conhece e do que se experimenta cotidianamente.

3.3 A presença da diversidade sexual na Literatura Infantojuvenil

A sociedade contemporânea, a despeito de ter superado muitos dos paradigmas ancestrais que permearam o percurso histórico do homem, ainda convive com essa marca nociva: a marginalização de quem destoa dos padrões estabelecidos como referência por esta mesma sociedade historicamente.

Assistimos, mesmo com o advento da tecnologia, com os avanços da ciência, com as novas descobertas em todos os campos científicos, à manutenção de um pensamento excludente em relação a tudo aquilo que não toma a forma do uniforme, do que se convencionou chamar bom e belo, sobretudo para os padrões ocidentais. Nesta perspectiva, no Brasil, mulheres, negros, índios, homossexuais e outros grupos desfavorecidos política e por vezes economicamente sofrem, além do preconceito que os vitima de forma agressiva, seja verbal ou físico, mas também pela negligência em um sistema de representação que não os prestigia.

Neste trabalho como um todo buscamos relacionar o trabalho com a Literatura Infantil e a promoção da quebra de paradigmas e preconceitos em relação à diversidade sexual. Neste capítulo em específico, buscamos estabelecer caminhos para o trabalho com a

Literatura Infantil em sala de aula como forma de promover a empatia dos estudantes com a diversidade sexual, quebrando tabus, desfazendo estigmas e rompendo com os paradigmas que se estabeleceram historicamente sobre o assunto.

A escola, feita por adultos, via de regra, com suas práticas corrobora e perpetua preconceitos historicamente arraigados no imaginário coletivo. Ao fomentar a ideia de que azul é cor de menino e azul cor de menina, por exemplo, a escola fortalece esse viés preconceituoso. Como aponta Biagio:

(...) elas aprendem desde cedo, por exemplo, que rosa é cor de menina e azul é cor de menino. Daí acontece muitas vezes, do menino não querer pintar com lápis de cor de rosa porque isso é coisa de menina. E se ele quer brincar na casinha com as bonecas ou com as panelinhas as próprias meninas se sentem incomodadas. (BIAGIO, 2005, p.34).

A sexualidade, embora inerente ao ser humano e, de certa forma, indissociável, de sua existência, tem despertado muitas discussões, quando assumida por indivíduos cujo padrão sexual destoia dos padrões heteronormativos que enxergam na sexualidade, essencialmente a função de procriação e passam a condenar toda prática sexual que não tenha como finalidade a reprodução humana.

A literatura infantil pode e deve ser utilizada como caminho para a desconstrução desses preconceitos historicamente construídos, que acarretam ônus e danos aos indivíduos que se enquadram fora dos padrões convencionados pela sociedade como referência de aceitável e que bem mais que excluir, marginalizam e violentam quem, por acaso, assumam uma postura diferente do esperado.

Contudo, apesar do caráter transformador que a Literatura tem e do aparato que ela pode fornecer no processo de formação da criança e do jovem, é preciso entender que a literatura como um todo e a literatura para crianças especialmente sempre estiveram atreladas aos momentos sociais, definindo seu caráter, ora mais lúdico, ora mais pedagógico, dependendo do contexto social e do espírito de cada época. Na sociedade contemporânea não é diferente, a literatura ainda assume forte teor educativo, agora, com o agravante de que ainda deve atender a padrões mercadológicos.

Ainda que a chamada renovação da literatura infanto-juvenil das últimas décadas tenha se colocado sob a égide do abandono do padrão pedagógico explícito, padrão que se manifestava abertamente em lições de moral e em um maniqueísmo de caracteres, por exemplo, é evidente que as “novas” obras, como quaisquer produtos culturais, também são produzidas dentro de contextos, valores, quadros de referência e verdades em que seus autores e autoras se situam, os quais podem ser (ou não) partilhados por pais, mães, professores/as, psicólogos, ativistas de movimentos sociais em favor de determinadas minorias, representantes das próprias minorias, etc. (SILVEIRA, 2003, p. 3).

Neste sentido, antes de qualquer proposta de trabalho com a literatura, o que deve ser alterada é a visão da escola e principalmente do professor em relação à sexualidade na escola. Aspectos como currículo e metodologia, bem como predisposição do professor em elaborar aulas que aliem literatura, deleite e discussão sobre a necessidade de compreender a diferença, não como normal, mas como situação a ser respeitada e aceita no cotidiano, tanto escolar quanto social.

Xavier Filha, em suas pesquisas, aponta que:

[...] a partir da segunda metade do século XX e, sobretudo a partir da década de 1980, houve um aumento editorial significativo de livros com a temática da pesquisa para o público infantil. Também é importante ressaltar que, nas últimas décadas, os livros publicados no Brasil ganharam mais espaço em relação aos traduzidos de línguas estrangeiras. Os livros apresentam os temas de diversas formas, a depender do período histórico em que foram publicados e a partir do referencial teórico e moral de cada época. No entanto, na maioria deles, há elementos independentes desses fatores, como a heterossexualidade, que ainda se configuram como a única e desejável possibilidade de constituição da identidade sexual. (XAVIER FILHA, 2001, p 160).

Os apontamentos da autora baseados em suas pesquisas anteriores corroboram à tese de que os livros para criança têm potencial para abordarem os temas ligados à diversidade sexual, embora o façam pouco e quando fazem, deixem, quase sempre de privilegiar quesitos importantes inerentes à sexualidade, como por exemplo à homossexualidade, que de acordo com a autora, a partir dos levantamentos feitos, “aparece nos livros escritos na década de 2000 especialmente quando a temática é a diversidade familiar.

É importante destacar a importância da Literatura como representante de um contexto social, já que toda literatura é produzida por um sujeito humano, que via de regra, apesar da presença da fantasia como elemento atenuante da realidade em que este sujeito se insere, retrata em sua arte as experiências as quais teve acesso como protagonista ou como observador das relações humanas, sofrendo assim influência direta deste contexto, que está impregnado à sua condição de ser social.

Apesar da dificuldade, uma vez que o autor de livros para crianças tem que, antes de qualquer coisa, considerar os aspectos mercadológicos, que a depender do momento social e político oscilam bastante, nos últimos anos temos assistido ao surgimento de algumas obras para crianças, que ao abordarem a sexualidade, o fazem sob a ótica da diversidade e têm tocado em pontos relevantes, como a homossexualidade, as questões de gênero, a relação da criança com a sexualidade e a inadequação do sujeito com o corpo.

Ainda que menos do que deveria, com menor potencial de mercado e menos penetração nas listas de compras de livros de pais para seus filhos ou mesmo daqueles

indicados pelas escolas em seus currículos, temos na contemporaneidade, obras para crianças que abordam a questão da sexualidade desviante. Um bom exemplo é o livro “*O menino que brincava de ser*” de Georgina de Costa Martins, publicado em 2000, que aborda, além da sexualidade, temáticas como o preconceito, discriminação e (des) respeito à diversidade, destacando a perspectiva da criança que não se encaixa nos padrões que desejam que ela se encaixe e ao mesmo tempo oferecendo a vista do olhar do adulto sobre essa perspectiva da diferença.

Percebe-se, a partir da obra, o montante de preconceitos que ainda está embutido na conduta oferecida pelos adultos à criança em relação a seus comportamentos quando estes não se encaixam nos padrões tidos como corretos ou saudáveis. Em uma passagem da obra, a autora destaca o enfoque patológico que se confere a alguns comportamentos quando estes não atendem à expectativa que se tem em relação à normatividade:

- Já o levei em dois médicos: o doutor Psicólogo e no doutor Psiquiatra – disse a mãe.
- O doutor Psicólogo e o doutor Psiquiatra não entendem de nada. Vamos levá-lo no doutor Endocrinologista. É ele quem sabe tratar dessas doenças. [Avó paterna] (MARTINS, 2000, p. 56).

No mesmo sentido, temos o livro *Tal pai, Tal filho?* da mesma autora que vai abordar temas como a aceitação das diferenças e a relação da família com essa aceitação, expondo os preconceitos historicamente enraizados, a questão de gênero e da suposta supremacia masculina, que põe o homem como condicionado a não-sensibilidade, incapaz de sentir dor e quando a sente, não poder demonstrar franqueza, tampouco sensibilidade.

A ideia de homem como ser forte incapaz de sentir, sofrer ou manifestar fraqueza aparece no decorrer de todo o livro, mas evidencia-se em alguns trechos, a exemplo do que se segue: “– Homem que é homem não pede colo e não chora. Você já não é mais criança. Tudo mudou agora! Falava o pai, todo dia.” (MARTINS 2010, p. 06).

A obra de Martins favorece a discussão sobre a masculinidade dominante, que por vezes segrega, marginaliza e violenta os indivíduos que não se encaixam neste padrão de comportamento, uma vez que para quem pensa como o pai, personagem de *Tal pai, Tal filho?* todo comportamento que se insira fora do contexto do homem como figura dominante, forte e viril é sinônimo de fraqueza e vergonha.

A obra também enfoca o sofrimento do qual são vítimas os sujeitos, que a despeito de terem controle de seus trejeitos, vozes e gostos, são estigmatizados e postos à margem do convívio social em diferentes grupos, a começar pela família, que em vez de

acolher, proteger e respeitar, por vezes exclui, maltrata e violenta os indivíduos que não atendem às expectativas dos padrões heteronormativos.

Em um trecho do livro, *Tal Pai, Tal Filho?* o autor evidencia esse comportamento:

- Mãe, por que meu pai é assim? O que fiz pra merecer?
- Meu filho, a culpa é sua, você já é um rapaz. Homem não fala fino, nem anda mexendo as mãos. Tome tino, meu menino, que seu pai é valentão. (MARTINS 2010, p. 9).

Na transcrição acima, evidencia-se a reação comum de adultos em relação ao comportamento dos indivíduos quando estes apresentam comportamentos que por ventura sejam tidos como não adequados ao gênero com o qual pensam que ele se identifica.

A obra não deixa de abordar o sofrimento do indivíduo que apresenta tais comportamentos, ao não se perceber portador dele, não se sentir diferente dos demais, e também a sua imutabilidade, diante da dificuldade de agir sobre a essência, sobre quem se é, não enxergando erro no comportamento: “[...] Minha mãe qual o problema de mexer assim com as mãos? Não sei andar de outro jeito, não grite comigo, não.” (MARTINS, 2010).

De forma mais leve e voltada para uma faixa etária ainda mais incipiente, temos outras duas obras que abordam a questão da diversidade e que merecem ser ressaltados pela forma com a qual conduzem o assunto. A primeira é o livro “Iguais” de Ivo Minkovicius, que tocará na temática das diferenças e da aceitação da diferença como caminho para viver bem. A segunda é *Meninos gostam de azul, meninas gostam de rosa*, da escritora Nívea Salgado, que aborda a questão da diferença de gêneros, questionando os gostos e posturas socialmente impostos pela sociedade a meninos e meninas, condicionando os gêneros a determinadas posturas e gostos.

Marcia Leite vai além em “*Olivia tem dois papais*” e retrata uma família homoafetiva composta por dois pais homossexuais, Raul e Luiz, e a pequena Olívia. Chama atenção na obra a naturalidade como a criança lida com a realidade de possuir dois pais e como a autora retrata o cotidiano de uma família homoafetiva com inteira normalidade, de forma leve e encantadora, causando muito mais interesse no gosto peculiar da menina por palavras.

O estranhamento de Olivia em relação à sua família, tida por um colega como atípica, aparece apenas em um trecho, quase no fim da narrativa, quando a menina, em meio a um diálogo corriqueiro com o pai, cita as provocações de um colega, sobre o fato de ela não ter mãe:

- O Lucas é muito bobo, papai, ele gosta de me provocar, dizendo que eu não tenho mãe.

- E você fica triste? – O pai perguntou, preocupado.
- Claro que eu fico. Por que ele também não provoca a Isabela e o Tadeu dizendo que eles não têm pai? Isso não é justo! – Ela exclamou, contrariada.
- É mesmo uma injustiça, queridinha. E o que você responde para ele?
- Eu falo assim: “Eu não tenho mãe, mas tenho dois pais só para mim”
- Essa é uma boa resposta, meu bem. Mas sabe, não é todo mundo que acha bom ter dois pais ou duas mães. Cada família é de um jeito. E o Lucas só conhece um tipo de família – o pai explicou. (LEITE, 2010, p. 37).

Percebe-se na obra, portanto, o potencial para abordar de forma direta os preconceitos aos quais os membros de uma família homoafetiva estão sujeitos, bem como estão também os indivíduos com sexualidade destoante dos padrões socialmente impostos.

O livro também, ainda que correndo os riscos de não obedecer aos padrões mercadológicos e de ferir o que algumas escolas e professores consideram cânones para a literatura infantil, apresenta de forma, lúdica, leve e de fácil compreensão a vida de uma família homoafetiva, problematizando a questão do preconceito e da discriminação a que os indivíduos são vítimas.

O escritor Walcyr Carrasco em *“Meus dois pais”* expõe a situação da criança diante da realidade da diversidade na composição familiar. A obra conta a história de Naldo, um menino que tem que aprender com a sexualidade do pai e com a nova configuração familiar que se desenha quando tem que passar a morar com o pai e o namorado dele.

Naldo inicialmente tem que vencer o próprio estranhamento da situação, quando começa a receber perturbações dos colegas, que comentam maldosamente sobre a sexualidade do pai que é casado com outro homem. O menino se revolta contra o pai e vivencia períodos de luto e revolta, comuns a quem, acostumado com o padrão heteronormativo de família passa a conviver com outra realidade, que além de ser estranha a sua percepção de normalidade, ainda lhe acarreta danos sociais, como a exclusão por partes dos colegas de escola.

O autor faz ainda menção às novas composições familiares, na fala em que o menino descreve a família dos colegas, muitos dos quais vivem apenas com o pai ou com a mãe, outros com os avós, caso de Naldo durante determinado tempo que, insatisfeito com o pai, passa a morar com a avó.

No trecho abaixo fica clara a intenção do autor de abordar a questão da diversidade da composição familiar:

Boa parte dos meus colegas de escola tem pais separados. A mãe da Noemi já casou três vezes e está solteira de novo. A Noemi diz que tanto casamento tem suas vantagens. [...] O Paulo é loirinho, mas tem um irmão de olhinhos bem puxados e cabelos pretos, mais novo. O segundo casamento do pai dele foi uma sansei, que é como se chamam os netos de japoneses. [...] A Elaine não conheceu o pai. –Sou produção independente, filha só da minha mãe! São tantas famílias diferentes! (CARRASCO, 2010, p. 6).

Entre as obras pesquisadas, chama atenção o livro de Plínio Camillo, *o namorado do Papai Ronca*. Dante, o menino protagonista do livro, tem que deixar a vida agitada em São Paulo e passar a morar com o pai, um professor, e com o Ademar, namorado de seu pai. A pequena cidade, onde o pai do menino mora, se revela, um lugar entediante, hostil ao pequeno Dante, que encontra dificuldades para se relacionar na escola e precisa aprender a lidar com a homossexualidade do pai, conhecida por todos na cidade, razão pela qual o hostilizam e excluem.

O autor cria um verdadeiro *thriller*, fazendo com que o leitor fique preso ao cotidiano do personagem principal e suas aventuras e desventuras, tendo que lidar inclusive com a rejeição da avó, mãe de seu pai, ao filho, por este ser homossexual.

De forma simples o autor problematiza a questão da homossexualidade e expõe a realidade de quem tem de conviver com os preconceitos e as rejeições por não se enquadrar nos padrões estabelecidos pela sociedade, dando ênfase às relações familiares neste contexto e aproveitando para falar sobre a importância da aceitação, bem como dos prejuízos que o preconceito, a exclusão e a marginalização acarretam.

No livro, de fácil compreensão, se destacam os diálogos simples e ao mesmo tempo tocantes, como o que se transcreve abaixo, em que Dante questiona o pai sobre sua sexualidade:

- Você é gay, pai?
- Como?
- Quero saber se você é gay.
- O que é ser gay, filho?
- Pai! Estou perguntando e não quero responder.
- Filho, sou um homem que adora o filhoque tem e que ama outro homem.
- Mas então, é gay!
- Não sei. Sou alguém que gosta do que é.
- Não é gay?
- Filho!
- É, ou não é?
- Sem entender o que você quer dizer, não sei responder.
- Então tá: gay é aquele que anda rebolando, fala fino e faz coisas como se fosse uma mulher.
- Então eu não sou.
- E que também transa com um homem.
- Então eu sou”. (CAMILLO, 2012, p.113-114).

O autor dá visibilidade ainda, como se percebe pela transcrição acima, à questão dos estereótipos aos quais os homossexuais são geralmente associados, contribuindo, de forma incisiva para a desconstrução de preconceitos e estigmas, além de criar pontes para a inserção do debate sobre a questão da sexualidade e da diversidade em sala de aula.

Pelas obras pesquisadas percebe-se assim que a Literatura Infantojuvenil, apesar de estar atrelada a conceitos mercadológicos e de por vezes privilegiar o caráter pedagógico em detrimento do lúdico e do deleite, conferido à produção de Literatura Infantojuvenil aspectos muito mais didáticos que artísticos, existe na produção contemporânea espaço dentro deste viés da literatura, assim como foi feito em outras épocas, inclusive por Monteiro Lobato, para se trabalhar temas da atualidade e do cotidiano, transpondo-o para a linguagem e para um ambiente em que o aluno seja capaz de compreender e aceitar. Amaral reconhece que: “o apontar e o refletir sobre os preconceitos, os estereótipos, o estigma, as superações, os conflitos – propiciados por uma leitura crítica, reflexiva, dos textos onde a ideia da diferença está presente – é caminho sólido e duradouro.” (AMARAL, 1994, p. 62).

Percebemos, assim, que há na Literatura Infantil produzida hoje caminhos que possibilitam a desconstrução do processo de marginalização histórica, a que certos indivíduos e considerável parcela da população está submetida, ao não se adequar aos padrões estabelecidos e mantidos como referência para a sociedade burguesa.

A manutenção desses padrões, em meio a uma época de muitos avanços tecnológicos, de descobertas da ciência, revela ainda a permanência de um lado obscuro da humanidade: o vínculo com seus instintos ancestrais. A literatura entre as suas muitas faces tem a capacidade de despertar no leitor a sensibilidade, a apreciação do bom e do belo; assim sendo pode e deve ser utilizada em sala de aula como caminho para a desconstrução dos preconceitos tão nocivos e para o desenvolvimento de indivíduos mais empáticos, solidários e humanos.

3.4 Aspetos pedagógicos historicamente atribuídos à Literatura Infantojuvenil

A visão de criança e o conceito de infância se transformaram ao longo dos séculos, a ponto de ganharem espaços nas academias e na sociedade correntes de estudos que priorizam a compreensão sobre a criança e seus meios de desenvolvimento e aprendizagem, fazendo dela um sujeito ativo no processo de ensino-aprendizagem. Nesta perspectiva, a Literatura Infantil adquire um papel fundamental, funcionando como ferramenta que proporciona ao mesmo tempo aprendizagem e ludicidade.

Percebe-se, atualmente, a existência de duas visões sobre a natureza do livro infantil e juvenil: a pragmática (didática) e a literária (artística). A primeira delas acompanha esse gênero desde a sua criação, uma vez que os primeiros livros infantis foram escritos por pedagogos e professores com o objetivo de estabelecer padrões comportamentais exigidos pela sociedade burguesa que se estabelecia e implantava escolas. Um exemplo atualizado

desta abordagem é a postura de Nelly Novaes Coelho (2000, p. 16):

A literatura, e em especial a infantil, tem uma tarefa fundamental a cumprir nesta sociedade em transformação: a de servir como agente de formação, seja no espontâneo convívio leitor/livro, seja no diálogo leitor/texto estimulado pela escola.

Com essas duas funções se revezando ao longo de sua história, a Literatura Infantil já vivenciou momentos em que teve meramente caráter pedagógico e educativo com outros em que foi tida como acesso ao mundo do lúdico e da fantasia, era apenas a leitura por ela mesma.

As primeiras narrativas voltadas para crianças herdadas da tradição europeia, ainda de caráter oral, tinham por finalidade eternizar os feitos de um povo ou de um herói e eram transmitidas com a intenção de que o protagonista fosse tido como referência. Como nos aponta (COELHO, 2003):

Ao estudarmos a história das culturas e modo pelo qual elas foram transmitidas de geração para geração, verificamos que a Literatura foi o principal veículo para a transmissão de seus valores de base. Literatura oral e literatura escrita foram as principais formas pelas quais recebem a herança da Tradição que nos cabe transformar, tal qual outros o fizeram antes de nós com os valores herdados e por sua vez renovados. (COELHO 2000, p.13).

No Brasil colônia, embora não houvesse o que hoje chamamos de Literatura Infantil, tampouco condições para sua produção em solo brasileiro, haja vista a ausência de estrutura que fomentasse o desenvolvimento da arte de escrever, inclusive para adultos, já que o Brasil adquire condições de produzir literatura tipicamente nacional de forma mais abrangente somente a partir da vinda da Família Real Portuguesa em 1808, fato que culminaria na Independência, após uma série de transformações estruturais, políticas, e econômicas e, sobretudo culturais engendradas por Dom João VI, as narrativas eram de caráter moralizante e voltadas para a difusão da fé cristã por meio da catequese promovida pelos padres jesuítas.

Assunção reitera o pensamento sobre o papel dos jesuítas no Brasil colônia que não foi diferente em se tratando de Literatura:

Os jesuítas, imbuídos de fundamentos teológicos medievais, principalmente aqueles que norteavam as ações das Cruzadas, consideravam, dentro desta perspectiva, que sua missão era cristianizar e aumentar o universo cristão, respeitando e ampliando a ordem dos governos vigentes que possibilitaram a atuação da Companhia. Eram eles os guerreiros de Cristo na luta para a expansão das asas da caridade, da fé católica, e do poderio econômico expansionista europeu. (ASSUNÇÃO, 2000, p. 120).

Essa perspectiva só seria abandonada, como se disse anteriormente, com a chegada da família real e com a modernização da colônia que, adquirindo ares de metrópole, passou a privilegiar aspectos culturais. Nesse período começam a circular as primeiras traduções de obras europeias e uma ou outra produção voltada para crianças e a literatura está atrelada a questões escolares e adquire caráter pragmático, sendo utilizada como caminho para a formação de crianças.

Ainda neste período, com o advento do Romantismo, que chega ao Brasil embalado pelas transformações políticas que atingem a então colônia e que culminam com a independência, acontecem as primeiras tentativas de produção de literatura para crianças. Herdando do movimento artístico vigente à época o gosto pela fantasia e pelo maravilhoso, as obras irão abordar conteúdos de cunho patriótico e ligados à moral e à ética.

A literatura voltada para crianças dessa época, embora já assuma uma cor local, ainda está diretamente baseada em padrões europeus, sem, no entanto, deixar de adquirir caráter peculiar do Brasil, como nos apontam Marisa Lajolo e Regina Zilberman:

[...] por isso, quando se começa a editar livros para a infância no Brasil, a literatura para crianças, na Europa, apresenta-se como um acervo sólido que se multiplica pela reprodução de características comuns. Dentro desse panorama, mas respondendo a exigências locais, emerge a vertente brasileira do gênero, cuja história, particular e com elementos próprios, não desmente o roteiro geral. (LAJOLO; ZILBERMAN, 2007, p. 21).

Posteriormente a este momento pós-independência, a Literatura Infantil ganhará novo fôlego no período de transição da Monarquia para a República já no final do século XIX. Neste período, época de desestabilização social, em que parte da população teve seus privilégios perdidos pelas mudanças políticas impostas pelo novo sistema político e as demais transformações que o novo regime impôs de forma repentina a uma sociedade politicamente estável, que havia passado os últimos cinquenta anos sob a égide de um imperador, os livros para crianças estarão diretamente relacionados à escola e assumirão, um caráter educativo e pedagógico.

A produção de literatura não infantil desse período já está consolidada, em um cenário bem diferente daquele pós-independência, o romantismo proporcionou o advento do Folhetim e a burguesia privilegiada que possuía acesso a jornais e a outros impressos já desfrutava de leituras regulares.

Como sistema regular e autônomo de textos e autores postos em circulação junto ao público, a história da literatura brasileira para a infância só começou tardiamente, nos arredores da proclamação da República, quando o país passava por inúmeras

transformações. Entre elas, a mais visível foi a mudança da forma de governo: um velho imperador de barbas brancas cedeu o comando da Nação a um marechal igualmente velho, de iguais barbas igualmente brancas. Era a República que chegava, trazendo consigo e legitimando a imagem que o Brasil ambicionava agora: a de um país em franca modernização. (LAJOLO; ZILBERMAN, 2007).

O novo contexto político do país e as novas forças controladoras do poder exigiam e sonhavam com uma imagem de país moderno, que abandonava seu passado monárquico, de histórico agrícola e se lançava à novidade da industrialização e urbanização. Nesse percurso de fortes transformações políticas e sociais, surgem as bases para a consolidação de uma literatura infantil brasileira, ainda que muito ligada ao caráter pedagógico. Lajolo e Zilberman reforçam esse pensamento ao nos dizer que:

em primeiro lugar, entre 1890 e 1920, com o desenvolvimento das cidades, o aumento da população urbana, o fortalecimento das classes sociais intermediárias entre aristocracia rural e alta burguesia de um lado, escravos e trabalhadores rurais de outro, entra em cena um público virtual. Este é favorável, em princípio, ao contato com livros e literatura, na medida em que o consumo desses bens espelha o padrão de escolarização e cultura com que esses novos segmentos sociais desejam apresentar-se frente a outros grupos, com os quais buscam ou a identificação (no caso da alta burguesia) ou a diferença (os núcleos humildes de onde provieram). (LAJOLO; ZILBERMAN, 2007, p. 25).

O período pós- proclamação da República se destaca ainda por favorecer a criação do que se pode chamar de Literatura Infantil Brasileira, já nos primeiros anos do novo regime teremos alguns nomes que se sagraram na literatura não infantil, escrevendo obras com caráter educativo voltados para crianças e com caráter ufanista herdado quem sabe do romantismo brasileiro, é o caso Olavo Bilac e Coelho Neto, que publicam à época com seus “Contos pátrios.”

Esse período de produção de literatura pragmática com finalidade educativa abrirá espaço para que já nas primeiras décadas do século XX surja aquele que será tido como o patrono da literatura para crianças: Monteiro Lobato.

Lobato se lança no mundo das crianças e constrói narrativas maravilhosas, cheias de encanto e fantasia que estão para além do que foi proposto até então. Por ser uma época recheada de debates sobre educação e novas perspectivas pedagógicas, a obra de Lobato até possui caráter educativo quando se propõe a fazer a transposição didática de temas cotidianos para uma linguagem simples e acessível que até então não se tinha visto na literatura para crianças produzida no país.

Coube a Lobato a fortuna de ser, na área da literatura infantil e juvenil, o divisor de águas que separa o Brasil de ontem e o Brasil de hoje. Fazendo a herança do passado imergir no presente, Lobato encontrou o caminho criador que a literatura infantil estava necessitando. Rompe, pela raiz, com as convenções estereotipadas e

abre as portas para as novas ideias e formas que o novo século exigia. (COELHO,1998, p.165).

Embora a publicação da primeira obra de Lobato tenha acontecido na década de 1920, seu modo de fazer literatura irá influenciar todo o restante da primeira metade do século XX, permeando inclusive momentos históricos, como as crises políticas e econômicas que assolaram a década de 1930 e culminaram com o fim da República Velha.

Com a Revolução de 1930 e a criação do Ministério da Educação no governo de Getúlio Vargas, que proporcionou a regularização do ensino primário e secundário, trouxe à tona uma nova disciplina: Português, cuja finalidade era fomentar a capacidade do estudante de se comunicar em língua padrão e despertar o hábito da leitura. Nesse processo o escritor voltado para o público infantil que vai se destacar é Monteiro Lobato, que após a publicação de *A menina do Narizinho Arrebitado*, trouxe para o mundo da literatura infantil assuntos até então tidos como essencialmente de adultos.

Desta forma, a literatura do período que compreende toda a Era Vargas será voltada para a formação da criança, em detrimento do mágico, do maravilhoso, a exemplo dos contos de fada, tendo uma exceção em Monteiro Lobato, que vai saber magistralmente mesclar ambas as propostas. A situação se torna ainda mais difícil com uma crise que se instala nas relações culturais a partir da massificação de entretenimentos como rádio e televisão.

O que se observa, no entanto, é que em todo esse período a literatura terá caráter pedagógico, informativo, sobretudo quando agora ela deixa de ser somente acessível à burguesia e passa a ser objeto de acesso da classe média a posições mais privilegiadas. A leitura adquire status porque traz em si a capacidade de transformação social.

Os laços da literatura infantil com a escola foram indicados antes: ambas são alvo de um incentivo maciço, quando são fortalecidos os ideais da classe média. Para esse grupo, a educação é um meio de ascensão social, e a literatura, um instrumento de difusão de seus valores, tais como a importância da alfabetização, da leitura e do conhecimento (configurando o pedagogismo que marca o gênero) e a ênfase no individualismo, no comportamento moralmente aceitável e no esforço pessoal. Esses aspectos fazem da literatura um elemento educativo, embora essa finalidade não esgote sua caracterização. Como já se observou, a ficção para a infância engloba um elenco abrangente de temas que respondem a exigências da sociedade, ultrapassando o setor exclusivamente escolar. (LAJOLO; ZILBERMAN, 2007).

Durante quase toda a sua trajetória histórica no Brasil, a Literatura Infantil esteve atrelada ao didatismo, ainda em épocas recentes como a década de 1970 os textos apresentavam caráter educativo, sendo utilizados como base para a aprendizagem de conteúdos e para o repasse de conhecimento sedimentado historicamente por outras gerações.

Embora tenha sido uma época em que se reforçou a ideia de literatura pragmática, a exemplo das reformas educacionais que apregoavam essa tese, foi na década de 1970 que houve um verdadeiro crescimento da produção da literatura infantojuvenil no Brasil.

A literatura infantil produzida na década de 1970 será engajada com o momento político e com sua demanda, terá o caráter questionador e será revestida pelo espírito da época. Torna-se uma literatura mais atraente à medida que também é denúncia e formação. É uma literatura mais política e engajada politicamente.

Essa linha social da narrativa infantil brasileira contemporânea tem desdobramentos importantes, que a fazem debruçar-se, por exemplo, sobre a perda da identidade infantil: nos apertos da vida de uma família pobre e impaciente, como a retratada em *A bolsa amarela* (1976), de Lygia Bojunga Nunes, nas perplexidades de um menino a quem a separação dos pais deixa inseguro e dividido, em *O dia de ver meu pai* (1977), de Vivina de Assis Viana, na menina órfã de *Corda bamba* (1979), de Lygia Bojunga Nunes, têm-se histórias que internalizam, na personagem infantil, as várias crises do mundo social. (LAJOLO; ZILBERMAN, 2007, p. 124).

As novas diretrizes educacionais, advindas após a constituição federal de 1988 criam as condições para o surgimento de novas propostas educacionais, a Leis de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) e documentos como o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (RCNEI) fazem com que a literatura produzida para crianças atualmente seja permeada por um forte aparato pedagógico, ou seja, literatura de qualidade para crianças é aquela que é capaz de fomentar a aprendizagem de algo, um conteúdo, uma habilidade que a escola se propõe a ensinar e que a sociedade convencionou a acreditar que era bom para a criança aprender.

Os primeiros textos para crianças são escritos por pedagogos e professores, com marcante intuito educativo. E, até hoje, a literatura infantil permanece como uma colônia da pedagogia, o que lhe causa grandes prejuízos: não é aceita como arte, por ter uma finalidade pragmática; e a presença deste objetivo didático faz com que ela participe de uma atividade comprometida com a dominação da criança. (ZILBERMAN, 1985, p. 13-14).

Claro que além do enfoque pedagógico, o que pesa de fato na literatura para crianças hoje é o caráter mercadológico, ou seja, a capacidade que uma obra tem de ser apreciada por crianças e adquirida por seus pais. Por vezes o perfil educativo e comercial que essa vertente literária assume na sociedade, faz com que ocupe, na visão de alguns um papel de arte menor. Ainda de acordo com Regina Zilberman:

A literatura infantil, por sua vez, é outro dos instrumentos que tem servido à multiplicação da norma em vigor. Transmitindo, via de regra, um ensinamento conforme a visão adulta de mundo, ela se compromete com padrões que estão em desacordo com os interesses do jovem. (ZILBERMAN, 1985, p. 20).

Via de regra, mesmo crescidos, ou depois de uma longa vida, os seres humanos, em geral, tendem a lembrar com saudade da infância, época dos primeiros aprendizados e das descobertas mais insólitas. A infância fica registrada no imaginário humano como uma fase de divertimentos, prazeres e aprendizados, logo é importante para as crianças ouvir histórias, participar de momentos lúdicos, e ter contato com o fantástico e o maravilhoso, isso irá certamente colaborar para a formação de um acervo pessoal que fomentará outras descobertas vida afora. Como defende Cavalcanti (2009, p.39), “[...] a literatura pode ser, para a criança, um aspecto para a expansão do seu ser [...] ampliando o universo mágico, transreal da criança para que esta se torne um adulto mais criativo, integrado e feliz.”

No Brasil, além da escola, raramente o contato com a literatura como ferramenta lúdica e portal para o mundo da fantasia, do mágico e maravilhoso, se dá em outros espaços, inicialmente, porque a família não está pronta para propiciar este contato e mediar a relação criança-livro. Como nos afirma Raimundo:

Dentro do seio familiar a leitura é mais leve, prazerosa, criando um vínculo maior entre pais e filhos, num primeiro momento com a observação das ilustrações dos livros lidos pelos pais, com a audição de cantigas de ninar, de histórias para dormir, até que a criança se sinta com vontade de retribuir e contar ou ler suas próprias histórias. (RAIMUNDO, 2007, p. 111).

Apesar do apontamento do autor, o que se verifica na prática no Brasil é o despreparo das famílias para conduzir esse processo de formação para a leitura, uma vez que na maioria das vezes os próprios familiares não são leitores assíduos e desconhecem métodos de fomento à leitura e de contato com a Literatura.

Desta forma, cabe a escola, que é o próximo contato social da criança após a família, propiciar esses momentos de contato com a leitura e conseqüentemente com a Literatura, que por sua vez abrirá as portas para o mágico e o lúdico, à medida que forma para a descoberta de novos saberes.

E a literatura deve assumir um papel de protagonismo no processo de ensino da criança na escola. Não basta à escola oferecer o livro, disponibilizá-lo, tampouco inserir a leitura em seu currículo, é preciso criar condições para que a literatura exerça seu poder sobre a criança e desperte nela o encanto, o prazer.

Assim, a literatura deve funcionar na sala de aula como uma aliada do (a) professor (a) e do processo de ensino, favorecendo o desenvolvimento de habilidades e competências, aprimorando saberes, propiciando contatos com valores que são relevantes e

necessários ao convívio social e, sobretudo colaborando para a criação de um acervo com o qual o identifique vida afora e subsidie a formação de sua identidade.

A Literatura Infantil como ferramenta pedagógica fomenta o processo de ensino em diversos âmbitos, por exemplo, ao propiciar subsídios cognitivos para a expansão do vocabulário, ou quando por meio das lições extraídas das leituras feitas das histórias a criança consegue estabelecer relação com seu mundo, com a realidade em que vive e sedimentar conhecimentos.

Acontece que esse protagonismo da Literatura no processo de ensino-aprendizagem não acontece sozinho, é preciso que o professor esteja apto a conduzir essa relação, criando vínculos fortes entre a literatura, os livros, a criança e o processo de ensino.

Os documentos norteadores do ensino no Brasil preveem essa relação e recomendam que a leitura de textos literários seja colocada como centro do processo de ensino e utilizada como referência para fomentar as ações docentes e promover a aprendizagem. É o Caso do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) que relata:

A educação infantil, ao promover experiências significativas de aprendizagem da língua, por meio de um trabalho com a linguagem oral e escrita, se constitui em um dos espaços de ampliação das capacidades de comunicação e expressão e de acesso ao mundo letrado pelas crianças. Essa ampliação está relacionada ao desenvolvimento gradativo das capacidades associadas às quatro competências linguísticas básicas: falar, escutar, ler e escrever. (RCNEI, 1998, p.117).

Em suma, o que percebemos é que a Literatura, ainda hoje, possui forte ligação com o viés pedagógico, e embora isso, por vezes acabe prejudicando o caráter artístico que esta modalidade literária possui, o perfil pragmático desta literatura colabora para disseminar saberes importantes e conseqüentemente cria situações propícias para o desenvolvimento de valores como respeito, solidariedade, empatia e outros, que são caros à sociedade contemporânea, uma vez que estão diretamente relacionados à cidadania e aos direitos individuais e humanos.

3.5 A presença da Diversidade Sexual na Literatura Infantojuvenil: uma proposta de análise

Considerar os conflitos que as pessoas com sexualidade destoante vivenciam, seja no âmbito psicológico, familiar, social ou escolar, é essencial para ampliar as possibilidades

de compreensão e aceitação da diferença, não na perspectiva da normalidade, mas da estranheza como algo possível.

A questão é como se fazer isso na escola diante dos desafios que a sociedade contemporânea impõe: deficiência na formação docente, ausência de material didático adequado, setores sociais conservadores que combatem o trabalho com a diversidade entre outros tantos obstáculos, a exemplo da própria desinformação das famílias, que impelidas, inclusive pelos preceitos religiosos, rejeitam as manifestações sexuais tidas como diferentes.

Neste sentido, este trabalho apresenta como proposta de intervenção um catálogo com obras literárias existentes no mercado editorial, voltado para o público infantojuvenil que abordam as questões inerentes à diversidade sexual. Neste capítulo em específico, apontamos as possibilidades de trabalho com uma destas obras, *o namorado do papai ronca*, do escritor Plínio Camillo. A proposta se dirige a alunos do 9º ano do ensino fundamental.

O Livro publicado em 2012, é um *thriller* com estrutura de roteiro que narra seis meses da vida do menino Dante, que em razão da ausência da mãe, que precisa fazer um curso na Europa, tem que, por alguns meses, se mudar para o interior, onde fica hospedado com o pai, Heitor, e com o namorado deste, Ademar.

O romance de estreia do autor, além de possuir uma linguagem leve e jovial, de fácil compreensão e acessível à faixa etária a que se destina, sem perder a capacidade de ser interessante a outras faixas etárias, toca em pontos frementes ligados à sexualidade, sobretudo porque aborda a relação da escola com o tema, é na escola e no meio social que Dante, o protagonista da narrativa encontra as principais dificuldades de se conviver com as diferenças que envolvem a sexualidade do pai, homossexual, que vive com outro homem, no caso Ademar.

Todas essas situações podem ser observadas no romance *o namorado do papai ronca*. Dante, o filho de Heitor, é recebido na escola da pequena cidade com hostilidade pelos colegas, que chegam a atribuir ao filho a homossexualidade do pai. Em um dos trechos, é descrita a seguinte situação, durante uma partida de futebol:

[...] Dante prepara o chute, mas perde a bola para Cidinho, do time deles. Bronqueado corre atrás do moleque. No meio da quadra, dá um carrinho, pega a bola e a perna do menino. Cidinho cai no chão chorando.
Dante fala que foi na bola.
Todo time vem para cima deles
Fabio, o grandão deles, chega gritando e empurra Dante, que cai de costas no chão.
– Você é louco?
– É expulsão, seu juiz!
– Vou quebrar sua cara!
– Seu pai é um “viado”.

Sobe uma raiva. Não quer brigar. Mas o meu pai não é um “viado”, apenas é diferenciado. Porém doem as costas e a cabeça [...] (CAMILLO, 2012, p. 68-69).

Verifica-se neste trecho a manifestação do preconceito em relação à homossexualidade, estendido a Dante, o filho de um homossexual, que é tido como diferente, justamente por possui um pai que não está dentro dos padrões que os demais pais.

No homossexual são colocados diversos juízos de valor, procurando sempre avaliá-los em todos os âmbitos possíveis, desde o biológico até o religioso-moral, buscando justificativas e explicações para essa tal “patologia”. Observa-se que eles funcionam bem como bodes expiatórios das inquietações sociais, que também são individuais, frente à sexualidade. Nesse sentido, o indivíduo que se relaciona com pessoas do mesmo sexo é o diferente, é a alteridade radical; e por ser diferente é assustador, tomado com negação e preconceito. Assim, pelos mais diferentes meios, a sociedade consegue moldar o comportamento de muitos homossexuais.

O namorado do papai ronca merece destaque entre as obras que enfocam o assunto, porque põe no centro das discussões sobre a diversidade sexual outras pessoas que não o próprio indivíduo que vive e manifesta uma sexualidade destoante. O autor lança um olhar sobre as consequências dos preconceitos sobre quem cerca, vive e ama um indivíduo cuja sexualidade não obedece ao padrão heteronormativo. Dante, cujo pai é homossexual, é vítima do preconceito, excluído, desrespeitado e chega a ter seu desempenho escolar e social afetado.

A família, que poderia assumir o espaço de apoio aos sujeitos é, por outro lado, responsável, muitas vezes, pela transmissão de valores heteronormativos que, pela falta de instrução correta e imparcial dos jovens, são introjetados e reproduzidos como certos. Infelizmente, a partir da observação, percebeu-se que não é incomum que dentro do colégio ocorram quadros de violência tanto física quanto à integridade psicológica e moral de adolescentes que não possuem uma sexualidade vista como normal. Mesmo quando não sofrem atos de violência pura, os jovens homossexuais têm grandes dificuldades de relacionamento, de aceitação entre os colegas e alguns convivem na escola numa condição de isolamento.

Enfocando o âmbito escolar, essa discussão ganha muita força, sobretudo, pelo fato de que a instituição educacional é promotora e divulgadora de discursos e representações, e isso tem uma relevância sobremaneira para os que estão inseridos dentro dela, sobretudo os jovens e adolescentes que, por estarem em uma fase do desenvolvimento na qual a

personalidade é classificada como esponjosa e muito susceptível a influências conceituais externas (do seu meio de convívio), devido aos processos intensos de projeção e introjeção, podem ser manipulados “facilmente” e levados a agir coercitivamente, marginalizando certos aspectos e condutas sociais, como a homossexualidade.

Apesar de a homossexualidade não se configurar como algo incomum, muitos professores e alunos carregam o discurso preconceituoso de que esse comportamento é díspar, criando imagens de condenação. É nesse contexto que emerge “o diferente”, imputando uma identidade relacionada diretamente a cada um deles, construindo discursos sobre a diferença, agredindo-os de forma geral. A problemática, assim, não se insere no modo como o indivíduo expressa sua sexualidade, mas no tratamento preconceituoso que afeta centenas de pessoas todos os dias (FERRARI; MARQUES, 2010).

Dessa forma, quando o jovem não corresponde ao padrão heterossexual, ele sofre grandes discriminações, pois o pensamento dominante considera a homossexualidade uma perversão, doença ou anormalidade. Por isso, o processo de aceitação pelo próprio sujeito é muito difícil, muitos tentam negar e reverter sua orientação sexual, temendo as repressões que possam sofrer dos amigos, do meio social, da família, ou então não assumem essa condição e vivem isolados.

Nesse sentido, a escola deve ser entendida como um espaço de relações privilegiado para o desenvolvimento crítico e político, capaz de contribuir para a construção de valores pessoais, crenças, conceitos e maneiras de conhecer o mundo e interferir diretamente na produção social da saúde. Neste sentido, no contexto situacional do espaço escolar, encontram-se diferentes sujeitos, com histórias e papéis sociais distintos, que produzem modos de refletir e agir sobre si e sobre o mundo.

Destacamos que crianças e adolescentes são mais vulneráveis aos contextos de violência, pois muitas vezes são incapazes de impedir o seu convívio, dependendo do adulto para lhes dar proteção. Assim, além da família, os profissionais da escola devem oferecer proteção, proporcionando sentimento de segurança, afeto e apoio aos indivíduos, podendo, desta forma, minimizar o impacto da violência.

Além da homofobia em si, do preconceito contra a sexualidade destoante do padrão heteronormativo, o livro abre um leque de possibilidades de temas a serem abordados. Em diversos trechos do livro é possível se fazer a inserção de discussões acerca do respeito, do convívio com a diferença, a empatia com o outro e a solidariedade.

Em várias partes do livro o autor trabalha com os paradigmas inerentes à sexualidade, questões relacionadas à homossexualidade. Chama atenção a figura do pai de

Heitor e avô de Dante, Luiz, que a despeito da idade, e de ser, como a maioria dos avôs e pais, um homem de outra época, quando o preconceito era ainda mais enraizado, trata com normalidade a homossexualidade do filho e demonstra afeto e compreensão. Em contrapartida, a mãe de Heitor, a avó Salete não fala com o filho, e durante todo o livro fica subentendido que isso acontece em razão da homossexualidade de Heitor.

Neste ponto, o (a) professor (a) em sala de aula pode fazer uma abordagem importante sobre a relação da família com a homossexualidade e como é difícil para o homossexual ter que conviver com a rejeição dentro do próprio ambiente familiar.

A rejeição da família em relação à homossexualidade é um tema que necessita ser trabalhado, não apenas na perspectiva de desconstruir os preconceitos, mas de ampliar a visão dos alunos. Entre os quais pode haver quem seja homossexual e viva o drama familiar, ou quem conviva com esta realidade na família, ou ainda quem possa extrair aprendizado para lidar com a questão da relação da homossexualidade e a família em outras situações.

Schulman detalha o conceito de homofobia familiar, explicitando o impacto disso em quem é vítima:

As especificidades e dimensões da homofobia familiar são amplas. Elas podem variar desde pequenos desrespeitos a graus variados de exclusão, chegando a ataques brutais que deformam a vida da pessoa gay, ou até a crueldades diretas e indiretas que literalmente acabam com a existência daquela pessoa. É claro que o impacto disso irá variar de acordo com outros tipos de sistemas de apoio que a vítima consiga acessar, com o quanto comprometida é a sua família no reforço da homofobia e com os tipos de intervenção realizados por terceiros. Caso os preconceitos da família sejam flexíveis, caso a vítima tenha uma rede de apoio consistente e confiável e caso outros indivíduos na família ou na comunidade intervenham ativamente na denúncia, portanto, na mitigação do impacto da crueldade, a homofobia familiar pode ser um obstáculo desnecessário, mas superável. (SCHULMAN, 2010, p.67-78).

Outra abordagem que o livro favorece, ainda no âmbito familiar, é a relação de pais homossexuais com seus filhos. Dante, o protagonista, inicialmente não apresenta nenhum estranhamento pelo fato de o pai namorar um homem, a não ser o fato deste namorado roncar. Em um determinado trecho, Dante deixa transparecer a compreensão que tem da homossexualidade do pai como algo comum, desde pequeno: “[...] Meu pai me contou quando eu tinha mais ou menos seis anos: ele foi franco comigo. Explicou que por namorar um outro homem ele não era um monstro e nem um mutante. Ele quer ser feliz como todo mundo... (CAMILLO 2012, p. 68-69).

Esta abordagem favorece ainda mais a discussão acerca do preconceito na família e da aceitação do que não é padrão, como tal, sem esperar que seja visto com normalidade. O autor da obra consegue criar um aspecto de estranheza e fuga dos padrões ao apresentar um

namorado que a despeito de ser gay, fuma e ronca, conferindo a este características que normalmente são associados a figuras heterossexuais masculinas.

Um bom exemplo disso é o personagem Paulo, que tem problemas com Dante, age de forma preconceituosa, até que o autor mostra em um fragmento que o comportamento violento do personagem se deve à violência familiar que este sofre. O livro expõe bem a questão da violência intrafamiliar, da seguinte maneira:

[...] 13h54 – Ninguém chegou e Paulo não tomou banho. O pai de Paulo xinga o Paulo. A mãe de Paulo xinga o menino também.
14h02 – Ninguém chegou e Paulo foi tomar banho. O pai de Paulo continua a brigar com o Paulo. A mãe de Paulo. A mãe de Paulo não. (CAMILLO 2012, p. 64).

Nesse trecho do livro, temos a narração de uma passagem em que Paulo, um dos meninos que a priori apresenta comportamento hostil com Dante, quando este chega na cidade, está inserido num cenário de violência familiar, em que o pai e a mãe o xingam, brigam e se dirigem a ele com palavras ofensivas, a ponto de outra pessoa, no caso Dante, observar isso.

Mais adiante, pode-se verificar que este mesmo personagem é claramente vítima de violência física por parte da mãe:

– Você é muito burro!
– Mas, mãe. – Dante ouve um som de tapa e um choro.
– É um animal de rabo mesmo! Burro e Idiota.
– Mas, mãe. – Dante ouve um choro.
– Como foi perder o dinheiro? Parece que não sei.
– Mas, mãe... – Dante ouve outro tapa.
– E vem com esta cara de tonto! Não sei se você é uma besta ou está se fazendo de besta.
– Mas mãe...
– Já sei: Você é uma besta se fazendo de besta. E, ainda por cima, grandão deste jeito, mija na cama todos os dias.
Dante vira e vê Paulo e sua mãe andando. Paulo carrega vários pacotes de supermercado.
Dante vê Paulo.
Paulo vê que Dante o observa.
Dante Finge que não está vendo o Paulo. Pedala mais depressa.
(CAMILLO, 2012, p. 99).

Percebe-se, assim, outra perspectiva de trabalho dentro do livro, que permite enveredar por diversos caminhos à medida que trata sobre a sexualidade e sobre a desconstrução dos estereótipos de normalidade, podendo abordar, neste caso, que nem sempre aquilo que se tem por referência de normalidade funciona como tal. A família de Paulo, composta por um pai homem, uma mãe mulher nem por isso se configura pelo exemplo de estabilidade que se espera de uma família.

A obra permite o trabalho com a desconstrução de conceitos historicamente enraizados na sociedade como, por exemplo, a ideia de que todo homem homossexual seja afeminado, mais um caminho para ser seguido pelo professor em sala de aula, que deseje promover a discussão sobre estereótipos, sobre preconceito e sobre aceitação da diferença. A visão de homossexual afeminado e com trejeitos femininos coopera para a existência de uma visão de inferioridade em relação a estes indivíduos, que aos olhos de alguns segmentos são fracos e menos merecedores de respeito. Essa visão decorre de uma visão de gênero hierarquicamente construída que coloca o masculino e o feminino em situação de oposição, em que o homem é visto como forte e viril e a mulher como fraca e dependente.

[...] homens e mulheres só podem conviver em sociedade, a discriminação sempre ocorrerá em relação ao outro, portanto, a discriminação é fruto das relações sociais que estabelecemos através da reprodução de desvalores que, por vezes, incorporamos acriticamente no nosso cotidiano. [...] através de brincadeiras, piadas e gozações aspectos do jeito de ser e viver dos indivíduos, colocando-os em situação vexatória (MESQUITA; RAMOS; SANTOS, 2001, p. 83).

O pensamento dos autores acima citados corrobora alguns aspectos trabalhados pelo autor do livro que podem ser abordados em sala de aula pelo professor, no que se refere a dualidade masculino e feminino. Por exemplo, quando o avô Luiz conta a história da cidade a Dante e narra o enredo amoroso de Julinha e Procópio descrevendo este como submisso e aquela como dominadora, características, que por convenção histórica e arbitrária são via de regra atribuídas ao gênero oposto, dá vazão para que o (a) professor (a) questione com os alunos se na sociedade estes papéis também são convencionados assim e por que isso acontece.

Esta abordagem pode ser feita em sala, após a leitura do capítulo e usando outros materiais, como vídeos, reportagens e recortes, que possibilitem o (a) professor (a) fundamentar melhor a discussão sobre a diferença existente no tratamento dado aos gêneros nos diferentes espaços sociais.

Nasce, então, o espaço para se discutir as questões de gênero, os papéis do homem e da mulher na sociedade. A reprodução desse modelo de masculinidade e feminilidade favorece a permanência do status de dominação masculina (BOURDIEU, 2003). Esta, por sua vez, se constrói tanto em oposição à feminilidade, quanto à homossexualidade. A atenção ao comportamento da criança e do adolescente do sexo masculino parece ser redobrada, qualquer atitude que possa ser relacionada a traços femininos é habilmente punida socialmente, a não ser que seja interpretada como um ato de comédia (o que reforça o caráter depreciativo atribuído ao comportamento diverso). Esta forma de discriminação diz respeito ao modelo de

sociedade contemporânea e atribui sentidos às formas de viver a sexualidade e o gênero, sendo construída e reiterada “naturalmente” por discursos científicos, culturais e ou religiosos (POCAHY, 2010).

Além de abordar os temas inerentes à diversidade, o livro ainda indica caminhos que podem favorecer o trabalho com a autoaceitação no que se refere às diferenças, utilizando para isso as redes sociais, já que durante todo o livro o autor faz uso delas para descrever personagens e apresentar perfis. Vale ressaltar ainda que essas mídias são recorrentes no cotidiano dos alunos, além de serem também espaço de disseminação de preconceito, violência e ódio contra homossexuais e pessoas com sexualidade destoante dos padrões.

Esse fato faz com que o professor possa a partir da leitura do livro inserir essas temáticas dentro do currículo da escola, promovendo discussões, estimulando debates e reflexões, e desta forma combater práticas de exclusão e marginalização dos indivíduos que não se encaixam nos padrões de sexualidade estabelecidos pela sociedade.

Outro viés que pode ser abordado pelo livro é a oposição masculino e feminino. Plínio Camillo dialoga com Teoria Queer e mostra, com estranheza aos olhos do senso comum, o homem homossexual “ másculo” (Ademar), que fuma e ronca, normalmente características atribuídas aos homens “machões”, muito mais viris, que remetem a um estereótipo que destoa do homossexual sensível e delicado que permeia o imaginário coletivo.

O professor poderá utilizar as personagens de Ademar e de Heitor para combater a ideia de homem gay estereotipado, mas também para propor a ideia de que o estereótipo deve ser desconstruído, pois não existe padrão ou referência, certo ou errado, que cada indivíduo é único e que importante é se identificar e se encontrar, enfim, que estabelecer uma condição é limitar as possibilidades.

O livro é rico em indicações de outras obras literárias, de jogos e filmes, o que deixa a obra atraente para tratar da temática e que facilita também a discussão sobre o assunto da sexualidade não padrão, inserindo o tema dentro do cotidiano e fazendo com que o aluno veja que ser diferente faz parte do cotidiano e que mesmo quem apresenta uma expressão sexual diferente do que ele cresceu acreditando ser a certa ou a normal também vive e experimenta os mesmos gostos e hábitos que ele.

É importante destacar do livro que Dante é um adolescente igual a todos os outros, o que facilita essa identificação com o leitor/aluno, e que o livro, embora trate da sexualidade não padrão, o faz não com o personagem principal, mas com alguém que o cerca, mostrando que o preconceito, o desrespeito e a violência afeta a todos, e o (a) professor (a) deve trabalhar esse viés.

Um caminho para isso é o seu trabalho em sala de aula. O professor poderá solicitar aos alunos que identifiquem as situações de violência e exclusão das quais Dante foi vítima. O professor poderá depois de solicitar que o aluno leia o livro e, depois de ter trabalhado os diversos tipos de violência, exclusão, invisibilidade, violência física, psicológica entre outras, solicitar que os alunos identifiquem quais delas Dante sofreu na escola e na sociedade ou mesmo na família, ou de quais delas o pai ou o namorado dele foram vítimas em casa, no trabalho ou ainda em outros espaços.

A atividade, além de imergir os alunos no mundo da leitura, proporcionará contato com as nuances da marginalização das quais os indivíduos homossexuais são vítimas, fazendo-os refletir sobre os danos que o preconceito e falta de conhecimento ocasionam a quem não se encaixa em um padrão arbitrariamente distorcido.

A proposta é trabalhar com o livro de formar a promover o reconhecimento da diferença e a aceitação desta, na perspectiva do que afirma Araújo:

O reconhecimento da diferença, afirma tanto a legitimidade da diferença dos outros, como da nossa própria diferença. Esse reconhecimento dispõe o espírito de abertura para o surgimento de laços de interligação com os outros. Laços que incidem nos riscos dos compartilhamentos intensivos de saberes e de sentires, em processos que podem compelir à fraternidade através da interpenetração e dos cruzamentos que nos engrandecem como seres humanos na celebração dos valores primordiais da paz, da solidariedade, da amorosidade, do bem e do belo. (ARAÚJO, 2017, p. 9).

Dante, o protagonista do livro nem sempre compreende bem as situações, como por exemplo, o fato dele questionar em relação ao pai ser gay:

–Você é gay, pai?
 – Como?
 – Quero saber se você é gay
 – O que é ser gay, filho?
 – Pai! Estou perguntando e não quero responder!
 – Filho, sou um homem que adora o filho que tem e que ama outro homem.
 – Mas então, é gay!
 – Não sei. Sou alguém que gosta do que é
 – Não é gay?
 – Filho!
 – É, ou não é?
 – Sem entender o que você quer dizer não sei responder.
 – Então tá: gay é aquele que anda rebolando, fala fino e faz coisas como se fosse uma mulher.
 – Então eu não sou.
 – E que também transa com homem.
 – Então eu sou".(CAMILLO, 2012, p. 113).

O (a) professor (a) deve aproveitar para debater isso com os alunos, a forma como as crianças, sobretudo os filhos e familiares em geral, lidam com o estranhamento ou não em relação à sexualidade e que tratamento dar a essa situação. Promover debates e discussões

acerca dessas situações é importante para promover o entendimento e a compreensão dos alunos em relação ao diferente.

Não se pode esquecer que uma das funções da literatura é justamente essa: a de trazer à tona as questões que carecem de compreensão, lançar luz sobre o que ainda não foi de todo esclarecido para que seja plenamente compreendido.

Ainda no âmbito do estranho e do não padrão, o professor pode inserir nas discussões e no trabalho com o livro a questão da xenofobia. Quando Dante chega a Procópio, a pequena cidade onde o pai, Heitor, vive com o namorado, Ademar, o avô Luiz e a avó Salete que não fala com o pai por não aceitar a relação homoafetiva deste, é hostilizado pelos meninos, justamente por ser o estranho do lugar, estranho por ser o menino com costumes diferentes, por se comportar de forma diferente, ter gostos e hábitos distintos dos gostos e hábitos dos outros meninos.

O autor é muito feliz ao colocar o menino “diferente”, filho do homossexual, mas não necessariamente o “estranho”, ao mesmo tempo em que Dante é o que se destaca nas aulas de matemática nas aulas de matemática, é também o craque do futebol, o que não faz dele o mais popular dos garotos, isso faz com que o livro fuja do estereótipo comum das narrativas de livros e filmes para o público infantojuvenil nas quais os que se destacam nas matérias escolares são introspectivos e os esportistas são populares com as garotas, por exemplo.

Neste sentido, o livro proporciona o trabalho com o combate aos estereótipos, aponta para a construção social da referência de normalidade. A referência é ser do jeito que se é. Outro exemplo é a personagem Priscila, sobrinha de Ademar, que o autor apresenta como a gorda, que será no final o par romântico de Dante e que também foge do padrão de referência de beleza que as protagonistas geralmente apresentam.

Neste sentido, o (a) professor (a) pode aproveitar para trabalhar a percepção dos alunos em relação a isso, fazendo, inclusive, a comparação com outras obras semelhantes. Sugerimos que o professor use como parâmetro outro livro para a mesma faixa etária que tenha uma história semelhante e faça a comparação dos personagens e do enredo e que peça para os alunos compararem as características psicológicas, físicas e o desenrolar do enredo.

O fato é que *o namorado do papai ronca* é uma obra cheia de nuances que permitem ao professor inserir dentro das aulas de Literatura e de leitura a discussão sobre a construção do respeito e da tolerância, valores caros em tempo de violência, assédio, desrespeito e marginalização para quem se apresenta com a sexualidade que não aquela que determinada parcela da sociedade convencionou chamar de normal. E neste aspecto a

literatura cumpre suas funções de esclarecer, fazer pensar, refletir sobre a realidade e sobre o outro à medida que conhece a si mesmo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em um momento em que o Brasil vive um contexto político-social notadamente marcado pela ascensão de grupos conservadores que dão vazão a pensamentos de cunho religioso, fundamentados em argumentos arcaicos e em preceitos ultrapassados, abandonando a razão e os valores democráticos como parâmetros para a discussão sobre os direitos das minorias ideológicas que destoam dos padrões que estes mesmos segmentos sociais elegeram como referência, é imprescindível que a escola se firme como espaço capaz de promover um debate.

A educação tem atuado como força motriz, auxiliando na construção de novas realidades, transformando pensamentos e modificando o modo como o homem enxerga o mundo e se relaciona com o outro, pois é na escola, espaço de geração de conhecimento, que se situa o lugar privilegiado para que se combata o obscurantismo que paira sobre algumas questões que o tempo e o homem, autor de sua história, ainda não foram capazes de superar por completo.

Apesar de termos avançados em muitos sentidos, de termos construídos muitos conhecimentos e nos organizado de diversas formas, há ainda, parcela considerável da humanidade que encontra dificuldade em conviver com as diferenças, com aquilo que se não se assemelha com o que lhe parece aceitável dentro de um padrão.

Somos diferentes, fisicamente, nos modos de pensar, de agir e de se comportar em sociedade, somos diferentes no modo de sentir e de perceber uma mesma sensação, por que não seríamos diferentes no que se refere à sexualidade? O que se apresentou ao longo deste trabalho não foi nem de longe a imposição de padrões, mas a ruptura com os estereótipos que afirmam que o que destoam do padrão tido como referência não é bom.

Propusemos este trabalho porque acreditamos que a escola é um espaço importante para a construção de diálogos sobre a sexualidade a diversidade, que não há uma

ou outra disciplina que esteja melhor preparada para combater os preconceitos que se enraizaram secularmente na sociedade acerca da diversidade sexual e que alguns segmentos sociais insistem em perpetuar.

No decorrer desta pesquisa, pudemos perceber que a Literatura, enquanto arte pode se converter em uma relevante possibilidade para abordagem deste tema que se faz, por demasia, necessário debater, discutir, não somente porque permeia o cotidiano de todos que fazem o ambiente escolar, mas na intenção de combater os estigmas que o cercam.

Debater a diferença e sua aceitação é, de certa forma, debater a convivência com o outro, discutir um dos pilares básicos da educação contemporânea: aprender a conviver. Não é porque a educação pressupõe a convivência com o outro que o simples fato de se chegar a escola, a despeito dos esforços desta e de seus sujeitos, irá assegurar que o aluno saia dela sendo capaz de respeitar as diferenças, já que somos seres dotados de personalidades próprias, que não necessariamente são moldadas pelas características ou intencionalidades de um determinado meio ou indivíduos.

Não acreditamos, no entanto, que trabalhar com a diversidade em sala de aula e colaborar com o combate ao preconceito seja um caminho fácil, como a própria pesquisa apontou, pois, o percurso passa essencialmente por uma série de fatores que dificultam e emperram o trabalho com essa discussão em sala de aula, que estão para além do conservadorismo das alas sociais mais radicais.

Iniciamos com o déficit na formação docente, continuamos ainda no âmbito escolar na relutância de muitos professores de tratarem os temas em sala, ora por considerarem polêmicos demais, como se a sexualidade fosse algo para além da vida do aluno e não estivesse implícito em seu cotidiano desde a mais tenra idade, ora por temerem não saber lidar com o que parecer ser a complexidade do assunto.

A escassez de materiais didáticos é outro obstáculo que se impõe ao trabalho com a diversidade em sala de aula, sobretudo neste momento político em que as ações governamentais que envolvem as minorias sexuais tendem a ser reprimidas. Podemos citar como exemplo recente o material produzido pelo Governo Federal, por meio de convênio do FNDE, chamado Escola Sem Homofobia, que tinha como objetivo combater a violência contra gays, lésbicas, travestis, transexuais, entre outros grupos e focava na formação de educadores para tratar das questões de gênero e da sexualidade em sala de aula.

Por pressão de grupos religiosos, que encabeçaram uma campanha, fazendo-a chegar ao Congresso Nacional onde ganhou a adesão de deputados e senadores e ecoou impulsionada pela chamada bancada evangélica, o projeto acabou vetado e a distribuição do

material foi proibida pelo governo, acusado de “insuflar” – como se isso fosse possível – a homossexualidade na escola.

Outro agravante que se percebe e que tem sua origem também nestes grupos conservadores é o Programa Escola Sem Partido, que, se foi estabelecido como lei, pretende coibir uma suposta “doutrinação ideológica” que, segundo o Programa, acontece quando os professores militam a favor de uma determinada corrente ideológica, de acordo com os fundadores do movimento: o Marxismo.

O Programa Escola Sem Partido se opõe à temática deste trabalho quando vai além do viés político e propõe a proibição do professor de abordar temas como “ideologia de gênero”, expressão originada a partir da identidade de gênero proposta pela filósofa Judith Butler, orientação sexual ou educação sexual. O referido movimento cresceu a tal ponto que já há câmaras municipais no Brasil que aprovaram projetos de lei semelhantes, proibindo as escolas de abordarem em seus currículos a temática da identidade de gênero.

Neste sentido, acreditamos que é preciso rever a formação inicial do (a) professor (a) e, enquanto isso não acontece de forma mais efetiva, reforçar e oferecer recursos e oportunidades de trabalho com os meios disponíveis. Foi o que este trabalho se propôs, não apresentar um percurso metodológico, mas mostrar ao professor que estes recursos existem e que podem ser usados em sala de aula de forma sensível e que os temas relativos à diversidade sexual podem e devem ser abordados.

O professor deve também se posicionar como questionador da não existência de condições favoráveis para o trabalho com essas temáticas. É preciso compreender porque os cursos de formação de professores ainda deixam a desejar no que se refere a oferecer subsídios formativos mínimos para que os futuros educadores cheguem às salas de aulas com visão suficientemente crítica para atuarem no processo de ensino-aprendizagem de forma a combater os preconceitos que se apresentam sob diversas formas, muitas vezes presentes em situações corriqueiras e tão incorporadas ao cotidiano que passam despercebidas e são tidas como “normais” e aceitáveis.

Faz-se necessário também buscar entender porque na escola não se encontram com facilidade livros infantojuvenis com a temática da diversidade sexual, uma vez que o assunto está presente nas vivências do aluno dentro e fora da escola. O professor precisa ser o agente implantador das ações de insiram as discussões e o trabalho com a diversidade no ambiente da sala de aula e da escola como um todo.

O professor não pode se conformar com a ausência de debate e de políticas que privilegiem o trabalho com as ações de combate ao preconceito em sala de aula, devemos sim

ser agentes que pensamos o contexto educacional do qual fazemos parte e agimos em relação as falhas que encontramos nele.

Não podemos silenciar diante do fato de que estamos inseridos em uma sociedade excludente e extremamente preconceituosa, que violenta e mata milhares de pessoas pela orientação sexual todos os dias e que temos uma escola que, via de regra, não privilegia a desconstrução dos paradigmas que colaboram para a existência de comportamentos desta natureza. O professor precisa ser protagonista no processo de construção de uma educação mais comprometida com a valorização e respeito das diferenças e da diversidade.

Não podemos também nos conformar com a ausência de material e pesquisas que abordem a temática. Se faz cada vez mais necessário se aprofundar as pesquisas, descobrir novas formas de abordagem do tema e meios de se buscar combater o preconceito em sala que insiste em permear a sociedade e está presente nas mais diversas relações e meios. Devemos como professores aperfeiçoar nosso olhar e nossa prática para estarmos constantemente enfrentando e combatendo as situações de preconceito e marginalização às quais os indivíduos com sexualidade destoante do padrão heteronormativo estão sujeitos.

Ao realizarmos esta pesquisa fizemos imbuídos do desejo de contribuir com a prática docente, alertando para a necessidade de se buscar novos recursos, de descobrir, ainda que em meio a um cenário turbulento e desfavorável à discussão do assunto, meios de inserir o debate dentro do contexto da sala de aula e extrair dessa experiência resultados positivos.

É urgente que surjam iniciativas neste sentido, que outros professores passem a pesquisar e a agir com a finalidade de promover dentro da sala de aula e da escola discussões sobre a importância de reconhecer, valorizar e respeitar a diversidade e as diferenças, combatendo os estereótipos e os preconceitos que oriundos da sociedade, se manifestam na escola e em diversas outras instituições sociais e se perpetuam, por vezes sem intervenção, gerando violência, exclusão, dor e sofrimento.

Entregamos como produto deste trabalho um catálogo com uma relação de obras de literatura infantojuvenil que fazem a abordagem da diversidade sexual e breves sugestões de trabalho com elas na sala de aula em diferentes séries.

Esperamos que, ao apresentar perspectivas de trabalho com a diversidade sexual aliada à Literatura Infantojuvenil, despertando não somente para retratar a existência da diversidade, mas para a necessidade de combater os estereótipos para o fim da convivência com as diferenças, o professor possa ampliar as suas possibilidades de trabalho e dar ao tema a relevância que ele merece dentro de suas aulas de Língua Portuguesa.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Lígia Assunção. **Pensar a diferença/deficiência**. Brasília: Coordenadoria da Pessoa Portadora de Deficiência, 1994.

ARAÚJO, Miguel Almir Lima. Tradição cultural, diversidade e interculturalidade no educar: por uma pedagogia do fuxico. *In*: CONGRESO IBEROAMERICANO DE EDUCACIÓN: METAS 2021, 2010, Argentina, p. 1-11. Disponível em: <http://www.chubut.edu.ar/descargas/secundaria/congreso/INTERCULTURALBILINGUE/RE2332_AlmirLima.pdf> Acesso em: 25 de fevereiro de 2019.

ARIÉS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2.ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

BIAGIO, Rita de. Meninas de azul, meninos de rosa. *In*: Revista criança. Ministério da Educação. Brasília, Set. 2005, p. 33-37. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/eduinf/revcrian40.pdf>> Acesso em 25 de fevereiro de 2019.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa**. Brasília: MEC/SEE, 1997.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Brasília, DF: MEC/SEF, vol. 1, 1998a.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAMILLO, Plínio. **O namorado do papai ronca**. São Paulo: Prólogo Selo Editorial, 2012.

CANDIDO, Antônio. A literatura e a formação do homem. *In*: **Ciência e Cultura**. São Paulo, v. 24, n. 9, 1972

_____. O direito à literatura. *In*: **Vários escritos**. [Edição revista e ampliada]. São Paulo: Duas Cidades, 1995.

CARRASCO, Walcyr. **Meus Dois Pais**. Ilustrações de Laurent Cardon. São Paulo: Ática, 2010.

CASIMIRO, Ana Palmira Bittencourt. **Mentalidade e Estética na Bahia Colonial: a Venerável Ordem Terceira de São Francisco de Assis e o Frontispício da sua Igreja**. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1996.

CANDAU, Vera Maria (org). **Diferenças Culturais e Educação: construindo caminhos**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007

_____. Multiculturalismo e educação: desafios para a prática pedagógica. In: MOREIRA, Antônio Flávio; CANDAU, Vera Maria (Org.). **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 13- 37.

COELHO, Nelly Novaes. **Literatura Infantil: teoria, análise, didática**. São Paulo: Moderna, 2000.

COUTINHO, Afrânio. **Notas de teoria literária**. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

CUNHA, Maria Antonieta Antunes. **Literatura Infantil: Teoria e prática**. 18 ed. São Paulo: Ática, 1999.

ECO, U. Sobre algumas funções da literatura. *In: Sobre a literatura*. Rio de Janeiro: Record; 2003. p.9-21.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

INOUE, Ana Amélia. Temas transversais. Revista do Cogeime, n. 15, p. 21-29, dez. 1999. Disponível em: <<https://www.redemetodista.edu.br/revistas/revistas-cogeime/index.php/COGEIME/article/viewFile/517/468>> Acesso em 25 de fevereiro de 2019.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. **Literatura infantil brasileira: Histórias e histórias**. São Paulo, Editora Ática, 2007.

LEITE, Márcia. **Olívia Tem Dois Papais**. Ilustrações Taline Schubach. São Paulo: Companhia das Letrinhas, 2010.

LERNER, Delia. Ensenar em La Diversidad. Conferencia dictada em las Primeras Jornadas de Educación Intercultural de La Provincia de Buenos Aires: Género, generaciones y etnicidades em los mapas escolares contemporáneos. Dirección de Modalidad de Educación Intercultural. La Plata, 28 de junio de 2007. Texto publicado em Lectura y Vida. Revista Latinoamericana de Lectura. Buenos Aires, v.26, n.4, dez. 2007.

LOURO, G. L. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte. Autêntica, 2001.

LOURO, Guacira Lopes. Heteronormatividade e homofobia. *In: JUNQUEIRA, R. D. (Org.). Diversidade sexual na educação: problematizações sobre homofobia nas escolas*. Brasília: Ministério da Educação/UNESCO, 2009. v. 32. p. 85-93.

MARTINS, Georgina. **O menino que brincava de ser**. São Paulo: DCL, 2000

MESQUITA, Mary lúcia; RAMOS, Sâmia R; SANTOS, Silvana M. M. Contribuições à crítica do preconceito no debate do Serviço Social In: MUSTAFÁ, Alexandra M. (org.) *Presença Ética* vol. 1-anuario filosófico-social do GEPE-UFPE. Recife: UNIPRESS Gráfica e Editora do NE, 2001.

MISKOLCI, Richard. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 11, n. 21, jan./jun. 2009, p. 150-182.

MORICONI, I. **Como e por que ler a poesia brasileira do século XX**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

MOTT, Luiz. **Assassinato de Homossexuais**: manual de coleta de informações, sistematização e mobilização política contra crimes homofóbicos. Salvador: Grupo Gay da Bahia, 2000.

PETRY, Analídia Rodolpho; MEYER, Dagmar Elisabeth Estermann. Transexualidade e heteronormatividade: algumas questões para a pesquisa. *Textos & Contextos*, Porto Alegre, v.10, n.1, p.193-198, 2011.

POCAHY, F. Rompendo o silêncio: homofobia e heterossexismo na sociedade contemporânea / Fernando Pochay (organizador). –Porto Alegre: Nuances, 2007.

RAIMUNDO, A. P. P. A mediação na formação do leitor. In: CELLI – COLÓQUIO DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS E LITERÁRIOS, 3. 2007, Maringá. Anais... Maringá, 2007. Disponível em: <http://www.ple.uem.br/3celli_anais/trabalhos/estudos_literarios/pdf_literario/010.pdf>

SANDRONI, Laura. **De Lobato a Bojunga**. Rio de Janeiro: Agir, 1987

SANTOS, D. B. C; ARAÚJO, D. C. Sexualidades e gêneros: questões introdutórias. In: Paraná. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento da Diversidade. Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual. SANTOS, D. B. C (Org); ARAÚJO, D. C (Org). Sexualidade. Cadernos temáticos da diversidade. Curitiba: SEED –Pr, 2009.

SCHULMAN, S. (2010). Homofobia familiar: uma experiência em busca de reconhecimento. *Revista Bagoas*, 5, 67-78.

SIMÕES, Júlio & FACHINNI, Regina. Paradoxos da Identidade, *In: Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT*, 2009

SILVEIRA, Rosa Maria Hessel. Nas tramas da literatura infantil: olhares sobre personagens “diferentes”. Trabalho apresentado no 2. Seminário Internacional de Educação Intercultural, gênero e movimentos sociais, Florianópolis, 2003.

TEIXEIRA, Cíntia Maria; MAGNABOSCO, Maria Madalena. **Gênero e diversidade**: formação de educadoras/es. Belo Horizonte: Autêntica Editora; Ouro Preto: UFOP, 2010.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no Paraíso**: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2007.

XAVIER-FILHA, Constantina. **A sexualidade nos livros infantis**: a mediação no processo de educação sexual. Campo Grande: UFMS/DED, 2001. Relatório final de pesquisa.

ZILBERMAN, Regina. **A Literatura Infantil na escola**. São Paulo: Global. Ed., 4ª Ed., 1985, 1998, 2003

_____. **Como e Por que Ler a Literatura Infantil Brasileira**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003.

_____. **Como e por que ler a literatura infantil brasileira**. Rio de Janeiro, R.S.: Objetiva, 2005.

APÊNDICE

LITERATURA E DIVERSIDADE

Catálogo de Obras de Literatura Infantojuvenil que abordam temas inerentes à diversidade sexual.



Universidade Federal
de Campina Grande



PROFLETRAS



Professor Maciel Nascimento de Araújo

Apresentação

Este catálogo é parte integrante da dissertação de Mestrado intitulada "Literatura e Transversalidade: a Diversidade Sexual e a Literatura Infantojuvenil no Ensino Fundamental II", produzida no âmbito do Programa de Mestrado Profissional em Letras (PROFLETRAS), do Centro de Formação de Professores (CFP) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), sob a orientação do Professor Doutor Nelson Eliezer Ferreira Junior.

A intenção do presente material é complementar a ideia, defendida na dissertação da qual faz parte, que é possível abordar os temas inerentes à diversidade sexual em sala de aula, sobretudo em aulas de literatura, de modo leve e descontraído. Essa abordagem colabora para o combate aos estereótipos sexuais ao mesmo tempo em que se promove o contato com os textos literários.

A produção, apresentação e distribuição deste material – com indicação de obras e indicação de formas de abordagem delas em sala – nem de longe se propõe a ser um guia metodológico. Nosso objetivo é dizer aos(às) professores(as) e demais profissionais da educação que estas obras existem e que podem ser trabalhadas com os alunos, embora não ocupem o topo da lista dos mais vendidos, não estejam em destaque no mercado editorial para este público e não serem encontradas em todas as bibliotecas escolares.

Desejamos ainda, com a apresentação deste catálogo, reforçar o desejo de romper com o pensamento retrógrado que toma corpo na sociedade contemporânea, impulsionado por grupos conservadores que desejam impedir a livre manifestação artística e cultural, impondo como padrão de qualidade suas próprias limitações quanto à diversidade sexual.

Acreditamos na escola como espaço privilegiado para as discussões sobre sexualidade, diversidades e gênero. Defendemos que o combate aos preconceitos e aos paradigmas que ameaçam os direitos humanos tem na escola um agente primordial e, para tanto, enfatizamos uma abordagem da literatura como espaço tanto de fruição estética quanto de reflexão sobre a realidade

Esperamos assim contribuir com a discussão sobre o tema e com a construção de aulas de Língua Portuguesa e Literatura mais significativas.



Professor Maciel Nascimento de Araújo



Universidade Federal
de Campina Grande



PROFLETRAS

As Obras

Especialmente para este catálogo separamos dez obras, todas elas têm como temática a diversidade sexual. Apresentaremos aqui uma breve resenha de cada uma delas, faremos a indicação de que temas o(a) professor(a) poderá trabalhar com estas e para que séries cada uma está indicada.

As obras abordadas são:

- **Amor entre meninas – Shirley Souza**
- **A princesa e a costureira – Janaina Leslão**
- **Do jeito que a gente é – Márcia Leite**
- **Iguais – Ivo Minkovicious**
- **Meninos gostam de azul, meninas gostam de rosa. Ou não? – Nívea Salgado**
- **Meus dois pais – Walcyr Carrasco**
- **O namorado do papai ronca – Plínio Camillo**
- **Olívia tem dois papais – Márcia Leite**
- **Tal pai, tal filho? – Georgina Martins.**
- **Tudo por você – Georgina Martins**

Há outras obras no Brasil e no mundo que tratam da temática da diversidade sexual e do gênero e que se destinam ao público infantil e infantojuvenil, contudo decidimos nos ater a estes dez títulos pela relevância deles, pela variedade de temas que enfocam e pelas possibilidades que enxergamos neles de trabalharmos em sala de aula com os enfoques que cada obra dá à questão sobre o gênero e diversidade, contribuindo para a discussão sobre as questões que se pretende debater.



* As resenhas apresentadas no texto são textos comerciais que acompanham as obras.



Universidade Federal
de Campina Grande



PROFLETRAS

Sobre os Autores das obras apresentadas neste catálogo



Georgina Martins

Georgina Martins nasceu na cidade do Rio de Janeiro em 8 de junho de 1959. Especialista em Teoria e Crítica da Literatura Infantil e Juvenil e doutoranda em Literatura Brasileira, Georgina é professora do curso de Pós-Graduação em Literatura infantil e juvenil da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro e diretora de Produção Cultural da mesma universidade. Coordena projetos de formação de professores das redes estadual e municipal. Estreou na Literatura Infantil em 1999, com o livro *O Menino que não se chamava João e a Menina que não se chamava Maria*, publicado pela DCL.



Ivo Minkovicius

Arquiteto de formação (FAU-USP / 1990) e designer gráfico por vocação no mesmo período, e logo em seguida trabalhou com arquitetura (Escritório Roberto Loeb, entre outros), Desenvolveu projetos ligados à área de Educação: desde jogos até cursos Educação não-formal. Trabalhou com Edição de Arte na Cybermind, Atualmente trabalha na Dagui Design, desenvolvendo o desenho gráfico (Comunicação Visual / Projetos e Ilustração) voltado para a Educação: Escolas: Escola MóBILE, Colégio Assunção, Colégio Renascença, Colégio Elvira Brandão, Colégio Santo Américo, Colégio Santa Amália, OSE-Uirapuru, Sidarta, Escola Bem Me Quer, Galileu Galilei, Magno, Lourenço Castanho, entre outras. Cursos: Instituto Israelita de Ensino e Pesquisa Albert Einstein, PTI-Optionline, Eitan.



Janaina Leslão Garcia

Janaina Leslão é escritora de alguns dos primeiros contos de fadas a abordarem direitos sexuais e direitos reprodutivos. Teve seu primeiro livro, *A Princesa e a Costureira*, adaptado para o teatro infantojuvenil, ganhando o Prêmio APCA 2016, da Associação Paulista dos Críticos de Arte. Como psicóloga, trabalha com questões de sexualidade e gênero desde a graduação na UNESP Assis. Fez Especialização em Saúde Mental e Atualização em Violência Sexual na USP. De 2003 a 2008 exerceu a vice-presidência na ONG NEPS - Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre as Sexualidades. No ano de 2009, em Moçambique, foi voluntária na ONG LGBT Lambda e na pesquisa sobre uso de contraceptivo em situações de pós-aborto da Pathfinder Internacional. Foi Conselheira efetiva no CRP SP de 2010 a 2016. É servidora pública de Diadema desde 2004 e atualmente exerce suas atividades no SUS, trabalhando com violências interpessoais e autoprovocadas. Livros publicados: *A Princesa e a Costureira*, *Joana Princesa e a Rainha e os Panos Mágicos*.



Márcia Leite

Márcia Leite nasceu em 1960, em São Paulo, cidade onde desenvolveu sua vida pessoal e profissional. Escreve para crianças e jovens há mais de 25 anos. Tem vários livros publicados por diversas editoras brasileiras, alguns deles premiados, como a coleção "Historinhas bem...", em parceria com o escritor Caio Riter, que ganhou o Prêmio Açorianos de Literatura na categoria infantil, ou o livro juvenil "Aqui entre nós", que recebeu o Prêmio Nestlé de Literatura Brasileira, o selo Altamente Recomendável pela FNLIJ e foi traduzido para o alemão. A autora foi duas vezes finalista do Prêmio Jabuti, com os títulos "Olívia tem dois papais" e "Do jeito que a gente é".

Márcia iniciou sua carreira como editora há poucos anos e, em 2011 abriu, com Leonardo Chianca, a Editora Pulo do Gato, especializada em livros para leitores em formação e formadores de leitores. Márcia atua também na área educacional como assessora na área de Língua e Literatura e tem obras didáticas publicadas para o Ensino Fundamental.



Universidade Federal
de Campina Grande



PROFLETRAS

Sobre os Autores das obras apresentadas neste catálogo



Nívea Salgado

Nívea Salgado é uma geminiana paulista que adora conversar com as pessoas. Formou-se em Odontologia e achou que havia descoberto uma carreira para toda a vida – fez mestrado, doutorado e publicou diversos artigos no Brasil e no exterior. Até que sua pequena Catarina nasceu, mostrando que sempre é tempo de mudar... para melhor! Hoje é autora do blog Mil Dicas de Mãe e brinca de bonecas e de carrinhos com sua filha.

Por meio da linguagem simples e utilizando-se da alternância de cores entre as imagens de meninas e meninos, a autora conta a história sobre a infância e o preconceito de gênero – “isto é coisa de menino; isto é coisa de menina!” –, bem como suas consequências para a vida adulta e em sociedade. Todos os personagens e situações são conhecidos das crianças, que se divertirão muito ao lê-los.

Ao mostrar situações rotineiras e conhecidas, o texto permite às crianças uma agradável identificação com os conceitos de convivência, tolerância, solidariedade e respeito.



Plínio Camillo

Plínio Camillo é um autor nascido em Ribeirão Preto, formado em Linguística pela USP, que encontra inspiração nas vivências do cotidiano para produzir seus escritos. Atento ao que lê, escuta e às distintas formas de ver o mundo, Camillo também atribui grande importância à dedicação ao trabalho: “Escrever para mim não é um ato mediúnico e sim de muita transpiração”.

Publicou seu primeiro livro “O Namorado do Papai Ronca” em 2012, obra premiada no Concurso de Apoio a Projeto de Primeira Publicação de Livro no Estado de São Paulo, que chamou a atenção pela inovação na linguagem, apropriando-se do modo de expressão usual nas redes sociais. Também participou em duas coletâneas de contos – “Abigail” e “Assim você me mata”.

Estimulado pela literatura de autores como Marcelino Freire, Dalton Trevisan, Lima Barreto e Dashiell Hammett, o autor encontra referências também na dramaturgia e na tradição teatral, onde reúne uma vasta experiência. Participou do Curso de Extensão Cultural na área de teatro da Unicamp e atuou como autor, diretor, ator, iluminador e assistente de produção nesta área. Camillo reconhece em sua construção narrativa o aporte desta vivência teatral. Possivelmente por também ser educador sua escrita demonstra relação com o contemporâneo na linguagem e nas temáticas tratadas.



Shirley Souza

É formada em comunicação pela Universidade de São Paulo e autora de mais de quarenta livros infantojuvenis. Também trabalha como educadora em projetos especiais para crianças e adolescentes junto a colégios particulares e ONGs.

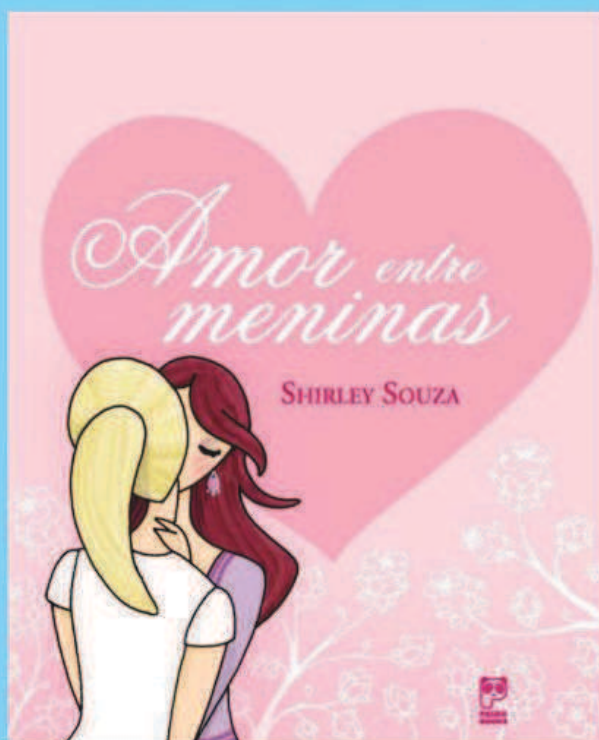


Walcyrr Carrasco

Nascido em Bernardino de Campos - São Paulo, no dia 1 de Dezembro de 1951, Walcyrr Rodrigues Carrasco é escritor, dramaturgo e autor de novelas no Brasil. Iniciou como autor de teatro com as peças Êxtase e Batom. Walcyrr Carrasco também é um consagrado autor de livros infantis. Dentre sua obra estão os livros Estrelas Tortas e A vida de Droga.



Amor entre meninas



Autor: Shirley Souza

Ano de Publicação: 2015

Ilustrações: -----

Editora: Panda Books

RESENHA

A adolescência é uma idade muito complicada. Nesse período surge uma série de dúvidas sobre sexo. Será que sou homossexual porque achei aquela menina bonita? Essa pergunta é frequentemente feita por garotas que estão em dúvida sobre sua sexualidade. **"Amor Entre Meninas"** toca no assunto com uma abordagem leve e dinâmica, tirando dúvidas e desmistificando certos tabus que levam ao preconceito.

TEMAS ABORDADOS

- Homossexualidade Feminina
- Bissexualidade
- Descoberta da sexualidade
- Preconceito
- Bullying

PROPOSTA DE ABORDAGEM

Sugere-se o trabalho com o método *cumbuca*. A *cumbuca* consiste em:

- I – Promover um momento de abordagem de um ou mais assuntos que se deseje perceber na obra. Falar sobre este assunto e/ou falar da obra.
- II – Distribuir exemplares, trechos da obra entre os alunos.
- II – Marcar horários para se discutir/socializar as leituras realizadas dos trechos combinados.

Os participantes da *cumbuca* deverão se comprometer a ler os trechos e o(a) professor(a) deverá mediar as discussões, buscando direcioná-las no sentido de promover a significação e dar sentido a estas com a intenção de desconstruir os paradigmas em relação à sexualidade, a homossexualidade e os estereótipos provenientes dos padrões de normalidade.

A avaliação deve se dá mediante o processo de participação dos alunos, o nível de discussão e comprometimento em se envolver nas discussões, bem como em relação ao nível de compreensão das temáticas debatidas.



Universidade Federal
de Campina Grande



PROFLETRAS

A princesa e a costureira



Autor: Janaina Leslão

Ano de Publicação: 2015

Ilustrações: Júnior Caraméz

Editora: Metanoia Editora

RESENHA

O livro conta a história da princesa Cíntia, que quando nasceu foi prometida em casamento para Febo, o príncipe do reino vizinho, para que se mantivessem os laços de amizade entre os reinos. Quando chegou a época da cerimônia, a princesa foi encomendar seu vestido e, então, conheceu a costureira Ishtar, por quem se apaixonou. Quando Cíntia anunciou para os pais suas intenções com Ishtar e disse que não mais se casaria com Febo, seu pai mandou que a prendessem na torre do castelo, pois desafiou o interesse e a tradição dos reinos, que dizia que moças deveriam se casar com rapazes. Para garantir um final feliz, a princesa e a costureira receberam ajuda da irmã da princesa, do próprio príncipe, da Fada Madrinha e de uma Agulha Mágica. O livro pretende auxiliar famílias e escolas, tanto na discussão sobre a diversidade humana como sobre a luta mais ampla pelos direitos das pessoas LGBT.

TEMAS ABORDADOS

- Preconceito
- Homossexualidade
- Casamento Homoafetivo
- Direito das Pessoas LGBTTTQ+

PROPOSTA DE ABORDAGEM

- O(A) professor(a) poderá usar o método da comparação. Com tempo suficiente, o professor deverá fazer com os alunos a leitura do conto de fadas A Cinderela, conhecido de todos. Se preferir o professor pode exibir vídeo, desenho animado, o que lhe parecer mais adequado.
- Em seguida deverá distribuir entre os alunos exemplares do livro A princesa e a Costureira, e fazer a leitura do conto pedindo que, à medida que a leitura aconteça, façam anotação sobre a história e os aspectos que lhe chamem atenção, ou que lhes pareçam estranhos, diferentes do conto A Cinderela.
- Ao fim da leitura, em grupos os alunos deverão expor o que tem diferente entre as duas histórias e por que são diferentes.
- O(A) Professor(a) deverá mediar a apresentação e fazer o direcionamento, apontando e descrevendo os conceitos que os alunos não souberem descrever, nomeando aquilo que eles não souberem nomear e esclarecendo aquilo que eles não conseguem entender.
- A próxima etapa é ministrar uma exposição sobre os diferentes amores, na qual o (a) professor (a) deve explicar porque a princesa se apaixonou pela costureira e como as pessoas podem amar os iguais, tanto quanto podem amar os diferentes.
- Nesta exposição o(a) professor(a) pode apresentar os temas adequados como homossexualidade e bissexualidade. Também pode falar sobre casamento homoafetivo e esclarecer dúvidas dos alunos sobre o assunto.

Do jeito que a gente é



Autor: Márcia Leite

Ano de Publicação: 2009

Ilustrações: -----

Editora: Ática

RESENHA

Beá é uma menina de 14 anos que detesta sua aparência: é muito alta e magra. Além disso, vive em crise com sua mãe, que quer fazer dela uma perua. Chico é um garoto de 17 anos apaixonado por cinema. Ele está deprimido porque o melhor amigo reagiu mal quando ele lhe contou que é gay. Apesar de caminhos tão distintos, as vidas de Beá e Chico vão se cruzar quando a mãe dela e o pai dele resolvem se casar. Agora os dois têm a mesma dúvida: será que vai ser tão ruim quanto parece?

TEMAS ABORDADOS

- Homossexualidade na Adolescência
- A família e a Homossexualidade
- A descoberta da sexualidade
- Auto aceitação

PROPOSTA DE ABORDAGEM

Propor a leitura do livro durante o período letivo.

Realizar aulas pontuais em que se proponha a:

- Identificar situações de exclusão pelas quais Chico passa;
- Identificar os tipos de violência as quais um adolescente está exposto;
- Propor medidas que favoreçam a empatia entre a família, os amigos e um adolescente LGBT;
- Elencar ações que contribuam para a diminuição de comportamentos preconceituosos contra pessoas com sexualidade desviante;
- Promover ações de aceitação da homossexualidade na escola.

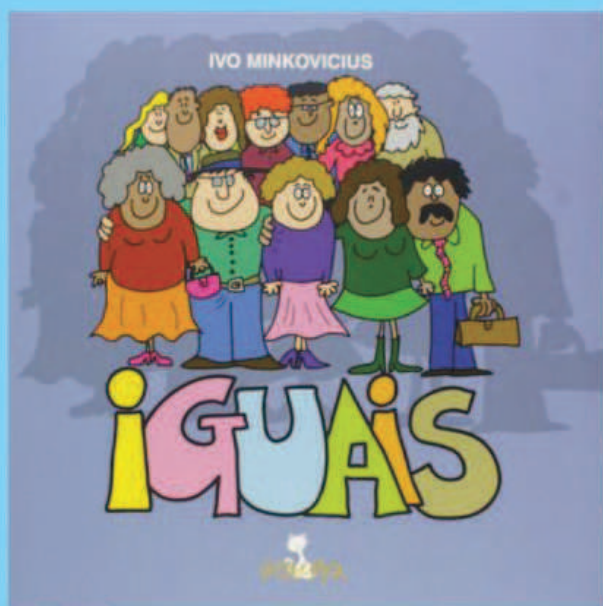


Universidade Federal
de Campina Grande



PROFLETRAS

Iguais



Autor: Ivo Minkovicius

Ano de Publicação: 2015

Ilustrações: Ivo Minkovicius

Editora: Volta e Meia

RESENHA

Iguais é poesia pura, do começo ao fim, sobre a harmonia e o valor de ser e se fazer diferente. Brincar sozinho tem gosto de risadinha, mas juntar a turma toda tem sabor de festa das mais animadas. Cada peça colocada pelas figuras e palavras de Ivo Minkovicius – e que sobrenome mais diferente juntando tantas letras iguais. – Vai formando um painel de diversidade que tem como resultado a alegria de entender que o um necessita do dois,

que se fortalece com o três, que forma um time com o quatro. O conjunto de ideias, de paisagens e de situações trazidas por iguais faz a cabeça viajar por um labirinto que leva a uma sensação de desejo profundo de dar um grande abraço em todo o mundo. Quando mais se agarra o diferente, melhor para sermos iguais. Ivo mostra que a caixinha de uma única cor colore o sol, colore a lua, colore o horizonte, mas apenas juntando as tonalidades será possível conseguir um espetáculo multicolorido que tanto irá embelezar mais o azul como irá destacar o violetão.

TEMAS ABORDADOS

- Diversidade.

PROPOSTA DE ABORDAGEM

- Após a leitura da obra Iguais, o(a) professor(a) deve solicitar que os alunos identifiquem as diferenças marcantes nos outros alunos e anatem essa diferença, justificando por que essa diferença faz do outro alguém especial.
- Em seguida, em círculo, leia essa diferença e em voz alta e colam em um painel na sala, chamado de painel da diversidade, que deve permanecer na sala, para lembrar a todos que a diferença é importante.

Meninos Gostam de Azul, Meninas Gostam de Rosa. Ou não?



Autor: Nívea Salgado

Ano de Publicação: 2014

Ilustrações: Nívea Salgado

Editora: Callis

RESENHA

Já pensou que não existe cor de menino e de menina? Que meninas podem ser excelentes construtoras, e meninos podem ser maravilhosos cozinheiros? Um livro que mostra que meninas e meninos podem se divertir com as mesmas brincadeiras e atividades, que não são exclusivas de um gênero ou de outro.

TEMAS ABORDADOS

- Gênero
- Diversidade
- Sexualidade

PROPOSTA DE ABORDAGEM

- Formar um círculo.
- Distribuir exemplares do livro.
- Fazer a leitura da obra.
- Após a leitura do livro, fazer a exibição de cenas recentes dos jornais, redes sociais e outros veículos de comunicação com críticas e apoio à afirmação da Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos de que "meninos vestem azul e meninas vestem rosa".
- Promover a discussão sobre quem concorda, quem discorda e por que?
- O(A) professor(a) deverá mediar as discussões, apresentando os fatos históricos sobre o papel da mulher e o lugar que ela ocupou sempre.



Universidade Federal
de Campina Grande



PROFLETRAS

Meus dois Pais



Autor: Walcyr Carrasco

Ano de Publicação: 2017

Ilustrações: Laurent Cardon

Editora: Ática

RESENHA

Quando o casamento do pai e da mãe de Naldo terminou, ele não ficou surpreso, afinal os dois viviam brigando. O espanto veio quando a mãe dele decidiu mudar de cidade depois da separação e tentou impedir que ele morasse com o pai. Naldo descobriu, assim, que o pai era gay e percebeu que a orientação sexual do homem que sempre cuidou dele com tanto amor provocava uma reação raivosa nas pessoas.

TEMAS ABORDADOS

- Homossexualidade
- Homoparentalidade
- Preconceito
- Novas configurações familiares

PROPOSTA DE ABORDAGEM

- O(A) professor(a) poderá iniciar abordando o conceito de família.
- Ao formar um círculo com os alunos, buscar estabelecer o contato pedindo que eles tentem definir o que é família.
- Dependendo das respostas, o(a) professor(a) poderá projetar diversas imagens, mostrando diferentes composições familiares e perguntar aos alunos se eles reconhecem essas imagens como se fossem famílias.
- Após fazer a distribuição dos exemplares/cópias do livro, o (a) professor (a) faz a leitura deste e começa a trabalhar conceitos como homoparentalidade e novas configurações familiares e a debater as questões inerentes a estas temáticas.
- O(A) professor(a) pode dividir a sala em equipes e solicitar que elaborem medidas que ajudem a melhorar a vida das pessoas LGBT's no Brasil, legislação que ajude a garantir direitos a famílias homoafetivas, medidas que assegurem mais qualidade de vida a essas famílias.



Universidade Federal
de Campina Grande



PROFLETRAS

Olivia tem dois papais



Autor: Márcia Leite

Ano de Publicação: 2016

Ilustrações: Taline Schubach

Editora: Companhia das Letrinhas

RESENHA

Olivia é uma menina esperta, que sabe bem o que quer e tem plena noção de como usar algumas palavras para conseguir o que deseja. Quando tem de ficar sozinha enquanto os pais trabalham, ela diz que está muito "entediada". Como não gosta de ver a filha "entediada", papai Raul para imediatamente de trabalhar e, quando percebe, já está deitado no chão ao lado dela, brincando de filhinho e mamãe, ou cercado por um monte de bonecas.

Para chamar a atenção de seu Pai Luís, Olivia fala que está "desfalecendo", afinal de contas, desfalecer de fome é uma coisa muito séria, e Luís é o melhor cozinheiro da família.

"Intrigante" é outra palavra de que Olivia gosta muito, isso porque todas as coisas do mundo são muito intrigantes para ela. Olivia quer saber, por exemplo, como seu papai Raul sabe brincar de

boneca e seu papai Luís cozinha tão bem.

Quer saber também como vai aprender a usar maquiagem e sapatos de salto alto, se na casa dela não mora nenhuma mulher.

A família da Olivia é um pouco diferente, e totalmente "encantadora", outra palavra que ela adora usar.

TEMAS ABORDADOS

- Homossexualidade
- Família homoafetiva

PROPOSTA DE ABORDAGEM

- O(A) professor(a) poderá propor a leitura da história e aproveitar o ensejo para trabalhar os conceitos de família homoafetiva e família homoparental.
- Apresentar os diferentes tipos de família também é uma excelente forma de abordar o tema, discutindo a questão da homossexualidade e contribuindo para combater preconceitos.
- O(A) professor(a) pode solicitar que os alunos façam desenhos das suas famílias e montem painéis de como são as famílias de cada um.

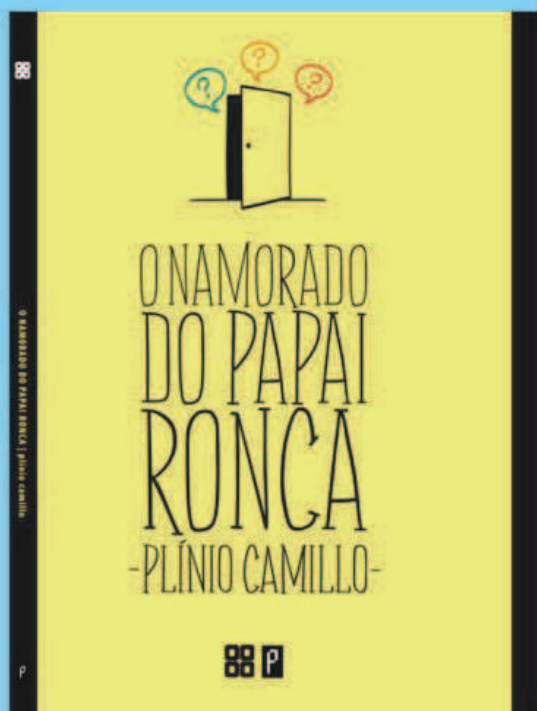


Universidade Federal
de Campina Grande



PROFLETRAS

O Namorado do papai ronca



Autor: Plínio Camilo

Ano de Publicação: 2012

Ilustrações: -----

Editora: Prólogo

RESENHA

Homofobia, xenofobia, bullying, machismo, violência doméstica, racismo, intolerância. Essa é a temática que permeia o título "**O namorado do papai ronca**" de Plínio Camillo. Entretanto, nem todas essas expressões preconceituosas estão contidas diretamente no texto do livro, e sim na cabeça do leitor, eis a grande sacada do escritor.

A história é simples, como uma boa novela, descreve o drama diário de um garoto que passa a viver com o pai e seu namorado em uma cidade pequena, e passa a inserir na coletividade em meio a escola e os "olhares tortos" dos adultos, das outras crianças e da própria família em alguns casos.

O interessante nessa novela é como Plínio a constrói: valendo-se de um linguajar coloquial e direto, que se aproveita bem da objetividade comum dos dias atuais em que as pessoas estão acostumadas a consumir informações pela Internet.

É justamente valendo-se dessa objetividade que Plínio constrói sua "armadilha" ao leitor, pincelando as informações que são vitais para a sua história, sem despejá-las completamente no papel, cabendo ao leitor preencher esse vácuo notoriamente colocado propositalmente na narrativa.

Conforme o leitor faz esse exercício, é obrigado a contestar a si mesmo se o que está pensando é ou não preconceito de sua parte. Assim, mais do que uma simples novela, esta história é um teste, um teste para o leitor saber até onde carrega algum tipo de preconceito que nem sempre lhe é explicitamente consciente.

TEMAS ABORDADOS

- Homofobia
- Bullying
- Machismo
- Intolerância

PROPOSTA DE ABORDAGEM

- Essa obra privilegia de forma mais incisiva o trabalho com a diversidade porque trata do preconceito de forma mais direta, uma vez que trata da violência e da exclusão.
- Sugere-se, portanto que o(a) professor(a) trabalhe com ela de forma sistematizada ao longo de um período. Uma das indicações é solicitar que os alunos identifiquem as formas de violência e exclusão que Dante, o personagem principal, o pai, Heitor e o namorado do Pai sofrem.
- Em seguida, o(a) professor(a) poderá solicitar atividade de reescrita de alguns capítulos, recontagem de algumas passagens.
- Pedir que os alunos criem desfechos diferentes para alguns personagens ou apontem soluções para algumas situações colocadas pelo autor.



Universidade Federal
de Campina Grande



PROFLETRAS

Tudo por Você



Autor: Georgina Martins

Ano de Publicação: 2012

Ilustrações: Beleléu

Editora: Garamond

RESENHA

Rafael é um garoto tranquilo, simpático, muito boa gente. No entanto, sofre perseguições – e até agressão física – pelo fato de ser gay. Trata-se de bullying. Este livro procura apresentar as aventuras e desventuras de Rafael e seu amigo Pedro quando ambos se veem obrigados a lidar com esse problema.

TEMAS ABORDADOS

- Homossexualidade
- Bullying
- Violência contra homossexuais

PROPOSTA DE ABORDAGEM

- O(A) Professor(a) poderá propor a leitura do livro.
- Em seguida, exibir cenas de violência contra homossexuais.
- Ler dados estatísticos, enfocando o fato de o Brasil ser o país que mais mata LGBT's no mundo.
- Discutir esta questão com os alunos.
- Pedir que, em grupo, os alunos proponham medidas e políticas que possam amenizar a situação das pessoas LGBT's na escola, no município e no Brasil.

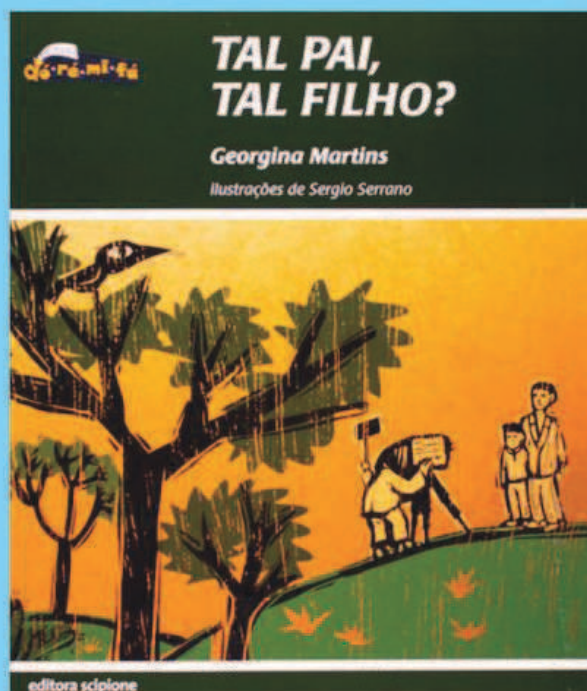


Universidade Federal
de Campina Grande



PROFLETRAS

Tal Pai, Tal Filho?



Autor: Georgina Martins

Ano de Publicação: 2010

Ilustrações: Sérgio Serrano

Editora: Scipione

RESENHA

O grande sonho do garoto era se tornar bailarino. Mas o pai, que era valentão e turrão, não aceitava uma ideia como essa, pois ele não achava que dançar fosse 'coisa de homem'. Mas a determinação do menino era tanta, que ele enfrentou a resistência do pai e não abandonou seu desejo. Num estilo inspirado no cordel, o livro aborda os temas do preconceito e da intolerância de uma maneira adequada ao jovem leitor.

TEMAS ABORDADOS

- Homossexualidade
- Aceitação da homossexualidade pela família
- Intolerância
- Preconceito

PROPOSTA DE ABORDAGEM

- O(A) professor(a) pode propor a leitura da história.
- Em seguida, sugere-se que realize uma roda de debate sobre intolerância e aceitação da homossexualidade, enfocando em pontos como aceitação dos padrões de normalidade.
- Como atividade, aproveitando a estrutura de cordel, sugere-se a divisão da sala em equipes, pedindo a cada equipe que produza estrofes sobre aceitação das diferenças e combate ao preconceito contra homossexuais.



Universidade Federal
de Campina Grande



PROFLETRAS



Universidade Federal
de Campina Grande



PROFLETRAS

Catálogo elaborado por :

Professor Maciel Nascimento de Araújo

Supervisão Gráfica

Felipe Gomes de Oliveira

